



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Maria Regina Santos de Souza

Impactos da “Guerra do Paraguai” na Província do Ceará
(1865-1870).

Fortaleza/ 2007.

Maria Regina Santos de Souza

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Maria Regina Santos de Souza

Impactos da "Guerra do Paraguai" na Província do Ceará
(1865-1870).

Dissertação apresentada como
requisito para obtenção do título de
Mestre, sob a orientação da Prof^a
Dr^a Ivone Cordeiro Barbosa.

Fortaleza /2007.

Impactos da "Guerra do Paraguai" na Província do Ceará
(1865-1870).

Dissertação apresentada por Maria Regina Santos de Souza e APROVADA em 30
de março de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Ivone Cordeiro Barbosa/ UFC (Orientadora)

Prof^o Dr^o Marcos Antônio Silva/USP

Prof^a Dr^a Ana Amélia de Mello/UFC

Fortaleza/2007.

Dedico esta Dissertação aos meus queridos pais, Antônia e Dionísio,
que tanto me amam!

É maravilhoso ver como, quando um homem deseja muito algo e se agarra firmemente a isso em sua imaginação, tem a impressão, a todo o momento, de que tudo aquilo que ouve e vê testemunha a favor desta coisa...

(LAS CASAS apud TODOROV, 1999: 22).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a minha família, em especial, meus pais, Antônia e Dionísio, que naturalmente torceram por mim.

É com muita alegria que agradeço a minha amiga e querida orientadora Prof^a Dr^a Ivone Cordeiro Barbosa. Ela tornou meu sonho de fazer o mestrado em História em realidade. Seus incentivos e seus ensinamentos fazem agora parte do meu ser. Sinto orgulho em dizer que minha vida se divide entre o *antes* e o *depois* de Ivone. Professora, a senhora merece mais que um simples agradecimento!!!!

Devo atenção e amor ao meu também estimado Prof^o Ms. Assis Oliveira, com quem dividi muitas risadas e poucas angústias. Assis, a UFC sem você não tem graça nenhuma, viu!

Devo gratidão aos professores doutores Frederico de Castro Neves e Ana Amélia de Mello pela ótima disposição que demonstraram lendo meu texto de Qualificação. Suas contribuições foram valiosíssimas.

Sou grata também aos doutores Eurípedes Funes e Meize Lucas que em sala de aula, deram-me sugestões de novas leituras, além de me emprestarem livros interessantíssimos.

Agradeço ao Prof^o Dr^o Almir Leal de Oliveira pela disposição e pelo interesse em minhas idéias. Almir, várias vezes você se prontificou a discutir conceitos comigo, por isso... eu te devo muito. Muito obrigado!

É como muuuuuuita HONRA que agradeço ao Prof^o Dr^o Marcos Antônio Silva (USP) pelo seu empenho em ler meu trabalho. Tive o privilégio de conversar com ele algumas vezes... Como foi ótimo!!!!!!!!!!

Meu carinho vai também para o Prof^o Dr^o Marcos Bretas (UFRJ) que sempre foi tão solícito comigo... Escutá-lo foi (é) sempre um "prazer enriquecedor". Professor Marcos, obrigado pelo carinho que demonstra ter por mim!!!

Aos meus professores de Francês, Roterdan Damasceno e Rejane Caetano, ofereço minha afeição, porque eles foram tão generosos comigo tirando minhas dúvidas em relação à gramática francesa... Alors, merci beaucoup... J'adore vous!

Minha satisfação aos companheiros do mestrado Márcio Porto, Márcio Inácio, Yacê Carleial, Ana Leopoldina, Airton de Farias e Adriana Ribeiro. Obrigado pela amizade e pela boa convivência!

À "musa" da História, Gláubia Cristiane, agradeço pela lealdade, pela paciência e pela finura, seus dons naturais. Ainda bem que você veio fazer o mestrado na UFC... Só assim o meu número de amigos aumentou!!!!!!

Às amigas da graduação Maria Elza Miranda e Olindina Fernandes... meu carinho e minha amizade. Vocês me ouviram e me incentivaram nas horas mais difíceis. Além disso, ajudaram-me financeiramente. Espero que eu esteja retribuindo!

Agradeço os amigos também da UFC, Gerlane, Silvinéia e Ricardo, por dividirem comigo dramas cotidianos semelhantes... A inexperiência nos une até hoje!!!!!!!!!!

Devo amizade e afabilidade ao pesquisador do Arquivo Público André Frota. Ele me ensinou a mexer com os termos técnicos comuns nos documentos do século XIX.

Às "Meninas" da Biblioteca Pública Meneses Pimentel, Raimundinha, Gertrudes e Madalena.... parabéns pelo atendimento! Os senhores, Chiquinho e Jerônimo, também não deixaram a desejar!

Meu muito obrigado vai também para os funcionários da UFC, D. Regina, D.Telma e Sílvia pela paciência e pelo ótimo desempenho nas atividades que lhes competem (minhas anjinhas)!!! Os senhores Constantino, Francisco, Dantas e Augusto, agradeço pelas horas hilárias.

E por último, mas não menos importante, agradeço a FUNCAP, por ter FINANCIADO boa parte de minha pesquisa.

Resumo

Esta dissertação tem por objetivo analisar os impactos da "Guerra do Paraguai" no Ceará no âmbito social, levando em consideração suas interferências na estrutura de poder, nas relações sociais e na vida cotidiana da província.

Para apresentação das reflexões e do eixo temático proposto, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, discuto baseada na historiografia e nos jornais da época, como a imprensa cearense criou sentidos tanto para a mobilização, no início da guerra, como para a desmobilização de contingentes depois dos primeiros anos do conflito. No segundo, interpreto como os sentidos mobilizadores foram disseminados no tecido social, propiciando que setores populares da província se dispusessem a partir para a guerra sob o argumento da salvação da Pátria, como também por vislumbrar a possibilidade de obter vantagens, prestígio social e conquistar a liberdade. Fundamentada em evidências encontradas nas correspondências entre a Presidência do Ceará, Secretaria de Polícia e o Governo Central, mostro como o amor à pátria foi se configurando através de distintas práticas orientadas por diversos atores sociais. Por último, no terceiro capítulo, busco perceber como o alistamento militar para guerra desestruturou o mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que desorganizou o ambiente familiar. Para tanto, investiguei várias petições enviadas em nome dos parentes dos soldados, destacando-se mães, viúvas, filhas e irmãs, às autoridades imperiais.

Palavras-chave: Conflito, Negociação, relações de poder e mobilização voluntária.

Résumé

Ce travail de recherche a pour but d'analyser les impacts de la " Guerre du Paraguay" dans le Ceará dans le cadre social, en considérant ses interférences dans la structure de pouvoir, dans les rapports sociaux et dans la vie quotidienne de la province.

Pour la présentation des réflexions et l'axe thématique proposé, le travail a été partagé en trois chapitres. Dans le premier chapitre, basée sur l'historiographie et sur les journaux de l'époque, je discute la manière par laquelle la presse du Ceará a créé des sens pour la mobilisation, au début de la guerre, et aussi pour la démobilisation de contingents après les premières années du conflit. Au deuxième chapitre, j'interprète la façon dont les sens mobilisateurs ont été disséminés dans le tissu social en encourageant les secteurs populaires de la province à se disposer à partir pour la guerre sur l'argument du salut de la Patrie et aussi parce qu'ils y voiaient la possibilité d'obtenir des avantages, du prestige social et de conquérir la liberté. Fondée sur des évidences trouvées dans le courrier entre la Présidence du Ceará, le Secrétariat de Police et le Gouvernement Central, je montre la manière par laquelle l'amour à la Patrie se façonnait à travers des pratiques distinctes orientées par de divers acteurs sociaux. Finalement au troisième chapitre, je cherche à percevoir la façon dont les inscriptions au service militaire pour aller à la guerre a déstructuré le milieu familial. Pour faire réussir tout cela, j'ai examiné plusieurs pétitions envoyées au nom des parents des soldats, en se faisant remarquer des mères, des veuves, des filles et des soeurs, des autorités impériales.

Mots-clés: conflit, négociation, rapports de pouvoir et mobilisation volontaire.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1° CAPÍTULO: Narrativas e criação de sentidos durante a guerra do Paraguai no Ceará.	23
1.1. O Ultraje: civilizados versus bárbaros.....	29
1.2. A "Mãe-Pátria" e a fabricação de heróis cearenses.....	40
1.3. Mudança dos discursos: crítica a morosidade da guerra.....	50
1.4. Os Percalços do recrutamento.....	54
1.5. As Narrativas fúnebres.....	65
2° CAPÍTULO: Urdiduras da mobilização voluntária na província do Ceará: Compromissos, negociações e resistências.	71
2.1. Voluntários e voluntaristas da Pátria.....	72
2.2. Do Sofrimento de outrora à Esperança do agora: voluntários da fortuna.....	89
2.3. Da Transgressão à Redenção: voluntários transgressores.....	101
3° CAPÍTULO: As Vozes do Sofrimento	117
3.1. Revolta, solidariedade e sociabilidade no Ceará durante a guerra do Paraguai.	119
3.2. Os Pedidos de "excusas" do serviço militar: reações aos desrespeitos.....	128
3.3. Os Desamparados de guerra.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
BIBLIOGRAFIA E FONTES	162

INTRODUÇÃO

O ano era o de 1868. Raimundo Rocha Dutra, um ex-funcionário do Palácio da Presidência cearense, dizia ter sido recrutado indevidamente no Ceará para a guerra do Paraguai. Revoltado, exigia sua volta para província, pois não tinha capacidades físicas para lutar¹. Em contrapartida, o agente que realizara a captura se atrapalhara na explicação dando pelo menos duas versões para o caso. Nas palavras da autoridade, Dutra era mau chefe de família e por causar tantas vergonhas aos seus parentes, tinha sido enviado para guerra como voluntário da pátria. O problema foi que o mesmo não pôde ser aceito naquele momento no referido batalhão de voluntários, mas ele aceitou ser voluntário no do Exército".²

Naquele mesmo ano, uma outra situação inusitada acontecia. Antônio Gaspar da Graça, que estava preso na cadeia de Fortaleza pedia para falar com o chefe de polícia Francisco de Assis Oliveira. O assunto: o preso pedia para ir para o quartel de 1ª linha de onde pretendia partir para guerra. Sua solicitação foi negada, porque, segundo a autoridade policial, "os presos só poderão sair da respectiva prisão nos casos prescritos na lei", ou seja, o indiciado não preenchia a exigência do Ministério da Guerra de 1867, que dava perdão a determinados réus que quisessem combater no Paraguai.³ Enquanto isso, a mãe pobre e velha de Antônio Matozinho da Silva Vieira, recebia com tristeza a morte desse seu único arrimo que, inspirado pelos mais verdadeiros sentimentos patrióticos embarcara no início de 1865 para o conflito⁴.

Todas essas evidências fizeram crescer o projeto inicial de mestrado, que estava apenas dedicado aos desdobramentos que o Decreto 3.371, o decreto dos

¹ Fortaleza, **Jornal do Ceará**. Notícia do dia 5 de março de 1868. P.3.

² **Livro de Registro de Ofícios da Presidência do Ceará ao Ministério da Guerra (1862-1870). Livro Nº 149.** Ofício enviado no dia 3 dezembro de 1868. Arquivo Público do Ceará – APEC/DORAVANTE.

³ **Livro da Porta da Cadeia -Lançamentos de Despacho da Secretaria de Polícia. Livro Nº 2.** Despacho do dia 14 de setembro de 1868. **Arquivo Público do Ceará –APEC.**

⁴ Fortaleza, **Jornal O Cearense**, " Noticiário". Notícia do dia 7 de janeiro de 1865. P. 2. Conferir também as listagens dos soldados mortos em guerra nas publicações do mês de abril de 1868 do **Jornal do Ceará**.

Voluntários da Pátria trouxe para a província cearense durante a guerra entre Brasil e Paraguai.

Criado durante a Guerra entre Brasil e Paraguai como estratégia do Governo Imperial para aliciar homens para o serviço das armas, haja vista que este ofício não era bem visto pela sociedade do dezenove⁵, o Decreto 3.371, de 7 janeiro de 1865, teria desdobramentos imprevisíveis perante a sociedade brasileira. As garantias expressas em seus quinze artigos foram capazes de despertar sentimentos poderosos como liberdade, cidadania e esperança de dias melhores.

O Decreto oferecia para todos aqueles que quisessem participar do conflito voluntariamente dinheiro, terra, emprego público, promoções por bravura, meio soldo para inválidos da guerra, pensão para as famílias dos combatentes mortos, entre outros benefícios. Deste feito, surgiram soldados de todos os lugares do Brasil, muitos dispostos a defendê-lo, outros, porém, procuraram as Juntas de Alistamentos para obterem por intermédio do decreto supramencionado, uma melhor condição social e/ou econômica. Mas, a questão que passou a me preocupar era a seguinte: como essas pessoas sabiam dessas notícias da guerra?

As que tinham condições financeiras e eram alfabetizadas, compravam os periódicos. Já as desafortunadas ouviam as manchetes pela boca do vendedor de jornais, mas a maioria acabava sendo convencida pelas passeatas e comícios realizados nas principais cidades cearenses. Resultado: a imprensa era uma parte importantíssima do trabalho, porque foi ela quem teve o encargo de criar sentidos tanto para a mobilização como para a desmobilização para guerra.

A imprensa cearense, a princípio, foi umas das maiores propagadoras das garantias do Decreto e dos discursos pátrios, que tentavam se espalhar pelo tecido social, materializando-se em ações que pudessem propiciar ao homem pobre e livre da província, o voluntariado e a luta pela pátria. Nesse sentido, os

⁵ CUNHA, Marcos Antônio. **A Chama da nacionalidade**: ecos da Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000. Este autor diz que o ofício das armas desde os tempos coloniais tinha um significado pejorativo por ser exercido por estrangeiros, portugueses, isto é, por homens que representavam a repressão. No século XIX, ser soldado continua com tons de pejoração. Para um melhor esclarecimento sobre o estigma das forças armadas brasileiras nos séculos XVIII e XIX Cf: WERNECK, Nelson Sodré. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

jornais de Fortaleza como *A constituição*, *O Cearense*, *Aurora Cearense*, *Jornal do Ceará*, *O Tagarela*, *Pedro II* entre outros, posicionaram-se a favor do contra-ataque brasileiro, "vulgarizando" a idéia de "território invadido". Notícias como "Às Armas, Cidadãos: é justa a guerra"⁶, apareciam como chamativo para o perigo que a "nação" corria, assim como as poesias, cânticos e hinos cujos versos enalteciam a coragem, o amor que cada um deveria sentir pela "mãe pátria".

Alistamentos como os dos jovens cearenses Israel Bezerra de Menezes que aderiu ao serviço das armas imediatamente ao escutar o ultraje de Solano Lopez, e de Jovita Feitosa, que mesmo diante de tantos obstáculos postos pela visão masculina do Exército que não a aceitou nas tropas, desejou ir aos campos de batalhas, estavam registrados nas primeiras páginas dos periódicos como exemplos a serem seguidos.

Cumprindo seu dever de órgão oficial dos partidos, a imprensa do Ceará publicava essas adesões imediatas à guerra ao mesmo tempo em que formulava suas próprias idéias do conflito tentando transmiti-la de maneira linear no tecido social. Contudo, para tal fim, era necessário que os noticiários sobre o conflito ultrapassassem o espaço do papel, da letra, e atingisse as camadas pobres e livres da província. Dessa forma, a participação das autoridades militares e dos intelectuais como pessoas autorizadas para esclarecer os direitos e os deveres dos cidadãos num estado de guerra, foi fundamental no sentido de tentar introjetar os perigos da invasão, afinal, era uma "guerra justa" pela pátria ultrajada.

Para essa empreitada as autoridades do Ceará, em seus deveres enquanto patriotas, incumbiram-se de repassar de maneira simplificada as notícias da guerra organizando comícios, passeatas e reuniões públicas com o intuito de esclarecer as vantagens que se adquiria ao participar dos combates voluntariamente. Não raro, nessas aglomerações públicas, recitavam-se poemas e cantavam-se hinos que se transformavam em verdadeiras aclamações patrióticas, mexendo com anseios daqueles que os ouviam.

⁶ Fortaleza, Jornal **O Cearense**, "Publicações O Cearense", 7 de fevereiro de 1865. P.2.

Vale ressaltar também as contribuições dos voluntaristas⁷ da pátria, sujeitos geralmente possuidores de cabedais, que ajudavam financeiramente as causas da guerra pagando os transportes de recrutas e de voluntários do interior para capital, contribuindo com as pensões das famílias dos combatentes e voluntariando indivíduos, isto é, financiando as suas próprias custas homens para o serviço das armas. Essas ações, para as autoridades imperiais, eram uma forma muito apreciada de patriotismo, conforme encontramos evidências tanto em fontes manuscritas quanto em fontes impressas.

Com o prolongamento da guerra, os jornais passaram a registrá-la de maneira negativa, e, por esta razão, muitos outros decretos que foram baixados para garantir o atendimento às necessidades de contingente tiveram pouca publicidade. O decreto de número 3.725, baixado em novembro de 1866, que emancipava os escravos africanos, chamados de cativos da Nação, foi quase um desconhecido das publicações. O mesmo aconteceu com a Lei 101 da Constituição Brasileira, que beneficiava, com indultos, criminosos que espontaneamente quisessem ingressar nas forças armadas. Por ter extrapolado o tempo previsto pelas autoridades militares e pela sociedade civil, o conflito do Paraguai foi muito criticado na imprensa que em seus "Noticiários" documentava as vozes dissonantes. Começaria, desde então, um confronto de narrativas entre os principais periódicos da província, isto é, um conflito para além do conflito bélico propriamente dito.

Entre as "infaustas" notícias estavam aquelas relativas às violências dos recrutamentos na província, à crueza dos combates em solo paraguaio, às mutilações e mortes dos combatentes cearenses em campanha, assim os expedientes anteriormente citados não poderiam ganhar tantos espaços, visto que parte da imprensa do Ceará desprenderia um novo esforço no sentido de desqualificar, principalmente as manobras do império que teimava em sustentar essa "nefasta guerra", conforme escreveu um anônimo para o jornal *O Cearense*, em 1867.

⁷A Expressão "Voluntarista da pátria" é muito utilizada pela historiografia brasileira dedicada à temática da guerra do Paraguai. Conferir, sobretudo, SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Passado o período conhecido na historiografia da guerra como *euforia patriótica*, isto é, o primeiro ano de combate, muitos periódicos a exemplo de *O Cearense*, representante do partido Liberal no Ceará, começaram a tecer comentários críticos sobre os custos do conflito que perturbavam todo o "movimento do paiz"⁸, e sobre o aumento da desordem interna na província causada pelo recrutamento, queixando-se da desorganização familiar e das frentes de trabalho, das revoltas, dos motins e dos afrontamentos individuais e coletivos nos quartéis e nas ruas das principais cidades do Ceará.

Como veículo de informação, o jornal é também espaço de disputa e discussão política. Nesse palco conflituoso, novos atores começaram a se movimentar ora a favor, ora contra a guerra. As contendas envolviam tanto as autoridades políticas, como também, as autoridades civis e militares que denunciavam calúnias pessoais e profissionais.

Em 1869, foi publicado no Jornal *O Cearense* uma notícia que demonstrava a oposição ferrenha desse periódico em relação à guerra:

... Não há mais exército aqui, há povo irritado e descontente, sem esperança, e sem confiança. Nos quartéis e nas ruas os próprios soldados, que hoje são somente voluntários ou guardas nacionais, queixam-se amargamente da direção da guerra e de sua prolongação...⁹

Ao historiador cabe interpretar os discursos divulgados pela imprensa para perceber que os mesmos tiveram vários desdobramentos perante a população cearense, uma vez que os receptores dos discursos são também produtores.¹⁰

Apesar da idéia de destruição permanecer no ápice das discussões dos editoriais, principalmente nos jornais de Fortaleza, ainda foi possível, garimpando em fontes militares, detectar a presença de voluntários, mesmo que a princípio

⁸ **Relatório** apresentado ao excelentíssimo presidente eleito do Ceará, Dr. Pedro Leão Veloso, em 6 de novembro de 1867. Fortaleza: Tipografia Progresso, 1867. Essa mesma citação foi encontrada no Jornal *O Cearense* de setembro de 1867. P.7. (Possuo os Relatórios de 1850-1890 em CD-ROM).

⁹ Fortaleza, Jornal **O Cearense**, "Noticiário" 8 de março de 1869. P.3.

¹⁰ Cf: *Estratégias e Táticas* em DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

não fossem da pátria, mas que passaram a servi-la agindo de diferentes maneiras, ficando claro que o patriotismo ia se configurando através de diversas práticas.

Esses alistamentos voluntários que *a priori* não visavam à pátria, pareciam ser uma constante nas províncias brasileiras. Analisando a produção historiográfica sobre a guerra do Paraguai verifiquei autores como Wilma Perez Costa¹¹ que fez referência aos *voluntários da Fortuna*, sujeitos que se fizeram de voluntários para receber, sobretudo, os benefícios financeiros; Ricardo Salles e Jorge Prata¹², autores que trataram especificamente da inserção de escravos nas tropas brasileiras durante o conflito contra o Paraguai, ressaltaram as idéias de consecução de liberdade por parte dos cativos que se alistavam à revelia de seus donos para o serviço militar e Vitor Izeckhsonh e Peter Beattie¹³, estudiosos que se dedicaram às agruras do recrutamento no Brasil durante o conflito com o Paraguai, destacaram a presença de criminosos que legalmente foram aceitos nas tropas por forças de indultos consentidos pelo imperador.

No Ceará, encontrei todas essas evidências acima apontadas. Durante toda essa conjuntura de hostilidade foi possível vislumbrar o movimento de escravos, criminosos, miseráveis, entre outros, rumo às juntas de alistamentos.

Para interpretar a racionalidade da ação desses indivíduos, foi preciso interrogar as evidências de seus alistamentos. Assim, reconheci os seus procedimentos como lógicos, inferindo que realmente foram sujeitos de suas próprias histórias, uma vez que as circunstâncias nas quais estavam se dando seus alistamentos em nada invalidavam o valor de suas ações sociais.¹⁴ Sem pensarem muito na guerra, esses sujeitos encaravam o embate belicoso como

¹¹ COSTA, Wilma Perez. **A Espada de Dâmocles**: o Exército, a Guerra do Paraguai e crise do Império. São Paulo: HUCITEC, Unicamp, 1996. P.229. Segundo a autora, era possível que a guerra em sua primeira fase, *Estratégia defensiva*, atraísse homens que buscavam as glórias militares, as promessas de pensões vitalícias e quiçá o acesso à oficialidade.

¹² Cf: SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: Op. Cit. e PRATA, Jorge de Souza. *Escravidão ou Morte*. Rio de Janeiro: MUAD/Adesa, 1996.

¹³ BEATTIE, Peter M. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas forças armadas brasileiras(1860-1930).IN: **Nova História Militar Brasileira**. CASTRO, Celso, IZECKSONH, Vitor e KRAAY, Hendrick (Orgs.).Rio de Janeiro: FGV. 2002. P.269-300. e IZECKSONH, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. Idem. **Nova História Militar Brasileira**. P.179-208.

¹⁴ Cf: *A Lógica Histórica em* THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

solução para suas causas próprias: o voluntariado configurou-se, então, como resistência a uma situação cotidiana indesejada.

Para perceber o voluntariado como resistência foi necessário entender as formas de resistências em James Scott e E.P Thompson¹⁵. Para ambos o ato de resistir se caracteriza no confronto de interesses. Neste, as intenções devem surgir dando a entender quais as *finalidades* da ação.

Outra tipologia de fontes que atestou a presença dessas ações sociais, foi a Literatura que registrou muitos casos de indivíduos que se fizeram voluntários para a guerra com intuito de resolverem problemas particulares. Machado de Assis, em *Iaiá Garcia*¹⁶, deu-nos as circunstâncias que levou o protagonista Jorge, um jovem advogado de família abastada, a combater no Paraguai como voluntário da pátria. Contando com a desaprovação de sua mãe em relação ao seu amor por Estela e com a relutância desta em assumir esse amor, o personagem principal do romance cedeu ao dever cívico. Assim, de um caso doméstico saiu uma ação patriótica.

O trabalho do historiador consiste em articular as fontes de diferentes naturezas para definir melhor o seu objeto de pesquisa. Dessa forma, as memórias se apresentaram também como excelentes mananciais de evidências para este trabalho.

Ao me deparar com a memória do cearense Antônio Bezerra de Meneses, moço de boa família, que aderiu a causa da pátria "depois de ter perdido as esperanças de bacharelar em Direito no Rio de Janeiro tendo que suportar as humilhações de seu meio social que se encarregava de divulgar a estreiteza de seu talento"¹⁷, encontrei situação similar àquela que outrora fora descrita por Machado de Assis. Ou seja, o alistamento voluntário nos dois casos servira para sanar problemas pessoais ao mesmo tempo em que a relação com a salvação da pátria ia se construindo.

¹⁵ SCOTT, James. Forma de resistências camponesas. IN: **Revista Raízes**. Campina Grande, UFCG, V.21. N.º. 01 E THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Cia Das Letras, 1998. (INTRODUÇÃO).

¹⁶ MACHADO DE ASSIS, **Iaiá Garcia**. Porto Alegre: LP&M, 2000. Primeira edição em 1879.

¹⁷ MENEZES, Antônio Bezerra. Como me tornei voluntário da Pátria. IN: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Fortaleza, 1966. T. 80.

Preciso dizer que este estudo não obedece a um preceito historiográfico que ao narrar a história da "guerra do Paraguai" busca as agruras dos recrutamentos. Não obstante, sem essa regra, ficaria impossibilitada de apresentar melhor meu objeto: como poderia caracterizar os voluntários sem mostrar os involuntários¹⁸?

Isto posto, o "tributo de sangue", como ficou conhecido o recrutamento no século XIX, em virtude da violência de suas ações, era uma questão que não podia ignorar, visto que as conseqüências danosas às populações pobres e livres do Ceará estavam marcadas nas experiências das conscrições registradas nas fontes da província. Mas não queria investigar esses percalços como fez boa parte da historiografia brasileira que, dedicada à temática da "guerra do Paraguai", centrou suas discussões sobre os recrus: suas condições sociais, como se davam seus alistamentos e o que acontecia com aqueles que se negavam a pelear.

Interessou-me investigar o impacto do serviço militar sobre o mundo do trabalho que era intrínseco ao mundo familiar. Assim, procurei saber mais sobre as famílias dos combatentes voluntários ou involuntários, porque sobre elas nada ou quase nada se tem escrito. Como ficavam os dependentes dos combatentes? O que se sabe sobre os sofrimentos dos pais, das esposas e das viúvas que tiveram seus filhos e maridos mortos ou mutilados na guerra?

Maria Teresa Dourado, estudando a participação feminina na guerra contra o Paraguai, fez referência à vulnerabilidade na qual ficavam os parentes dos combatentes, destacando principalmente as esposas, mães, viúvas e descendentes dos soldados mato-grossenses mortos no conflito. Mas a autora não ratificou, por exemplo, questões fundamentais como as angústias e os medos dessas famílias que ficavam a esperar por notícias e pelos subsídios prometidos aos seus parentes.¹⁹

No trabalho de Xisley Araújo Ramos sobre o recrutamento no Ceará nas décadas de 50 a 70 do século dezenove, os familiares cearenses aparecem

¹⁸ Involuntário no sentido de forçado ou obrigado.

¹⁹ DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis**: a presença feminina na Guerra do Paraguai. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2005.

revoltados com as forças policiais que “laçavam” indevidamente seus parentes ou entes queridos, sobretudo para a “Guerra do Paraguai”. Mesmo não sendo o foco principal de seu trabalho, a autora fez uma excelente exposição, principalmente dos casos de esposas e mães que reagiram com indignação e violência às ordens militares, sendo uma das reivindicações mais freqüentes “o pedido de excusa do serviço militar” de seus filhos e maridos.²⁰

Este trabalho também tem a perspectiva de preencher as lacunas sobre a família dos combatentes cearenses que partiram para a luta em campos paraguaios, tendo como base frestas deixadas pelas correspondências entre autoridades cariocas e autoridades cearenses durante o conflito. Destaquei as diversas correspondências entre os Ministérios do Império, da Guerra e da Justiça e a Presidência do Ceará.

Nessas fontes consegui vislumbrar tramas complexas de negociações e resistências dos parentes dos soldados cearenses, sobretudo das mulheres que não aceitavam as injustiças que a guerra havia imposto sobre si e sobre seus dependentes.

Constantemente encontrei mulheres cearenses enviando petições às autoridades civis e militares suplicando a soltura de seus arrimos, a dispensa do serviço militar de seus parentes impossibilitados e pedidos de pensão ou meio soldo pelos entes mortos ou mutilados na guerra. Muitas vezes esses pedidos ganhavam formas de exigências ou de denúncias, que acabavam demonstrando valores que regulavam a sociedade cearense do século dezanove.

Antes, não podia esquecer que essas petições ou requerimentos eram normalmente escritos por homens letrados, geralmente advogados que ganhavam por cada pedido escrito e enviado. Sendo assim, para não incorrer no erro de Ulisses “que se deixou encantar pelos cânticos das sereias”, investiguei e interpretei essas súplicas inspirada em Carlo Ginzburg²¹: “à luz do inquisidor”. Isto é, não negligenciando a distância entre o escrito e o dito, afinal o hiato entre a

²⁰ RAMOS, Xisley Araújo. **Por trás de uma fuga nem sempre há um crime**: o recrutamento a laço e os limites da ordem no Ceará (1850-1875). Fortaleza, 2003. (Dissertação de mestrado UFC/ Ceará).

²¹ GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

suplicante e o "escrevente" provavelmente levou a algumas distorções pelo caráter formal das petições e por forças das convenções da época, uma vez que sendo documentos escritos, certamente estavam comprometidos com outros valores de dominação e poder.

Foi lendo Arlete Farge²² que consegui perceber o sofrimento e as reivindicações dos familiares dos militares cearenses que partiram para o Paraguai. Em nenhum dos requerimentos investigados encontrei uma súplica no singular. As lutas pelos direitos e garantias estavam no plural, ou seja, os parentes não suplicavam apenas para si; ao contrário, suas alegações pareciam estar mais ligadas a outras vidas também desgraçadas pela guerra. O número de órfãos por conta do conflito era uma das questões mais ressaltadas, assim como era o estado de pobreza a que estariam submetidas as famílias. O que o serviço militar representava para a vida familiar?

As petições foram as formas mais comuns utilizadas por pais, mães, esposas, viúvas, filhas e outros parentes dos soldados para cobrarem do Estado Imperial a aplicação das leis constitucionais. Para mim, esse tipo de fonte indicou histórias de vida. Relatos de violência, de sofrimento, de angústia, de medo e de dor estão entranhados nesse tipo de documentação do Ceará.

O propósito ao se investigar os conteúdos desses documentos, ambicionou menos saber se havia ou não exageros nos apelos de pobreza. Priorizei mais interpretar a inquietude, a insegurança e o temor que estavam tacitamente descritas nos relatos dos requerentes, porque esses eram reais e explicavam a razão de ser das súplicas.²³

Privilegiei a voz feminina como mote das investigações sobre outras tramas da "Guerra do Paraguai" no Ceará não apenas porque existem lacunas historiográficas, mas porque, de fato, as mulheres estavam pulsando nesse espaço masculino quer protestando, quer requerendo seus direitos frente ao Estado.

²² FARGE, Arlete. **Lugares para História**. (tradução Telma Costa), Lisboa, Editorial Teorema, 1999.

²³ DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente (1300-1800)**: uma cidade sitiada. São Paulo: Cia das Letras, 1999.P.11-37.

Diante desses *Impactos da Guerra do Paraguai no Ceará* a dissertação foi organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo, *Narrativas e criação de sentidos durante a guerra do Paraguai no Ceará*, dediquei-me às narrativas dos jornais de Fortaleza sobre a "Guerra do Paraguai", percebendo que sentidos foram atribuídos por eles ao conflito, ora para popularizá-lo, ora para impopularizá-lo, e para quem estes sentidos foram dirigidos.

Negociações, compromissos e resistências durante a mobilização voluntária no Ceará é o título do segundo capítulo, onde analiso as várias formas de *estar* voluntário, isto é, como o amor à pátria vai se configurando através de diferentes práticas. Baseada em evidências encontradas nas fontes jornalísticas, nas memórias de ex-combatentes e nos documentos militares referentes à província cearense, encontrei diversas categorias de voluntários: os *da pátria*, sujeitos que abraçaram a causa patriótica, fosse se alistando, fosse ajudando em donativos; os *da fortuna*²⁴, homens pobres e livres que "desejavam" ter melhores condições financeiras e sociais através do serviço voluntário para guerra e, por fim, os *transgressores* que, em outras palavras, eram indivíduos considerados pela justiça instituída como criminosos que resolveram ser patriotas para revogarem suas penas.

No terceiro capítulo, *As Vozes do Sofrimento*, interpretei como o alistamento militar para a guerra desestruturou os trabalhos no campo ao mesmo tempo em que desorganizou as famílias cearenses, pois trabalho camponês no Ceará era intrínseco à unidade familiar. Os requerimentos enviados pelos parentes dos soldados às autoridades imperiais, principalmente, os das mães, esposas, viúvas, filhas e irmãs atestaram essa desestruturação. Com a proteção garantida pela instituição militar, essas mulheres requeriam seus direitos relatando seus sofrimentos, angústias e medos diante da ausência dos parentes mortos em guerra ou ainda em combates. Todos os relatos giravam em torno da pobreza a que estavam submetidas e da dependência do combatente para os provimentos

²⁴"Voluntários da Fortuna" foi expressão utilizada pela autora Wilma Perez Costa Op. Cit. para designar os indivíduos que se alistavam visando as vantagens sócio-financeiras, a exemplo dos escravos.

das necessidades. Essas alegações foram também utilizadas para impedir os engajamentos de seus parentes nas tropas.

Por último, mantive a ortografia da época nas transcrições de trechos documentais, para um melhor entendimento do diálogo entre os vivos do presente e os vivos do passado.

1º CAPÍTULO

1. Narrativas e criação de sentidos durante a guerra do Paraguai no Ceará.

Após uma curta e temporária invasão brasileira em território uruguaio, em setembro de 1864, inicia-se o primeiro passo para as hostilidades entre Brasil e Paraguai que teriam como conseqüência um conflito prolongado e desumano no qual as duas nações mais perderam do que ganharam. O aprisionamento do vapor brasileiro Marquês de Olinda por forças paraguaias, em novembro daquele mesmo ano, foi a declaração imediata, o estopim, da guerra entre o Império de D. Pedro II e a República de Solano Lopez.

Ao se iniciar o conflito entre Brasil e Paraguai, registrou-se do lado brasileiro bastante voluntários dispostos a defender a pátria, pois “a população estava desejava de derrotar um ataque tido como traiçoeiro e injustificável”²⁵. Com a criação do Decreto 3.371, em 7 de janeiro de 1865, que oferecia vantagens sócio-financeiras àqueles que se candidatassem voluntariamente para a guerra, houve um maior estímulo ao ingresso nas forças militares.

Este aparato legal foi uma estratégia utilizada pelo governo Imperial para angariar e nutrir um número expressivo de contingente para a guerra, uma vez que o Brasil não dispunha de um Exército organizado e nem numeroso. Vale ressaltar que em algumas províncias como a da Bahia houve organizações de voluntários antes mesmo da declaração do decreto 3.371, fato este que pode ter interferido na aprovação daquela “lei”.²⁶

Mas a formação de uma força reserva para o Exército não era tarefa tão simples e requeria um esforço de convencimento da população, porque o serviço militar era considerado uma desonra para as camadas pobres e livres, “pois além dos castigos corporais nos quartéis e do baixo soldo, o soldado raso ou recruta,

²⁵DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. **Maldita Guerra**: uma nova história da guerra do Paraguai. Cia das Letras, 2002.

²⁶CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

carregava sobre si o estigma da transgressão social, ou seja, a maioria das vezes estavam associados a bandidos, a desordeiros, a vadios e a ladrões"²⁷.

Diante dessa conjuntura, era necessário que o governo imperial investisse na modificação da imagem que a sociedade brasileira tinha do soldado. O império necessitava agregar o maior número de homens de todas os segmentos sociais, e, dessa forma, buscou legitimar o apoio e a cooperação coletiva, intensificando o apelo patriótico para despertar e nutrir o sentimento nacional contrapondo-se ao inimigo comum, o Paraguai, que passou a representar a barbárie.

Nessa campanha, a Imprensa Brasileira desempenhou papel de suma importância, principalmente quando dizia respeito à desqualificação do opositor, e, no dizer de Bronislaw Bazco, "os tempos de crise são tempos quentes na produção de imaginários sociais, estimulados pelos conflitos, pela busca de legitimidade, pela comoção das estruturas"²⁸. Assim, estimulados pelo sentido de "covardia" que se atribuía a Solano López, os jornais procuravam dar legitimidade à guerra, mas quando escreviam sobre o "ultraje inominável" que López havia imposto ao Brasil, acreditavam em seus escritos, porque os sujeitos não estão fora dos discursos.²⁹

De acordo com André de Toral Amaral³⁰, a Guerra do Paraguai foi a primeira, na América do Sul, a receber uma cobertura visual, através da Litografia, (escrita em pedra) que permitia rápida reprodução de desenhos, cópias de fotografia e pinturas na imprensa. Este autor destaca a produção imagética a partir de 1867, na capital do Império, Rio de Janeiro, com os jornais *A Semana Ilustrada* e *A vida Fluminense* e em São Paulo, com o jornal *O Cabrião*, como sendo periódicos especializados em demonstrar as imagens do conflito, afirmando que esses "discursos-imagens" estavam direcionados para as elites letradas urbanas, sendo o acesso negado às camadas populares.

²⁷ DORATIOTO. Op. Cit. P. 264.

²⁸ BAZCO, Bronislaw. Imaginário social. IN: **Enciclopédia Einaudi/Antropos-Homo**. Lisboa: Imprensa Nacional, casa da Moeda, 1986. V.5.

²⁹ Cf; Esqueletos no armário: quando os Historiadores resolvem brincar de Deus em DARTON, Robert. **Os Dentes falsos de George Washington**; um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Cia das Letras, 2005. Capítulo 8.

³⁰ TORAL, André. **Imagens em desordem**: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870). São Paulo : Humanitas, 2001.

Diferente dessa conjuntura sulista, no Ceará poucos foram os jornais ilustrados, e não encontramos nenhum que fosse especializado em imagens da guerra do Paraguai. *O Tagarela*, periódico ilustrado de curta vigência em Fortaleza, foi consultado e nada observamos nele que nos levasse a pensar que o conflito pudesse ter tido uma produção ilustrativa.

Nas fontes hemerográficas da província é possível encontrar algumas charges em relação a assuntos variados, mas isso não significa dizer que a Imprensa cearense era ilustrada. Diante do exposto, podemos fazer algumas comparações: se no sul, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, a guerra pôde ser percebida também pelo discurso imagético; no norte, especificamente no Ceará, a forma de percepção utilizada pelas classes abastadas e urbanas fora, sobretudo, através da escrita, o que nos levou a pensar que as narrativas da guerra tinham como público alvo, como estava sendo na capital do Império, os segmentos elitizados da província cearense, geralmente compostos por negociantes de cabedais, grandes proprietários de terras e de escravos, uma parte da burocracia e do clero. Cabe então perguntar: por que havia a necessidade de convencer esse estrato social?

Além da condição econômica que os eximia de pegar em armas, a questão tinha a ver também com as dissidências internas entre esses iguais.

Raimundo Girão, em seu livro *Pequena História do Ceará*³¹, afirma que o bipartidarismo reinava na província cearense, em meados do século XIX. Para nós, essas rixas interferiram na maneira de narrar a peleja que estava se dando no Paraguai, porque os espaços dos jornais eram utilizados também para criticar os opositores políticos que usavam a guerra para emitirem suas opiniões pessoais e morais em relação aos seus inimigos internos. É dessa forma que, após alguns semestres de combate, personagens como o Marquês Luis Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, membro do partido Conservador, que antes havia sido ovacionado por patriotismo em alguns jornais da Corte, foi criticado meses depois sob a acusação de ser o responsável pela continuidade dos combates.

³¹GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Editora do Instituto Histórico do Ceará, 1962. (2ª edição).

A facilidade com que as ofensas chegavam à imprensa se devia ao fato de que muitos políticos, quando não eram eles próprios donos de jornais, tinham relações muito próximas com os editores de periódicos de grande circulação na província.

Havia racha interno entre os partidos e, alguns membros não poupavam nem seus colegas quando estes desrespeitavam as idéias partidárias. Por exemplo, as proibições do recrutamento em áreas agrícolas e em tempos de eleições eram medidas liberais que alguns correligionários não respeitavam. Mas nada acirrava tantos os ânimos quanto as mudanças ministeriais.

Coincidência ou não, em 1868 o ministro do Gabinete do Império, o liberal Zacarias de Góes, foi demitido de seu cargo instigando a fúria nos liberais cearenses, que reagiram a altura à decisão, descarregando todos seus rancores na campanha, culpando abertamente o conservadorismo do Imperador e de seus ministros pela continuidade dos confrontos. Mas este viria a ser um segundo momento. O que prevaleceu no início foi uma adesão muito forte à guerra.

Em muitas províncias brasileiras a guerra teve, a princípio, cobertura positiva e o Ceará fez parte desse movimento de adesão. Num período muito curto, primeiro ano de hostilidade, as camadas elitizadas cearenses, uma vez convencidas da justeza da guerra, tomavam para si a "missão civilizatória" de persuadir as "classes" mais baixas e iletradas da província. Para tanto foi preciso deixar o partidarismo à parte, porque o momento exigia abnegação.

Para as camadas pobres das províncias, a audição era o sensor mais usado para se saber do conflito, pois o jornal era folha vendida, e, além disso, a maior parte da população cearense em meados do século XIX, era composta por analfabetos.³² As formulações a respeito dos combates, do número de mortos e de feridos, do patriotismo e da bravura dos cearenses, foram transmitidas através das passeatas e dos comícios públicos organizados por potentados locais, autoridades militar e civil e por intelectuais por quem os elementos de aclamação patriótica

³² BRAZIL, Tomaz Pompeo de Souza. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. Tomo II. (edição fac-similada).

como poemas, canções e hinos eram cantados e recitados e conseguiam atingir a arraia-miúda.

A Igreja Católica do Ceará, gozando de sua autoridade e de seu prestígio na província, foi outra instância do poder instituído que muito se comprometeu com a arregimentação para o conflito, pois "ordenava aos reverendos parochos e mais sacerdotes do bispado que recitem em todas as missas a comemoração da paz" que só viria "se os filhos accudissem o chamamento de Deus e da Pátria"³³. Eis outra forma pela qual os pobres saberiam das notícias da guerra contra Solano López, que muitas vezes foi descrito nos sermões como o "anticristo".

Mesmo nos momentos mais difíceis dos combates, quando a guerra tornou-se de posição³⁴, parte do clero da província achava justo o conflito e pedia nas missas a cooperação de todos, utilizando como elemento de convencimento a união da fé aos sacrifícios no campo de batalha para que tivesse término "àqueles dias de sofrimentos". Nos jornais de circulação grande na capital da província como *O Cearense* e o *Aurora Cearense*, órgãos Liberais, *A Constituição* e o *Pedro II*, representantes dos Conservadores, por vezes encontramos pronunciamentos de padres, monsenhores e até mesmo do 1º bispo do Ceará, D. Luis Antônio dos Santos, pedindo a salvação da pátria e o fim da hostilidade a qual o Brasil fora obrigado a reagir, o que dava uma configuração cristã para as narrativas da guerra.

Objetivamos discutir as atitudes tomadas pelos articulistas dos periódicos em relação à defesa da soberania nacional, bem como as mudanças do discurso "nacionalista" para "crítico-destrutivo" durante a continuidade da guerra. Este geralmente vinha acrescido de julgamentos pessoais que acabavam incidindo na opinião pública, principalmente quando eram repassados para os iletrados.

Obviamente não queremos supor um público completamente passivo, que simplesmente absorvesse as notícias, fatos e os valores que lhe passa a

³³ Fortaleza, Jornal **Aurora Cearense**. Edição do dia 30 de dezembro de 1866. Pronunciamento de D. Luis, o primeiro bispo do Ceará. P.5.

³⁴ BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Cia da Editora Nacional, 1938.

imprensa, mas sim um público que podia ser influenciado pelas informações prestadas por homens que gozavam de relativo prestígio dentro de sua sociedade.

Não podemos deixar de mencionar o porquê de nossa escolha pela imprensa como fonte extremamente útil para pesquisa histórica sobre o conflito do Paraguai. A periodicidade dos jornais cearenses nos permitiu "recompor" o dia-a-dia dos habitantes, como reagiam diante dos acontecimentos, e estabelecer a cronologia dos fatos da guerra, a exemplo dos combates. O periódico *A Constituição* foi um dos mais especializados em narrar as batalhas, e só a peleja de Riachuelo, ocorrida em junho de 1865, até hoje dita como a maior batalha naval brasileira, foi narrada diariamente sendo focado, sobretudo, a valentia do soldado cearense.

A disposição espacial dessas informações, sempre em destaque nas páginas iniciais dos periódicos, permitiu-nos perceber a intenção dos articulistas que era a de inserir o Ceará num contexto maior da nação, que naquele momento estava sendo esboçado na guerra.

A partir dos acontecimentos das invasões das províncias do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul e dos pronunciamentos dos arroubos patrióticos na capital do Império, começou-se na província cearense uma produção de narrativas contra a afronta paraguaia. Essas opiniões emitidas inicialmente, durante o conflito, iriam sofrer reabilitações conforme a duração e os revezes da guerra. Mas vale lembrar que os relatos jornalísticos não refletem a história simplesmente, e não basta retirarmos de suas informações somente aquilo que nos interessa. Devemos incidir nosso olhar sobre eles e fazermos leituras meticulosas que nos possibilitem reflexões cuidadosas do que é importante dentro de um determinado assunto.³⁵

³⁵ ESPIG, Márcia Janete. O Uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico. IN: **Revista de Estudo Ibero-Americano**, Rio Grande do Sul, PUCRS. N° V. Ano XXIV, 1998. P. 269-289.

1.1- O ultraje: civilizados versus bárbaros.

“Senhores! O Ceará em longa distancia do Paraguay, não tem sido indiferente a pátria, que acabara de ser ultrajada pelo pérfido e selvagem Solano Lopes”.³⁶ As palavras do Dr. José Lourenço de Castro e Silva demonstravam bem qual o clima de indignação que prevaleceu diante da ação invasora do Paraguai. Durante todo o primeiro ano de guerra, foram nesses tons ufânico e indignado que os grupos dominantes chamaram a população para salvar a pátria.

De início era unânime entre os jornais de Fortaleza nomear a ação de Solano López como crime de lesa soberania sendo o Império vítima “desse tirano megalomaniaco”. A apreensão da embarcação Brasileira, Marquês de Olinda, por forças paraguaias em dezembro de 1864, e em seguida as invasões das províncias do Mato Grosso e do Rio Grande do sul, sem uma prévia declaração de guerra, foram consideradas um ato covarde e despertou o ódio de muitos brasileiros.

A idéia era demonstrar que o Império fora obrigado a revidar a afronta. Nesse sentido, tronou-se bastante pertinente narrar com minúcias “a covardia das forças paraguaias que traiçoeiramente atacaram os cidadãos brasileiros”:

A República do Paraguai, dizemos mal, o vaidoso e ignorante país[mutilado]... Proclamou-se por droit de conquét de naissance o protetor... da Independência oriental: declarou guerra ao Brasil, fechou o Rio Paraguay a nossa bandeira (e outros não? Que miserável astúcia!) e a falsa fé aprisionou o paquete Brasileiro “Marques de Olinda” conjurando os seus passageiros, entre os quaes se acha o Sr. Frederico Carneiro de Campos, nomeado presidente da província de Mato-grosso e deputado da assembléia geral do Brasil. (...)
O Paraguay insulta e afronta o Brasil, punge-nos o coração, condenando ao martyrio de sua barbaridade, brasileiros que pacificamente transitavam pelas águas comuns, na fé de uma nação culta, que se julgava em paz com esse traiçoeiro vizinho.
Que resta ao Brasil? Apanhar a luva, não diremos, porque esta phrase se applica a cavaleiros; responder ao Paraguay; Lupum auribus tenes, e ir dar lição severa a temerário e odioso provocador³⁷....

³⁶ O Cearense. Op. Cit. “Noticiário”. Publicação do dia 16 de fevereiro de 1865. P.3.

³⁷ O Cearense. Idem, Ibdem. “Noticiário”.Notícia publicada em 4 de fevereiro de 1865. P.4.

Desde que as primeiras notícias desse apresamento chegaram ao Ceará, com pelo menos dois meses de atraso, houve uma mobilização por parte da Imprensa cearense em criar narrativas que possibilitassem, *a priori*, a persuasão dos vários segmentos elitizados da província que uma vez convencidos, não tardariam em envolver-se na luta, levando consigo seus seguidores e subordinados.

Informações sobre a indignação popular e os conseqüentes alistamentos em outras províncias como São Paulo, Bahia e na capital do império, Rio de Janeiro, tiveram publicações estratégicas nos jornais cearenses como parte integrante do movimento que visava um maior número de voluntários para guerra. No periódico *O Cearense* encontramos:

Em o lugar competente publicamos o decreto do governo imperial, creando o corpo de voluntários sob denominação de voluntários da pátria. As condições estabelecidas no decreto são mais vantajosas aos que, cedendo aos nobres impulsos do coração se ofereceram para defesa da pátria. Em algumas províncias, como São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Pará, organizam-se corpos de voluntários, e há grande enthusiasmos a prol da guerra; os nobres estímulos e o amor da pátria acendeu-se vivamente n'aquelas províncias heróicas. Aclamma-nos empenhados em uma questão de eterno oppobrio ao brasileiro que ficar surdo ao appello da pátria em perigo. Quando, um dia, a posteridade lançando os olhos sobre o passado, ler a historia da nossa actualidade, não terá de corar pelo Ceará, porque n'essa triste emergência temos fé, não havemos ficar inertes ou indiferentes. Ao governo cumpre proceder de maneira se aproveitar as boas disposições do povo, afim de que não diga do Ceará; foi o ultimo vindo.³⁸

O jornal *O Cearense* foi um dos periódicos que mais tentaram expandir a idéia de salvação da pátria, destacando o povo cearense como patriota. Assim, não demorou a descrever como andavam as mobilizações na província:

Os cearenses vão accudindo nobremente os reclamos da patria e ao convite imperial. Vê-se cidadãos de todas as classes comprehendem belamente o sagrado dever de defender a honra e integridade do Império e de auxiliar nossos briosos irmãos, os bravos de Paysandu e Coimbra.³⁹

³⁸ *O Cearense*. Op. Cit. "O Cearense". Notícia do dia 2 de fevereiro de 1865. P. 4.

³⁹ *O Cearense*, Op. Cit. "Noticiário". Notícia do dia 11 de fevereiro de 1865. P.2

Vale ressaltar que essas narrativas de indignação eram extremamente necessárias, pois José Murilo de Carvalho lembra que a idéia de *nação imaginada*⁴⁰ não estava nos horizontes mentais de grupos locais e da população em geral. Para o autor, a idéia de Brasil como pátria estava na cabeça dos políticos que lideraram o processo de independência, ou seja, nação e pátria estavam mais ligados aos ideais políticos pensados pelos setores da elite que tinham alguma representação na política imperial, ao passo que para a maior parte da população tais ideais eram ignorados.

Dessa forma, tem razão Carvalho quando afirma que a guerra do Paraguai foi um fator determinante na formação de identidade brasileira, pois colocou um inimigo estrangeiro que, por oposição, gerou o sentimento de pertença.⁴¹ A partir de então, a pátria deixava de ser aquela abstração pensada por algumas mentes depois da Independência do Brasil e passava a ter materialidade comum. Por esta razão um dos temas mais privilegiados nas narrativas jornalísticas da época foi o da salvação da pátria, porque ofendê-la era o mesmo que ofender qualquer brasileiro.

Nesse sentido a imprensa cearense explorava ao máximo a ofensa que o Brasil havia sofrido, ratificando a importância da ofensiva:

As nações, como os indivíduos, têm seus dias de sacrifícios, de perigos, e aflição; como de seguridade, satisfação e gloria.

Porque a vida dos Estados depende de sua integridade, e de sua honra, que consistem na integridade de seu território e autonomia de seu poder.

Atacada a existência nestas bases o corpo social periga; e como não há sacrifícios o bastante para quem defende a honra e ávida; assim não se deve have-los para sociedade quando são ameaçados tão caros interesses.

O povo brasileiro é chamado a uma guerra justa e santa, tanto o quanto pode ser esse flagelo imposto á sociedade como condição de seu desenvolvimento.⁴²

⁴⁰ CARVALHO, José Murilo. **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora da UFMG. P.239.

⁴¹ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: grande caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.P.76-85.

⁴² **O Cearense**.Op. Cit. "Noticiário" . Notícia do dia 7 de fevereiro de 1865. P.3.

Utilizando a mesma argumentação, o jornal *A Constituição* chama às armas:

Posto que a nação inteira tenha soberbas provas de patriotismo, enviado todas as províncias a porfia inúmeros voluntários aos campos de batalhas, que se abrem risonho e verdejantes de louros as nossas armas lá onde o cacique dos paraguaios nos provoca, contudo muito resta ainda a fazer para os esforços empregados não sejam perdidos. Convem que esses esforços se convertam em actos que revelem o mundo inteiro que a guerra, a que fomos arrastados, fundada como he no sagrado coração direito de defesa, nada mais tem em vista do que fazer do Paraguay o direito internacional e levar aquellas paragens princípios de liberdade e civilização que ali até hoje não tem penetrado
...⁴³

Nos periódicos de linha católica como o *Aurora Cearense*, a guerra tornava-se a religião da nação em comunhão.

Na edição de dezembro de 1866 do *Aurora Cearense*, D. Luis, o primeiro bispo do Ceará, fez um pronunciamento longo no qual se referia aos males dos conflitos para as nações e os povos civilizados.

A paz meus caríssimos irmãos, é o mais estimável dom, que a bondade de Deus ortoga aos homens na terra, assim, como a guerra, segundo os livros sagrados, é a maior calamidade, que nos pode chegar, e o maior castigo que o mesmo Deus, em sua justiça, inflige aos pecadores. Com este flagelo todas as classes da sociedade sofrem, e toda as fontes de prosperidade nacional secção. A lavoura perde os braços, que a alimentavam, definham, o comercio, entrando em assustadora crise, não inspira confiança; os estabelecimentos de instruções e beneficência não podem ordenar recursos, fazer face extraordinária despezas, fecham-se, e todo paiz retroga muitos annos, no caminho da civilização e da prosperidade...⁴⁴

Porém, mais adiante, o bispo ressaltava a necessidade de se combater o inimigo bárbaro, visto que sua atroz ação não ofendeu apenas o Império, mas também a Santa Religião Católica:

⁴³ Fortaleza, jornal **A Constituição**, Edição do dia 04 de julho de 1865. P. 1

⁴⁴ Fortaleza, Jornal **Aurora Cearense**. Proclamação publicada em 30 de dezembro de 1866.P. 3.

... O nosso Brasil, este abençoado paiz sempre favorecido pela providencia divina, por muitos annos gozou da paz, e seus filhos contente e satisfeitos a sombra das bellas instituições, que as regem, prosperavam e caminhavam alegres na via de um bem entendido progresso.

Mas, caríssimos irmãos, o homem inimigo, segundo a esphera evangélica, semeou a sizonia no pacifico paiz de Santa Cruz. Uma provocação acintosa, uma invasão armada, desafiaram o brio e a honra nacional, e forçaram o nosso governo a repelir com armas injusta e inqualificada agressão.

Esta empenhada a honra de nossa pátria, caríssimos irmãos e filhos amados, estão comprometidos nossos bem estar, a nossa tranqüillidade, os nosso interesses, o futuro da nossa pátria, nossa tranqüillidade, a nossa mesma consciência de catholicos, que pela graça de Deus, somos.

Os livros Santos parecem confundir o amor da religião com o amor da pátria, ou identificam tanto estas duas coisas, que inculcam de modo que não se pode observar uma sem a observância da outra⁴⁵

Na visão do prelado, o conflito era uma "cruzada" contra os "bárbaros invasores desconhedores de qualquer noção de civilidade".

Sabendo-se que o ato de escrever não é dissociado do ato de pensar⁴⁶, entendemos que a escrita destes discursos expressavam tanto a necessidade de formação dessa *comunidade de nação imaginada* como a tentativa de grupos políticos imporem seus ideais às custas da guerra.

A empreitada demandava mais esforços e fez-se necessário "desumanizar" a pessoa de Solano López.

Pôde-se observar na imprensa cearense que adjetivos pejorativos bem peculiares à época eram dirigidos ao líder paraguaio. Tirano, selvagem, déspota, anticristo e bárbaro foram as denominações mais comuns relativas ao presidente paraguaio.

Assim, *O Cearense* instigava a população ao dever das armas estigmatizando o líder guarani: "Cearenses, vão-se as fronteiras, mostrai ao Brasil nossa dedicação à Pátria, e ao tirano paraguaio que suas hordas de selvagens não passarão impunemente ao solo brasileiro"⁴⁷.

⁴⁵ **Aurora Cearense**. Op. Cit. Publicação do dia 30 de dezembro de 1866. P. 4.

⁴⁶ WILLAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

⁴⁷ **O Cearense**. Op. Cit. "O Cearense" Chamamento noticiado em 9 de março de 1865.

Cabe aqui uma observação de grande importância acerca do uso da palavra bárbaro utilizada pela imprensa no contexto da guerra. Este verbete passou a ter outros significados dentro do contexto do bipartidarismo cearense.

O termo em questão teve a princípio seu significado restrito à violência ou falta de leis do povo paraguaio. Apesar do momento exigir abnegação de todos, o conflito não pôde conter por muito tempo a trégua entre os partidos políticos cearenses rivais, assim, bárbaro no espaço dos periódicos, foi a forma encontrada pelos articulistas para crítica de seus adversários.

Em outros termos, os periódicos de linha conservadora que defendiam a monarquia, por exemplo, fizeram uso do verbete para também escarnar os opositores, os de linha liberal. Davam a entender que a barbárie guarani era advinda dos ideais liberais, ou seja, que o republicanismo era incompatível no cone sul, e que o mesmo levaria o continente ao barbarismo. Dessa forma, estavam ao mesmo tempo fazendo a defesa da pátria e advogando suas idéias.

Em contrapartida, os Liberais cearenses passaram a restringir a palavra bárbaro como antônimo de civilidade, termo este que, segundo Marco Antônio Cunha, foi forjado na época da guerra, como sinônimo de modernidade encontrando bastante ressonância nos ideais liberais republicanos, que pregavam mudanças e aceleração nas atividades produtivas em oposição à estrutura econômico-social do estado imperial.⁴⁸

Contudo, essas contendas não impediram a propagação da imagem violenta do presidente paraguaio na província.

Na edição de 26 de junho de 1867, *O Cearense*, que havia se tornado crítico ácido da guerra, na ânsia de denunciar as agruras do recrutamento na província e com isso desgastar a imagem da monarquia, deu-nos indícios dos receios em relação “ aos bárbaros paraguaios”:

... partio desta cidade [de Baturité] uma escolta de 10 praças sob o comando do alferes Manoel Antonio da Silveira e chegando a casa de Manoel Patrício, pela meia noite pouco mais ou menos... o alferes por algum calor estratalhou seu corpo e deu ordem aos soldados para

⁴⁸CUNHA, Marco Antônio. **A Chama da nacionalidade**: ecos da guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.P. 108.

invadirem a humilde choça [de José Patrício]; a ordem foi imediatamente executada, derribaram a porta e invadiram a casa servindo-se de tições para poderem enxergar. Patrício não estava em casa, *mas seus filhos vendo sua habitação alta noite invadida por gente, entenderam que era algum bando de paraguayos que lhes queriam offender, lançaram mão das armas e defenderam-se heroicamente*; da lucta saíram feridos 4 filhos, 1 menino e a velha mulher de patrício...⁴⁹

A cena descrita é passível de algumas observações. Pode ser que o tumulto, que segundo o periódico se deu em Baturité, faça parte da aversão ao brutal recrutamento realizado na província durante o terceiro ano de guerra, sendo provável que as populações do interior reagissem com violência em relação aos recrutadores, encarando-os como os próprios invasores.

No entanto, a confusão é sugestiva para nós, pois ela é a essência de nossa argumentação, uma vez que ligar as forças recrutadoras da província aos soldados paraguaios significava reconhecer tanto as brutalidades dos alistamentos, como a vulgarização de imagens ruins do povo paraguaio.

Do lado paraguaio, esse movimento de desumanização ou animalização do outro se fez bem mais presente que no Brasil, visto que a propaganda patriótica inspecionada de perto por Solano López esteve bastante direcionada para a população pobre e para os soldados no *front*.

André Toral Amaral afirma que o perfil dos periódicos paraguaios era crítico-jocoso. Em quase todas edições havia escárnio da monarquia brasileira e, por várias vezes, o imperador e o Exército brasileiro tiveram suas imagens estigmatizadas.⁵⁰ O fato de o povo guarani ter um alto índice de alfabetismo juntamente com a distribuição gratuita dessas publicações entre as camadas populares facilitaram a incorporação no tecido social "das tendências imperialistas de D. Pedro II". Por conseqüência, houve reforço do patriotismo no Paraguai. Assim, promoveram-se a animalização ou barbarismo do império de forma a confirmar a recíproca.

⁴⁹ Jornal **O Cearense**. Op. Cit. "Noticiário" . Notícia publicada em 26 de julho de 1867.P.4.

⁵⁰ AMARAL, André Toral. **Imagens em desordem**. Op. Cit.P.72. Segundo o autor os periódicos ilustrados El Centinela e El Cabichuí apesar de terem tido existências efêmeras, o primeiro de abril de 1867 a dezembro deste mesmo ano, e o segundo de maio de 1867 a julho de 1868, desagradaram muito os defensores da monarquia brasileira com sua charges humilhantes.

De acordo com Amaral, as derrotas por que passaram os exércitos guaranis a partir do segundo ano de combate, fizeram com que Solano Lopez aumentasse o número de jornais no país, sendo que muito destes, por exemplo, os semanários *El Centinela*, editado em Assunção, e o *El Cabichuí*, produzido no front, contavam com o artifício da ilustração. O autor destaca ainda que o empenho do presidente paraguaio foi de tal envergadura, que um periódico, o *Cacique Lambaré*, foi editado totalmente em guarani, língua bastante utilizada pelas populações interioranas do país, e distribuído para as mesmas.

Citando o historiador paraguaio Juan Crisóstomo Centurión, Amaral afirma que:

...As tropas e o povo compreendiam perfeitamente que essas publicações se faziam diretamente sob as inspirações ou censuras do marechal López. Ainda assim, teriam cumprido satisfatoriamente o seu papel de manter o elemento moral do exército, conservando a disciplina em meio a privações e miséria.⁵¹

Para manter a moral dos combatentes e abnegação do povo, o "marechal López" investiu contra o império de maneira incisiva, publicando charges que desmoralizavam a Monarquia e o Exército brasileiro, representando-os como negros.

⁵¹ AMARAL Apud Centurion. P.69.

*“— Arriba polleras y abajo calzones! —
Muera la allianza de los coju... dos-uno-dos-
Y desde hoy la auriverde está en mano de la
Emperatriz del Brasil.”*

*Charge publicada no jornal paraguaio El Centinela,
satirizando a Coroa brasileira.*



Jornal *El Centinela* apud Jorge Prata de Souza. *Escravidão ou Morte*. P.36.

Essas publicações eram estrategicamente deixadas por soldados paraguaios em locais próximos aos acampamentos brasileiros e, o conhecimento destas entre os comandantes em chefe, tornou-se inevitável. Rapidamente o imperador tomaria ciência dessas imagens.⁵²

⁵² AMARAL.Id. Ibidem. P.68

As charges que associavam a monarquia, a imperatriz, imperador e o exército brasileiro a negros ou a macacos enfureceram D. Pedro II, ferindo-o sensivelmente, uma vez que o riso, o mais terrível dos escárnios, muito humilha sem falar. Além disso, as imagens poderiam levar qualquer pessoa à reflexão, independente do grau de instrução. Vejamos as charges paraguaias:



Jornal *El Centinela* apud André Toral Amaral. Imagens em desordens.P.184 Da esquerda para direita: Tamandaré, D.Pedro II e Polidoro.

A reação a estas imagens na imprensa carioca foi extremada, conforme a expressão encontrada na edição de 6 de fevereiro de 1869 do jornal *Vida Fluminense*, onde Solano López montado numa vaca comandava um exército de cachorros:

Vida Fluminense, 58, 6.2.1869



NOTÍCIAS DO SUL.

Tendo dado cabo de tudo quanto havia de bipedes no Paraguay, o El supremo, que tem muita paciencia achou ainda meio de reorganizar um novo exercito de quadrupedes a quem faz a seguinte proclamação... (Por falta de espaço pedimos ao leitor que a leia no *Diario da Paz* ou le será publicada hoje) á qual os soldados entusiasmados responderem:
Hau hau! hau! miau! hau! miau!

Jornal *A Vida Fluminense* apud André Toral Amaral. *Imagens em desordem*. P.181.

Não encontramos nenhuma reprodução dessas charges cariocas na imprensa cearense. Achamos sim um discurso que, segundo *O Cearense*, Solano López chamava seu povo à luta. Sua reprodução demonstrava a indignação dos articulistas do jornal com os argumentos do presidente paraguaio:

...SOLDADOS. Foram estéreis os meus esforços por manter a paz como o império do Brasil, mal conhecendo o nosso valor enthusiamos, provocando a guerra; a honra, a dignidade nacional e a conservação dos mais caros direitos nos mandam aceitar-a.

Em recompensa da vossa lealdade e grandes serviços fixeis sobre vós minha attenção escolhendo-os entre números legiões que formamos os exercitos da republica, para que sejais os primeiros a dar uma prova da valentia das nossas armas, recolhendo os primeiros louros que devemos reunir aos quaes os nossos maiores pozeram na Coroa da Pátria, nos memoráveis dias do Paraguay e Taquary...⁵³

⁵³ *O Cearense*. Op. Cit. "Noticiário". Discurso publicado em 19 de janeiro de 1865. P.3.

Apesar dos esforços de denegrir a imagem do presidente guarani terem tido relativo sucesso nas províncias brasileiras, não poderíamos deixar de acentuar as dificuldades enfrentadas pelo império na empreitada patriótica durante a guerra do Paraguai.

Em situação bem diferente da condição paraguaia, o Brasil teve mais empecilhos em vulgarizar as idéias de pátria que o Paraguai, uma que vez o império contava com poucos periódicos ilustrados dedicados à temática da guerra. Apenas na capital imperial, Rio de Janeiro, seguida de algumas províncias como as do Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato-Grosso, Pernambuco e Bahia encontram-se publicações ilustrativas, dedicadas quase exclusivamente ao conflito. Além disso, dois fatores contribuíram bastante para que o patriotismo não se sustentasse entre as camadas pobres e, até mesmo entre aquelas que possuíam alguns recursos: o analfabetismo da maior parte da população brasileira e o fato dos jornais visarem o lucro.

O Ceará fazia parte dessa odiosa estatística, haja vista, que o analfabetismo na província era um dos mais altos do império. Todavia, a questão da vulgarização dos ideais patrióticos no Ceará, a princípio, contou com o apoio total dos voluntaristas da pátria, homens que desempenharam papéis importantes como filtradores dos discursos de salvação da nação em construção, como veremos mais adiante.

1.2. A “mãe-pátria” e os heróis cearenses.

A guerra do Paraguai demandou os esforços de mobilização nunca vistos no Império e, como já dissemos, muitas estratégias foram utilizadas para que o número de combatentes não rareasse. Criar sentido do que era ou representava a pátria dentro do tecido social era essencial para sua salvação. Boa parte da elite brasileira concentrou-se nessa empreitada que, diga-se de passagem, não foi matéria fácil.

Atrélar, sobretudo, a figura da mãe, chefe do lar que zelava pelo bem-estar dos filhos, à pátria foi um ato bem pensado no que toca às estratégias de

alistamentos. Estas visavam tocar os corações daqueles que ainda não tinham atendido aos chamados de salvação.

Eram as metáforas da mãe ou da companheira, segundo Armelle Enders, que afetavam o amor, abnegação, segurança, desprendimento, valores essenciais para fundamentar o nascimento de uma pátria para todos. Assim:

As mulheres são indissociáveis do tema 'mãe-pátria'. É por intermédio delas, acreditava-se, que o amor á terra natal é transmitido. O sentimento nacional não poderia ser apanágio de nenhuma outra categoria da população. Somente ele, junto com a fé em Cristo, tem o poder de transcender a divisão sexual (e social) das tarefas e de legitimar as donzelas e as matronas guerreiras.⁵⁴

No entanto, o uso de outras "categorias" femininas de inestimável valor como filhas ou irmãs foram também adequadas como elemento mobilizador.

Pedro Paulo Soares, em seu trabalho sobre a Iconografia da Guerra do Paraguai na imprensa Fluminense, afirma que:

Durante o período de mobilização das forças militares, ocorrido após a declaração de guerra com o Paraguai, à imagem feminina foi corriqueiramente utilizada para a representação da nacionalidade brasileira. Eram, como já dissemos, figuras em sua variações clássicas- a mãe, a mátria dos positivistas; a irmã, a fátia, entidade protetora e guerreira....⁵⁵

Esse movimento de criação da pátria através das "categorias" femininas, parece ter sido constante nos jornais fluminenses que muito apresentaram as províncias nortistas fazendo parte da nacionalidade.

A província de Pernambuco foi associada a uma bela índia que preocupada com o futuro do império dizia "... vamos levar a nossos irmãos do sul sangue e braços! À guerra!". Já a legenda que acompanhava a representação da majestosa Bahia era claramente de uma mãe guerreira que ordenava "Ide, meus filhos, esta

⁵⁴ENDERS, Armelle. O Plutarco brasileiro: a produção de vultos nacionais no segundo Reinado. IN: **Revistas Estudos Históricos**/CPDOC-Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. V.14. Nº 25. 2000.P.52.

⁵⁵ SOARES, Pedro Paulo. **A Guerra da Imagem**: iconografia da Guerra do Paraguai na imprensa ilustrada fluminense. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado UFRJ, 2003. P. 82.

capela cingirá os vivos, as minhas orações acompanharão os mortos; os mortos ou vivos, o Brasil espera, e eu mando, que cada um de vós cumpra seu dever⁵⁶.

Muitos periódicos cearenses fizeram uso, principalmente, da metáfora da "mãe-pátria" com a intenção de que novos voluntários se apresentassem. Afinal que filho ficaria surdo aos pedidos de socorros da mãe em perigo? Nesse sentido, uma poesia publicada pelo *O Cearense* ratificava o sofrimento da "mátria":

Brando de guerra
As armas filhos da Pátria
As batalhas nos conduz
Os bárbaros que estão pisando
A terra de Santa Cruz
Motilam nossas donzelas
Como esfomiados urubus
(...)
A mai Pátria afflicta geme
Seus gemidos a nos voou
Nos filhos estremecemos
Pela voz que zoou
Do sul pedindo socorro
Responde- o norte-eu lá vou!
(...)
Em soscorro da mai pátria
Que o norte esta chamando,
Elle manda, os filhos duros
Deixa louris a pátria
Ao Paraguai partiu voando.⁵⁷
(...)

Nas palavras de D. Luis, salvar a mãe-pátria era incumbência dos homens tementes a Deus:

... Vós sabeis, bem sabeis, meus carissimos irmãos que se Deus não proteger a cidade, debalde trabalham aqueles que defendem, e firmando nesse oráculo do Espirito Santo, devemos dirigir nossas súplicas consciência de catholicos, e dizer-vos: Deus o quer, meus filhos. Deus quer e manda sob pena de incorrerem em seu desagrado, que mesmo com o preço de nosso sangue e de nossa vida, coadjuvemos nossa *mai* no empenho, em que ella se acha colocada. Deus quer e manda que vingamos a sua honra offendida e a livremos dos insultos, que visinho ingrato lhe dirigio, assacado-lhe injustiças...⁵⁸

⁵⁶ Idem.SOARES. P.85.

⁵⁷ **O Cearense**. "Publicações Solicitadas". Poesia publicada em 9 de março de 1865. P.4.

⁵⁸ **Aurora Cearense**. Op. Cit. Publicada em 30 de dezembro de 1965.P. 5.

O discurso que estava se construindo podia ser resumido nas palavras enfáticas do Bispo que atrelava "o traidor da pátria ao matricida"⁵⁹.

A alegoria da "irmã" como evocativa da unidade geográfica e política também teve boa utilização nas "Publicações solicitadas" do *O Cearense*:

Cearenses!...A causa de nossas *irmãs* [Mato-grosso e Rio Grande do Sul invadidas] é nossa causa, é cauza do Brazil, e sem que sejais taxados de ingratos, de pérfidos, de filhos de espurias, podeis de tomar nella a mais enérgica parte.

Ninguem poderia chama-nos de miquos, temos sofrido desses pérfidos vizinhos. Temos visto nossos emissários insultados, injuriados, os nossos irmãos horrivelmente assassinados, as nossas fronteiras salteadas, os nossos trabalhos ludibriados e rasgados em praça publica...⁶⁰

Essas representações, durante o primeiro ano de guerra, tiveram, de certa forma, boa aceitação entre os cearenses que liam ou ouviam as notícias e os chamativos para o dever cívico. Podemos até nos arriscar dizendo que essas imagens criadas através dos discursos deram vasão para que outros sentidos como as grandezas das batalhas, passassem a encorajar aqueles que ainda não tinham sido instigados ao patriotismo. Assim, os combates no *front* foram outros evocativos para guerra.

Narradas como verdadeiras epopéias, as batalhas acontecidas no ano de 1865, também fizeram parte dos esforços de arregimentação na província cearense. Mas, antes de começarmos a falar dessas narrativas heróicas, é preciso primeiro entender que o Brasil até a época da guerra do Paraguai carecia, de certa maneira, de vultos nacionais que causassem comoção no todo social ou pelo menos em boa parte deste.

De acordo com Maria Helena P.T. Machado, o problema da construção de uma identidade e de uma história nacional, no século XIX, era "questão paradigmática do jovem Império transplantado nos trópicos, o vir-a-ser 'natural' da colônia em nação independente, portadora de uma história e geradora de um povo". Para a autora, os debates e os esforços dos intelectuais culminaram na

⁵⁹ Idem. Publicação do dia 30 de dezembro de 1866. P. 4.

⁶⁰ **O Cearense**. Op. Cit. "Publicações Solicitadas". Publicação do dia 7 de fevereiro de 1865. P.3.

década de 1870, só então a construção de um imaginário a respeito da constituição de uma raça americana entraria em marcha.⁶¹

É possível fazermos uma ponte entre esse empenho e o empenho dos articulistas cearenses que no tempo do conflito contra o Paraguai tentavam criar fortes imagens do soldado cearense como corajoso e abnegado.

A guerra veio a calhar nessa questão, sendo constantes nas narrativas os "memoráveis" combates e as aparições dos heróis cearenses.

O forte de Paissandu, localizado em Mato-Grosso ocupado facilmente pelas tropas paraguaias, foi retomado pelas tropas imperiais, em 2 de fevereiro de 1865, e para celebrar este feito, um hino de autoria de Zaluar foi escrito no *O Cearense* em nome dessa vitória:

HINO DE PAYSANDU.
Do Brasil o pendão thrimphante
Já tremula nos muros inimigos
Ao erguer o império gigante
Seus contrários são batidos
Rufa a caixa tocando arrebate(refrão)
Eis as armas do mar e terra!
Envolvidos no pó dos combates
Entoemos os hynos da guerra
Incende-a –lhe o audaz pensamento
A vitória passara ao teu lado
(refrão)
Onde exite uma vida, em alinto
Tem a pátria um heroe , um soldado
Nobres filhos d'índonmita raça
Em desface da honra ultrajada
Não resistira teu brio, uma praça!
(refrão)
E qual seu raio , em seu punho, uma espada
Contra as gordas selvagens , ferozes
Das nações o opprobio , o desdouro
Corremos a lueta velozes
Nossa fontes cingidas de louro
(Refrão)

⁶¹ MACHADO. Maria Helena P.T. Um Mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX. IN: **Revistas Estudos Históricos**/CPDOC-Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. V.14. Nº 25. 2000.P. 63-80.

Honra aos fortes que o sangue valente
Derramam no solda batalha
E morreram na anciã fremente
Da bandeira fazendo mortalha
(Refrão)⁶²

Paissandu foi a batalha que deu a partida para a criação de heróis. Na reconquista deste forte, as primeiras aparições foram de heróis com status nacional como o Liberal Tamandaré, hoje símbolo-mor da Marinha de Guerra Brasileira:

...Payssandu foi tomado viva a força do dia 2 de janeiro, depois de um combate de cinquenta e tantas horas, e dos sitiados haverem feitos esforços desesperados para conservar a praça.
(...) O nosso exercito mostrou muita bravura e dedicação em tão glorioso feito, no qual tomaram parte o general Mena Barreto, e o barão de Tamandaré, primeiro official, superior, que ocupou Payssandú, onde com maior entusiasmo fora arvorado o estandarte brasileiro...⁶³

Aos poucos, os heróis locais como o cearense Antônio de Sampaio iam ocupando seus lugares sendo homenageados nas "Ordens do dia" dos generais em chefe:

Payssandu.
Segunda a ordem do dia do general em chefe, os officiais que mais se distinguiram segundo sua parte:
- Corornel Antonio de Sampaio
- Major Antonio da Cruz Barreto
- Tenente Coronel João Sabino de Sampaio Menna Barreto...⁶⁴

O primeiro ano de guerra foi, sem dúvida, muito propício para a produção de vultos nacionais e locais. Tão logo no Ceará, como no restante das províncias brasileiras, este movimento foi se fertilizando devido à questão da "defensiva estratégica", ou seja, era questão da integridade do território que estava em jogo, então era preciso lutar.

⁶² **O Cearense**. Op. Cit. "Noticiário". Notícia do dia 25 de fevereiro de 1865. P.2.

⁶³ **O Cearense**. Op. Cit. "Noticiário". Publicado em 4 de fevereiro de 1865. P.2. Devemos lembrar que o Almirante Tamandaré pertencia ao partido Liberal, por isso sua figura foi muito prestigiada no O Cearense, também liberal. Tamandaré foi antes de tudo um herói liberal.

⁶⁴ **O Cearense**. Op. Ct. "Noticiário". Notícia do dia 21 de fevereiro de 1865. P.2.

No editorial de 25 de julho de 1865, o jornal *A Constituição* destacou do *Jornal do Comércio* do Recife a seguinte transcrição de um soldado anônimo:

Carta particular que contem interessantes pormenores:

... no ataque a Corrientes, a 25 de maio, coube-me uma parte activa e importante, mas ali só recebemos de terra bolinhas de fuzil, porem na batalha encarniçada de Riachuelo, o 11 de junho, que durou sem cessar desde 9 horas da manha até às 6 da tarde, nessa lueta sanguinolenta é que tivemos o nosso dia de gloria, pois devemos estar de porte apreciando para saltares do interno de teu peito os vivas de enthusiasmos de um coração brasileiro em presença da bravura, coragem e sangue frio com que a guarnição heróica desta canhoeira manejava a grossa artilharia, já obrigada a calar algumas peças inimigas, já fazendo voar em estilhaços a caixa das rodas e parte das bordas do vapor inimigo.⁶⁵

Logo após essa publicação, o periódico cearense anunciou que um "comprovinciano", pertencente ao 9º Batalhão de infantaria, estava na canoeira que combateu em Riachuelo, dando o entender que o mesmo era o soldado anônimo que outrora escrevera" para o jornal pernambucano.⁶⁶

A exemplo de Paissandu, o combate naval de Riachuelo seria utilizado como símbolo de evocação nacional.

Nas narrativas de Riachuelo, ainda hoje tida como maior feito da Marinha Brasileira, a necessidade de formar heróis locais passou a ser cada vez mais forte:

Passeiata.

Antes de ontem com o recebimento da fausta noticia do brilhante feito d'armas de Riachuelo, onde nossa armada e parte do exercito que accompanhava se *immortalizaram nossos amigos commandantes superiores Machado, Tenente Coronel Cunha Freire, Capitão Justa (commandante interino do 1º batalhão da Guarda Nacional), Capitao Varonil*, e muitos officias da guarda nacional, promoveram uma passeiata, que com uma bella banda de muzica e grande concorrência percorreu as ruas da cidade entre repetidos enthusiasmos vivas o patriotismo, indo depois ao patio do palacio, onde o Ex. Sr. Dr. Homem de Mello chegando a varanda deu vivas de enthusiasmos ao Imperador, A Constituição, A Religião Catholica e aos bravos de Riachuelo.

A memoravel Victoria de Riachuelo merecia bem essa manifestação dos cearenses, já porque nenhum brasileiro pode deixar de enthusiasmar-se com feito tão glorioso de nossas armas, já porque tendo-se, distinguido

⁶⁵ **A Constituição**. Op. Cit. Publicação de 25 de julho de 1865. P.1.

⁶⁶ Idem, Publicação de 25 de julho de 1865. P.2.

naquela batalha tantos cearenses , como o bravo tenente *Coronel Guimarães* e outros, nem um cearense que saiba quanto o nome cearense foi enobrecido em Payssandú, em Corrientes, e ultimamente em Riachuelo pode deixar d' inflamar-se expandindo-se com maior effusao na celebração de feitos tão gloriosos para toda nação,e para as províncias , cujos filhos nelles tiveram parte!⁶⁷

Além da listagem de heróis, houve, como se depreende da notícia, a intenção de disseminar a vitória em público, o que inferimos ser um esforço de mobilização. Relatar as batalhas dando destaque para os heróis demonstrava o empenho das elites políticas cearenses no sentido de criar "ações pedagógicas", que buscassem identificar o povo à nação. Só assim, havia esperanças de nutrir os contingentes.

Concomitantes as notícias de Riachuelo, o ato simbólico da ida do imperador a Uruguaiana, cidade gaúcha invadida por tropas paraguaias em abril de 1865, veio a corroborar esse esforço.

Para estudiosos como Lília Schwarcz⁶⁸, a presença do Imperador no campo de batalha vestido de soldado repercutiu de maneira positiva na sociedade imperial, sobretudo, entre a elite letrada, que fez uso simbólico da visitação para tentar angariar homens para exércitos em operações.

Na fase da ofensiva, os confrontos campais tiveram muita divulgação tendo maior proeminência a de Tuiuti, realizada no dia 6 de maio de 1866, por ser considerada a maior batalha enfrentada pelo Exército Brasileiro. Graças a esta, muitos cearenses tiveram o status de mártires de guerra, recebendo as honrarias de praxe.

Enfocaremos dois cearenses, os generais Tibúrcio e Sampaio, que foram(são) considerados homens extraordinários a partir de seus feitos em combates, sobretudo, em suas ações em Tuiuti. Ressaltaremos também que as diferenças sociais entre sujeitos iriam lhes conferir lugares diferentes nos estandartes dos heróis. Enquanto o primeiro seria reconhecido com prestígios nacional e local; ao segundo, restou-lhe apenas esta última consideração.

⁶⁷ **A Constituição**.Op. Cit. Notícia do dia 26 de julho de 1865. P.3.(Grifos nossos).

⁶⁸ SCHWARCZ, Lília. **As Barbas do Imperador**: D.Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, filho de Viçosa do Ceará, teve uma educação militar no Colégio da Praia Vermelha no Rio de Janeiro, lugar de onde embarcou para a guerra.

Sempre destacado nas memórias dos militares pela sua desmedida coragem, Tibúrcio esteve muito vivo na memória do colega Dionísio Cerqueira, ex-combatente da guerra do Paraguai, que lembrava do "infatigável" oficial cearense com muita alegria:

Além de ilustrado, o moço comandante fascinava pela palavra enérgica, brilhante e fluente. Sobressaía a todos os seus comandados, pelo talento e pela bravura. Se os mandasse, com uma pequena força, outra dez vezes maior, iriam cheios de confiança, porque o comandante não dava ordens absurdas e sabia o que fazia. Todos nós tínhamos nele a fé absoluta. Inspirava-me um entusiasmo indescritível. Ainda hoje, quando me lembro dele, o pulso bate mais ligeiro e a memória povoa-me de cenas de epopéias.⁶⁹

Tibúrcio ganhou a patente de general na guerra quando se destacou nas principais batalhas, entre elas, Tuiuti. Tornar-se-ia herói nacional ainda no século XIX e, posteriormente, com a invenção do Exército na República⁷⁰, seria promovido, pós-morte, ao posto de Patrono da Artilharia Brasileira, sendo um símbolo para aquela instituição.

Já o também brioso Antônio de Sampaio, nascido na vila cearense de Tamboril, de origem humilde, antes mesmo de Tuiuti, era destacado como distinto militar:

Os cearenses em Payssandu."
É geralmente sabido que a infantaria do norte e a melhor do império, e que o primeiro soldado de infantaria do norte é do Ceará. Na Tomada de Payssandu distinguiram-se alguns oficiais cearenses, dos quaes o general Mena Barreto fez menção honrosa, e entre outros o coronel Sampaio que portou com bravura que lhe é peculiar, e o capitão Frederico.⁷¹

⁶⁹CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai (1865-1870)**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980. P.207. Cerqueira era admirador de Tibúrcio e ocupou quase todo o capítulo IX de suas memórias aos feitos e as virtudes do general cearense.

⁷⁰CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

⁷¹**O Cearense**. Op. Cit. "Parte Oficial-O Cearense". Publicação do dia 21 de fevereiro de 1865. P2.

Sua coragem e ufanismo eram "bem quistos" nos relatórios militares, conforme pudemos observar num ofício expedido pela Presidência da Província Cearense ao Ministério da Guerra, em março de 1865. Neste, o presidente informava o valor simbólico que a pessoa de Sampaio representava para os alistamentos de Voluntários da Pátria:

...Em data de 13 de março corrente dirigio-me a commissao Patriótica nesta capital do alistamento de voluntarios da pátria. Nesse officio a commissao, depois de dar conta dos bons resultados de seos esforços e diligencias, é interpretados notas de mais de 300 voluntarios- que possuídos de admiração e ufanía pela bravura e patriotismo dos disctinto cearense brigadeiro Antonio de Sampaio, desejam ardentemente servir na guerra sob seo commando para receberem, dos bons exemplos, nobres estímulos...⁷²

No entanto, só a batalha encarniçada de 6 de maio de 1866, colocaria Sampaio como herói provincial, apesar de "ser apontado como modelo para qualquer exército"⁷³. Por que não lhe foi legado um lugar privilegiado como aquele que fora herdado por Tibúrcio?

A resposta pode ser um pouco complicada e cheia de laços. No entanto, nos arriscamos a dizer que Tibúrcio além de ser um homem ilustrado, exemplo que enaltecia o Exército Brasileiro, era também defensor dos Liberais. Esse general ficou entre os vivos no pós-guerra e se transformou num defensor das idéias republicanas.

Mesmo não tendo legado tão honroso posto, Sampaio foi um herói que a imprensa cearense reconheceu como sendo símbolo de evocação local nos momentos mais difíceis do conflito, pois quando os ânimos patrióticos começaram a arrefecer, ainda se ouvia ovações ao general cearense que seria lembrado em seus momentos finais, em Tuiuti, pelo grito destemido de guerra.⁷⁴

Todavia, Tuiuti seria a última batalha marcada, segunda a imprensa liberal cearense, com lances heróicos. Depois dela nenhuma outra iria ser narrada com

⁷² Livro de Registro de Ofícios do Presidente da Província do Ceará ao Ministério da Guerra. Livro nº 149. Ofício enviado em 18 de março de 1865. APEC.

⁷³ CERQUEIRA, Op. Cit. P.64.

⁷⁴ Jornal **Aurora cearense**. Op. Cit. Notícia do dia 11 de novembro de 1866. P.2.

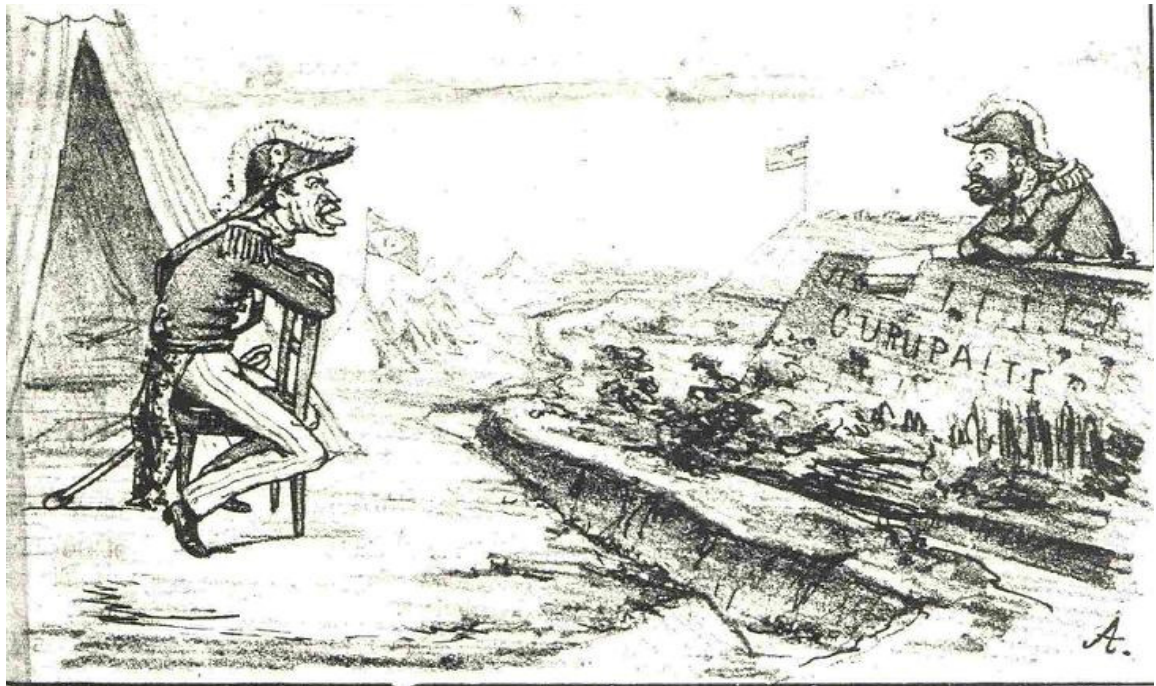
energia patriótica. Nem mesmo a vitória em Humaitá, em agosto de 1868, que alguns periódicos conservadores, por exemplo, *O Jornal do Ceará*⁷⁵, que tentaram recriar como epopéia, conseguiria retomar o ardor de outrora. O motivo que mais pesou, foi sem dúvida a continuidade das operações, uma vez que estas significariam para a província, novas ondas de violência promovidas por pavorosos recrutamentos e novos sacrifícios humanos.

1.3. Mudança nos discursos: crítica à continuidade da guerra.

O apoio que a imprensa e a opinião pública cearenses deram à guerra duraria apenas até o ano de 1865, pois as invasões do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul foram imperdoáveis. Ao se iniciar o ano seguinte, o conflito passou a ser criticado, num processo que culminaria em setembro de 1866, quando as tropas aliadas saíram derrotadas na batalha de Curupaiti. A partir daí cresceram os apelos por uma paz vitoriosa e imediata.

Percebemos que um dos temas preferidos pela crítica dos jornais ilustrados sulistas foi a morosidade dos comandantes em ação. O periódico paulistano *O Cabrião*, publicou uma charge que mostrava uma arenga entre Caxias e Solano López. A intenção do jornal era criticar a guerra de posições.

⁷⁵ De acordo com Raimundo Girão, o *Jornal do Ceará* estava muito comprometido em advogar os feitos e as idéias do presidente da província, o Conservador Pedro Leão Veloso.



Ultimas noticias da guerra.

!!!!!!

Fonte jornal O *Cabrião*. Edição de 26 maio de 1867.

Não foram apenas as autoridades militares que estavam no *front* que sofreram críticas por parte da imprensa. Juntamente com estas, os ministros imperiais e o próprio imperador passaram a ser os responsáveis diretos pela continuação dos combates.

O discreto periódico cearense *Echo do Norte* de cunho "literário, crítico e noticioso", manifestava sua indignação com a continuidade da guerra, fazendo acusações diretas aos ministros imperiais:

COBRANÇA.

A Guerra.

Um pungente grito de dor se ouve por toda parte, um bonde de indignação se levanta....

Guerra!Guerra! eis o que diz o rico e o pobre, o nobre e o plebeu e todos elles, sentido os rigor e da sorte andam ansiosos esperando o belo dia, em que seja celebrada a paz....

Está , porem, já esta nos parecendo uma illusao!

Em quanto existirem homens, que marchem para o theatro da guerra, ella há de se confirmar!!!

Não, não deve ser assim.

Todos em geral brasileiros teem sido prejudicados nos seus interesses[mutilado]

É inegável que os filhos deste vasto império são bravos reconhecidos, e tanto assim quando a pátria saltou o seu primeiro grito de guerra, todos acudiam o reclamo dela.

Agora, porem, alguns já estão descontentes, por isso, é preciso que o governo comprenetre-se de sua alta missão.

Entretanto é verdade que a corrupção vem do alto. Os presidentes das províncias não tem culpa em cumprirem seus chefes[mutilado]

Os ministros sim, esses são os que têm toda culpa dos grandes males, que tem soffrido os filhos do vasto império de Santa Cruz.⁷⁶

Acusações diretas ao marquês de Caxias, futuro duque de Caxias, foram encontradas numa canção que, segundo *O Cearense*, os soldados cantavam desalentados nos quartéis do Rio de Janeiro:

Quem chegou ate Assumpção
Acabou a sua missão
Se o Lopez ficou no paiz
Foi porque o Marquez o quis!
Quem marchar para cordilheira
Faz uma grande asneira.⁷⁷

Este jornal, que outrora fora defensor ferrenho das causas da guerra, passou a ser um dos mais críticos da província cearense. Talvez sua acidez estivesse comprometida também com a saída do ministro do império, o liberal progressista Zacarias de Góes que antes havia prestado excelente trabalho para o Império colocando as questões do conflito acima das questões partidárias⁷⁸. Sua demissão implicou na admissão do conservador Visconde de Itaboraí, o que representou uma derrota para os liberais. Dessa forma, podemos inferir que as mudanças dos discursos estavam diretamente ligadas às mudanças ministeriais e, a cada contenda, mostrava-se um pouco da realidade cruenta da guerra.

Na canção há pouco citada, vê-se que a intenção era associar o então Marquês de Caxias, membro do Partido Conservador, como o grande "amolador"

⁷⁶ Fortaleza, Jornal **O Echo do Norte**. Notícia do dia 14 de abril de 1867.P.2.

⁷⁷ Fortaleza, Jornal **O Cearense**, 8 de março de 1869. P.3.

⁷⁸ DORATIOTO. Op. Cit. P. 250/305.

da guerra, uma vez que manter López no Paraguai era garantia da continuidade dos combates.

Para não parecer uma oposição pessoal ao monarca e seus seguidores, *O Cearense* por vezes camuflou seu repertório de denúncias, transcrevendo notícias acusatórias que atribuía a outrem. Foi o que aconteceu com a publicação de 21 de agosto de 1867, quando foi transcrito um discurso que, segundo aquele jornal, era de autoria de um membro da câmara:

Guerra ou Liberdade

O senhor E. Oliver em discurso que pronunciou na Câmara disse:

Na hora, em que estamos, há dous meios de tenta: ou uma guerra, que, se não for defensiva, será nefasta para humanidade e sem proveito para o paiz, ou o estabelecimento mais glorioso de um governo constitucional e livre!⁷⁹

Todavia, não se tratava apenas de oposições partidárias, visto que até mesmo entre os jornais simpatizantes do governo imperial e de seus ministros como o *Pedro II*, encontramos manifestações que pediam o fim das hostilidades:

A guerra de honra, que o Brazil sustenta contra o Paraguay, tem feito passar por privações dolorosas o soldado brasileiro, que, todavia, mostra incessantemente seus sentimentos patrióticos e toda sua abnegação, com mira unicamente no completo thrimpho, que não tarda, nos campos de batalha de Assumpção, dados os gloriosos inscriptos nos annaes do patriotismo, engrandecem os povos.

A civilização e o progresso exigem imperiosamente que se termine com honra a guerra, profundamente damnosa, com Victoria decisiva contra o Paraguay, já mui enfraquecido pelas vantagens por nós alcançadas em tanto e gloriosos combates...⁸⁰

Interessante foi notarmos que apesar desse movimento de contestação que exigia a finalização dos combates, alguns periódicos não aceitavam uma paz mediada, ou seja, uma paz oriunda de acertos com Solano López.

⁷⁹ **O Cearense**. Op. Cit. "Noticiário". Notícia do dia 21 de agosto de 1867. P. 2.

⁸⁰ Fortaleza, Jornal **Pedro II**. Notícia publicada em 11 de julho de 1867. P.1.

O *Jornal do Ceará*, por exemplo, muito se indignou com um possível acordo de paz com Solano López, uma vez que a guerra era de honra, e esta só poderia ser adquirida nos campos de batalhas.

...As palavras do Cearense são um protesto contra aqueles, que calcinados pelo espírito faccioso e cegos pela ambição do poder, pretendem a tudo transe fazer da guerra questão partidária, ou antes arma de hostilidade contra seu paiz, oriente de destruição, para subirem sobre as ruínas, não dos adversários, mas do próprio paiz. Não há brasileiro, que não reconheça na guerra justa e santa, que o Brazil sustenta contra o tirano do Paraguay, disputa-se a dignidade do paiz, e com ella o seu futuro da nação livre e independente.

Faça-se hoje com López uma paz, para que, covardes, nos eximamos de alguns sacrifícios, e o que ficará sendo este grande império perante o mundo humilhado, abatido, e escarnecido aos pés de uma insignificante Republica?!⁸¹

Apesar de toda essa campanha contraditória comandada pelos articulistas cearenses, a guerra só viria a terminar em 1870. Contudo, a imprensa provincial, principalmente, a de cunho liberal, não desistiria facilmente de sua empreitada em impopularizá-la. Para tanto, velhos e novos temas, por exemplo, os percalços dos recrutamentos na província e as mortes dos soldados cearenses, (re)começaram a ser privilegiados, assim, novos sentidos foram sendo criados para a desmobilização.

Antes, porém, é preciso fazer um breve histórico sobre o serviço militar no Brasil em sua forma de recrutamento. A intenção é também erradicar a idéia de que recrutar é um ato exclusivo dos tempos beligerantes.

1.4. Os Percalços do recrutamento.

A recente historiografia nacional vem mostrando que recrutar no Brasil nos séculos XVIII e XIX, principalmente para o Exército, foi sempre um grande problema e, ao contrário do que se faria supor, o recrutamento mesmo em tempos de paz foi um constante estorvo tanto para a maior parte dos setores abastados como para os segmentos populares.

⁸¹ Fortaleza, **Jornal do Ceará**. Notícia publicada em 9 de janeiro de 1868.P.2.

Desde os tempos coloniais, o recrutamento era visto como inimigo da agricultura, das artes e da família. Para os grandes proprietários da Colônia era inadmissível que as lides agrícolas, fonte de riqueza e prosperidade, perdessem seus braços para os ofícios das armas. Já na visão dos lavradores e de outros sujeitos sem o abrigo das redes de proteção local como viajantes, trabalhadores itinerantes, vagabundos, entre outros, o serviço militar era sinônimo de uma vida indigna que muitas vezes se assemelhava à escravidão, pois o soldado não tinha a possibilidade de cuidar de suas roças, perdia a liberdade de trânsito, além de sofrer as humilhações e violências físicas na caserna⁸².

Mesmo em tempos "normais", isto é, momentos em que não se registraram guerras contra nações estrangeiras⁸³, ainda assim, o serviço militar para o Exército, instituição responsável para defender o território das ameaças externas cujo engajamento deveria ser voluntário, era apontado como um entrave ao desenvolvimento econômico-social.

Para o século XIX, alguns indícios apontados por historiadores brasileiros mostraram que muitos proprietários se aproveitaram do "terror" que o recrutamento causava no setor popular para melhor organizar os trabalhos.

De acordo com Francisco José Pinheiro⁸⁴, na primeira metade do século dezenove, o recrutamento foi um dos mecanismos mais utilizados pelos dominantes locais cearenses para submeter a população livre e pobre para lides agrícolas, mas ratifica que aquele mecanismo assumiu, fundamentalmente, postura contrária no pós 1850, com a nova conjuntura da agricultura comercial. Já Walter Fraga Filho, em estudo sobre a pobreza e vadiagem na Bahia oitocentista, fala da satisfação de alguns senhores de engenhos baianos que se vangloriavam

⁸² WERNECK, Nelson Sodré. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Este autor destaca que o recrutamento para o Exército no império brasileiro manteve-se nos moldes coloniais, pois ser soldado era sofrer castigo, motivo de humilhação, destino de elementos incorrigíveis ou de malfeitores.

⁸³ Faço essa ressalva porque o Ceará, nas décadas que antecederam a Guerra do Paraguai, foi palco de pavorosos recrutamentos. Os historiadores Francisco José Pinheiro **A Organização do Mercado de trabalho no Ceará**. Pernambuco, 1999. (Dissertação de Mestrado) e Xisley Ramos Op. Cit. por exemplo, falam das agruras e desordens públicas causadas pelos apresamentos de cearenses em tempos de eleições na província.

⁸⁴ PINHEIRO, Francisco José. O Homem pobre/ livre e a organização das relações de trabalho no Ceará (1850-1880). IN: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, 1989/1990. V.1/2. Nº. 1/2. P.199-230.

das "conseqüências positivas" que os alistamentos "a pau e corda" imposto em tempos de guerra, trouxeram para si. O autor cita o caso de Manuel Pinto da Rocha que em 1871:

Relembriaria com saudades da época da guerra do Paraguai, quando o medo de ser mandado para frente de batalha fez com que aparecesse grande número de jornaleiros à procura de emprego, até mesmo sujeitando-se a baixos salários.⁸⁵

Apesar dessas evidências, a idéia que prevaleceu ao longo de nossa história foi a de que o recrutamento era um mecanismo desorganizador. Esta referência encontraria respaldo histórico através de interpretações de diversas tipologias de fontes, prenhe dessas insatisfações contra a realização dos alistamentos forçados.

A maior parte desses constrangimentos era oriundo dos setores da elite brasileira que se viram em confrontos com autoridades reivindicando a soltura de seus subordinados recrutados, geralmente escravos ou agregados. A prevalência desses registros em fontes oficiais, deve-se ao grande incômodo que o recrutamento causava entre aqueles que detinham o poder, daí a explicação para divulgação das evidências em diferentes tipos de fontes.

Shirley Nogueira, analisando as reformas empreendidas pelo Conde Lippe implementadas na província do Grão-Pará em 1773, que exigiam uma maior intensidade de recrutamento e preparação das tropas para eventuais combates na fronteiras, constata a relação entre recrutamento e a desorganização das lides agrícolas quando:

... colonos sediciosos de Macapá fizeram várias queixas ao governador. Entre elas, declarava-se contra o intenso serviço na fortaleza de Macapá, que impedia o trabalho em suas roças, tomando a atividade militar incompatível com a produção agrícola numa área planejada para ser exportadora de alimentos...⁸⁶

⁸⁵ FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo/Salvador. HUCITEC-EDUFBA, 1996. P.77.

⁸⁶ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. "Esses Miseráveis delinqüentes". IN: **Nova História Militar Brasileira**. CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrick (Orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2004. P.87-110.

Fábio Mendes, estudando o recrutamento no Brasil nos períodos Colonial e Imperial em momentos de relativa paz, quando havia apenas o cuidado com as fronteiras, ressalta que a desorganização da produção e do abastecimento provocado pelo recrutamento, representava um dos principais argumentos daqueles que solicitavam as isenções do serviço militar. Sua análise para Minas Gerais setecentista, mostra-nos que a Câmara de Ouro Preto estava de acordo com os anseios de muitos colonos ricos, já que a mesma apontava o prejuízo que teria o real erário, pela diminuição dos quintos e dos dízimos:

O quão importa aos reais interesses conservar intactas as fábricas, lavouras e moradores destas Minas, por serem o coração da América portuguesa, donde não podem sair corpos militares em socorro de fronteira alguma⁸⁷.

A excelente análise de Mendes traça um panorama das dificuldades, das resistências e das traduções locais de que fora passível a organização militar metropolitana na colônia brasileira. Para ele, a Coroa Portuguesa não teria exercido os poderes administrativo e bélico no Brasil sem a leitura local por parte dos colonos frente às organizações militares:

...as práticas de recrutamento refletem o baixo grau de burocratização do Estado e sua dependência de formas indiretas de governanças, na forma de *liturgia*. A Coroa portuguesa – e, mais tarde, o Estado imperial – não foi capaz de exercer sua autoridade de modo direto, sem bases materiais e morais da administração patrimonial. *O exercício da arte da obrigação* seria assim essencial para o exercício do poder real. A governança na esfera do recrutamento realiza-se por meio de um amálgama de modos de governo simultaneamente internos e externos às estruturas administrativas formais.⁸⁸

⁸⁷ MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. IN: **Nova História Militar Brasileira**. CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrick (Orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.111-138.

⁸⁸ Idem. MENDES. P.112. O conceito de *Liturgia*, segundo este autor, é de inspiração Weberiana e quer dizer formas de prestação de serviços administrativos por notáveis locais com seus próprios recursos, não remunerados e voluntários. Conforme poderemos verificar no 3º capítulo dessa dissertação, estas práticas no Ceará foram constantes e os seus praticantes visavam trazer para si uma maior negociação e prestígio pessoal ora junto a população local, ora junto ao poder institucional. Sobre o conceito de Liturgia Cf: MENDES, Fábio Faria. Economia Moral do recrutamento. IN: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, 1998. V.4. Nº38. P. 81-96. (grifos nossos).

Como bem reflete Mendes, esse contexto de precariedade da burocratização do Estado continuou no império, o que deu continuidade a práticas muitas vezes repugnantes de recrutamento. Sobre os efeitos funestos dos recrutamentos na primeira metade do século XIX, o autor ratifica que:

... A caçada humana do recrutamento tinha efeito de uma praga: vilas e cidades inteiras são abandonadas, *os moços fogem, agricultura e indústrias são prejudicadas*. Põe-se em movimento no recrutamento forçado um jogo de gato-e-rato: os recrutadores usam de todos os expedientes e ardis para completar suas cotas, e os recrutáveis potenciais, de sua parte, realizam esforços desesperados de evasão ou adequação às circunstâncias de isenção...⁸⁹

Denise Aparecida Moura, pesquisando o universo das décadas de 50 e 60 do século dezenove campineiro, chegou à mesma conclusão do autor acima citado ao constatar as conseqüências nefastas que o recrutamento trouxe para a cidade paulistana. Os alistamentos para Guarda Nacional, milícia paramilitar criada em 1831, pelo regente Feijó e apoiada pelas classes conservadoras para inicialmente manter ou restabelecer a ordem e tranqüilidade interna do império⁹⁰, passaram também a recair, principalmente, a partir da segunda metade dos oitocentos, sobre os pobres, os emigrados e os produtores de gêneros alimentícios que não gozavam de uma proteção local, portanto recrutados em potenciais.

A autora destacou as truculências dos recrutadores, as evasões e os ardis da população recrutável, e os anseios dos grandes proprietários que se viram também prejudicados com essas arregimentações.

Assim, foram ressaltados os prejuízos que naquele período incidiam sobre a população com a falta dos gêneros produzidos pelos pequenos agricultores que, sendo recrutados, deixavam de plantar e vender seus mantimentos no mercado da

⁸⁹ MENDES. Op.cit. p.125.(Grifos nossos).

⁹⁰ CASTRO, Jeane Berrance. A Guarda Nacional. In: **História da Civilização Brasileira**: Brasil Monárquico-declínio e queda do Império. São Paulo: Difel, 1974. Tomo II. V.4. p. 274/298.

cidade, prejudicando até mesmo os proprietários mais abastados que estavam interessados em conseguir alimentos através dos pequenos lavradores.⁹¹

A exemplo de Campinas, em muitas localidades cearenses a importância dos pequenos produtores (de gêneros alimentícios) para a economia provincial fora acentuada em meados do século XIX. Percebe-se duas justificativas de defesa do Estado em relação a esse tipo de produtor no Ceará: a crise na produção de alimentos, nesse período, na província, e a proteção dos interesses dos grupos no poder, pois a manutenção destes dependia da agricultura, especificamente da agricultura de exportação. Nesse sentido, o jornal *Cearense* foi enfático ao manifestar seu amparo à pequena produção:

A falta de proteção a pequena industria, que se dá particularmente a cultura de mandioca, e legumes entre nós, cujos lavradores, além da renda do terreno, são sobrecarregados do imposto, como este que estabelece dois mil reis por alqueire de farinha, ou legumes que se exporta da província...⁹²

A falta de proteção denunciada pelo periódico *O Cearense* em relação ao pequeno produtor, tinha também raízes nos alistamentos fora de época. Amplamente anunciado pela imprensa cearense como um dos maiores entraves (senão o maior) para o desenvolvimento agrícola da província, o recrutamento ocupou várias colunas policiais e, só acontecimentos de bastante relevância nacional o tiraria das primeiras páginas.

Segundo Pinheiro⁹³, na década de 1850, o Ceará reestruturava sua agricultura de exportação e gozava de um período relativo de paz, o recrutamento realizado naquele momento fora apontado pelos grupos dominantes como entrave para a economia provincial, visto que dificultava a organização dos trabalhos, além de promover hábitos perniciosos como a vadiagem, uma vez que:

⁹¹ MOURA, Denise Aparecida Soares. **Saindo das Sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Centro de Memória UNICAMP, 1998. P.192.

⁹² **Jornal Cearense**, op. Cit. Edição de dezembro de 1857. P.1.

⁹³ PINHEIRO, Francisco José. Op.cit. O Homem pobre/ livre e a organização das relações de trabalho no Ceará (1850-1880). P. 199/230.

"... a maior parte dos rapazes solteiros pobres, por medo da praça, andem foragidos, ocultos, e sem persistência aos seus domicílios. Essa vida de homizio dá-lhes hábitos nômades torna-os desgostosos, indolentes, preguiçosos e viciosos."⁹⁴

Levando em consideração que a questão primordial nessa conjuntura era a necessidade de organização das relações de trabalho, foram vários os protestos contra o recrutamento realizado indevidamente, pois findados os desconfortos da guerra contra a Argentina em 1852⁹⁵, a província deveria desfrutar de um clima de "progresso" e tranqüilidade e não "vexações ou privações" oriundas dos alistamentos.

Foi nesse clima de indignação que muitas notícias, provavelmente publicadas a mando dos poderosos locais, denunciavam as agruras do recrutamento para os pobres:

*Esta caçada é feita em todo tempo, de modo que não há garantia alguma para certa classe: porem por uma inecpcia (...) de nosso administradores, mandão agravar no principio do inverno, quando as classes pobres (sobre quem preza o tributo de sangue) estão plantando, ou mudando seus roçados e lavouras.*⁹⁶

Todos esses percalços foram intensificados, durante a longa Campanha do Paraguai, uma vez que houve uma maior acentuação do recrutamento na província, que se encontrava em pleno recrudescimento da economia comercial algodoeira e com as promissoras plantações de café, sendo o trabalhador livre a principal mão-de-obra.

Cultivada, sobretudo, por braços livres, a cultura algodoeira deixaria de ser "cultura de branco pobre" ao demonstrar seus altos lucros. Muitos fazendeiros cearenses passaram a se interessar pelo algodão devido aos seguintes fatores: manejo fácil, baixo custo e o fato dos EUA, seu principal concorrente, estarem

⁹⁴ **Jornal Cearense**, Op. Cit. Edição 11 de dezembro de 1857. P. 2.

⁹⁵ Refiro-me ao conflito que o Brasil travou com a Argentina de Juan Manoel Rosas entre 1851-1852 do qual o Ceará teve participação ativa mandando tropas. Nesse período um recrutamento intenso foi realizado na província tendo como resultado a ida de centenas de cearenses para o front. Sobre a o recrutamento realizado nesse período no Ceará conferir: RAMOS, Xisley Araújo. **"Por trás de toda fuga nem sempre há um crime:** o recrutamento "a laço" e os limites da ordem no Ceará (1850-1875). Op.cit. (verificar, sobretudo, o 2º capítulo).

⁹⁶Fortaleza, **Jornal Cearense**, 05 de março de 1858. Citado por PINHEIRO. P.219.(grifos nossos)

ocupados em conflitos separatistas, a Guerra de Secessão (1860-1865), o que garantiu as exportações para a Europa.

A eclosão do conflito contra o Paraguai não mudaria imediatamente essa conjuntura comercial do Ceará. Graças ao "ultraje" paraguaio, o momento inicial da guerra foi capaz de unir os interesses em torno da defesa da pátria, assim, o alistamento voluntário impediu, em certa medida, a retirada de trabalhadores agrícolas para campos de batalhas. Mas, esta situação se modificaria com o prolongamento dos combates e, novamente, o recrutamento seria denunciado como um estorvo nas vidas dos fazendeiros e dos lavradores.

Ao romper o ano de 1866, o Ceará continuaria exportando não apenas algodão, mas também café, produto cultivado nas regiões serranas⁹⁷, que apresentaria alguns lucros para a província. Nesse ínterim, os discursos inflamados contra o recrutamento e em defesa do trabalhador livre estavam em voga, e encontravam respaldo nas novas formas de trabalho rítmico e disciplinado recorrentes na Europa⁹⁸.

Por depender a província cearense desse braço livre, a campanha do Paraguai veio lançar um desafio terrível para os administradores do Ceará que, durante a vigência do conflito, tiveram que atender as exigências tanto das autoridades imperiais, que constantemente requeriam efetivos, como as das autoridades locais que reclamavam e alertavam para os males que os alistamentos compulsórios trariam para a economia provincial, "já que a agricultura teria seus principais braços subtraídos para os combates".

Tornar conciliável o inconciliável foi a tarefa mais difícil para os Presidentes da província cearense que se viram, como bem expressou Wilma Perez Costa quando se referia ao difícil equilíbrio que o Império teve que desempenhar durante a guerra, com *a espada de Dâmocles*⁹⁹ como reguladora de suas ações. Como contrabalançar anseios que por si só se eliminavam?

⁹⁷ CF: LIMA, Pedro Airton Mesquita. **A Sombra das ingazeiras**: o café na Serra de Baturité (1850-1900). Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado/UFRJ, 1999.

⁹⁸ SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, Progresso e Sociedade Civilizada**: o partido republicano paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889). São Paulo: Hucitec, 1986. P. 17-73.

⁹⁹ Dâmocles vivia na corte de Dionísio, rei de Siracusa, no século IV a.C. Como freqüentava o palácio e era amigo do rei, expressava constantemente sua cobiça pelas delícias proporcionadas

Certamente qualquer manobra desequilibrada por parte desses representantes do império poderia levar, como levou, a província ao estado de desordens. Além disso, o administrador que demonstrasse algum desequilíbrio atestaria a sua própria incompetência perdendo o prestígio junto ao imperador.

A preocupação por parte dos presidentes em obter e manter esse difícil equilíbrio, pôde ser percebida nas informações detalhadas de seus esforços para organizar e administrar a província sem ferir o interesse e a vontade dos poderes em questão. Essa inquietação constante ficou implícita nas palavras do então presidente, João de Mello Souza e Alvim, ao relatar as dificuldades impostas durante sua administração:

...compenetrado da urgência e importância do novo appêllo que então havia feito o governo, e que meu primeiro cuidado foi dirigi-se em pessoa aos diferentes municípios mais próximos desta capital ...

Apezar, porem, dos grandes esforços que empreguei para completar com a máxima brevidade possível os contingentes, *não pude superar alguns obstáculos que se me antepunham.*

De um lado, além da desorganização com que se acha a guarda nacional, sem qualificações regulares, sem a menor idea de disciplina, acresciam as exacerbações partidárias, próprias da epocha eleitoral que acabamos de atravessar, de outro, o cuidado de não desfalcar a lavoura e as industrias nascentes da província, arrancado-lhes os braços e auxiliares de que necessitam; e tantas outras causas reunidas se collocaram entre os meus esforços e os instantes pedidos do governo para que os contingentes ficassem completos.

Todavia o Ceará não deixou de acudir aos reclamos da pátria. ...¹⁰⁰

Xisley de Araújo Ramos¹⁰¹ ao analisar as agruras do recrutamento no Ceará durante a Guerra do Paraguai, ratificou as aflições vividas pelas

pelo trono. Para mostrar-lhe o preço que se paga pelo poder, Dionísio ofereceu-lhe um requintado banquete, deixando suspensa sobre a cabeça do cortesão uma espada que pendia ameaçadoramente do teto, presa apenas por um único fio delgado. Com isso, o invejoso palaciano entendeu a precariedade do poder real, e a expressão passou a simbolizar 'um perigo iminente que paira sobre a vida de alguém'. A imagem de Dâmocles se presta correta ao que queremos explicar: as dificuldades enfrentadas pelas autoridades imperial e local para manter ordem diante de uma guerra longa que demandava um número excessivo de contingente, sendo que este também era exigido nas lides agrícolas. Qualquer movimento brusco, que pendesse apenas para um dos lados, levaria as explosões violentas de difícil controle.

¹⁰⁰ **Relatório** com que passou o Excelentíssimo Ex^o Tenente Coronel de Engenheiro João de Souza Mello e Alvim, presidente do Ceará, ao Ex^o Senhor Vice-Presidente Dr^o Sebastião Gonçalves da Silva no dia 6 de maio de 1867. P.4.

¹⁰¹ RAMOS, Xisley Araújo.op.cit. P. 149-170.

autoridades provinciais. Segunda a autora, as dificuldades enfrentadas pelos administradores foram repassadas ou divididas, sobretudo, com os comandos superiores da Guarda Nacional Cearense, visto que foi esta instituição a maior fornecedora de contingente nos momentos mais críticos do conflito¹⁰².

De acordo com Ramos, muitos comandantes mostravam quão era inconveniente recrutar trabalhadores em tempo de colheita, no entanto, em última instância e maioria das vezes, essas autoridades cumpriam as ordens vindas da presidência, pois a desobediência acarretaria em perda da patente, sendo esta perda grave, pois a sociedade cearense era hierarquizada também pelos títulos nobiliárquicos.

Ramos, cita o caso do comandante superior da guarda nacional de Sobral, João Pereira Castelo Branco, que apesar de se mostrar receoso em relação ao recrutamento de lavradores, procurou deixar claro que cumpriria as exigências do presidente realizando as designações exigidas:

(...) Parece-me prudente ponderar a V.Excelência que este tempo é o mais inconveniente para recrutar-se, tanto pelos embaraços que causa o recrutamento aos agricultores, a quem fogem os trabalhadores indispensáveis para colheita do café e de algodão, como porque achando-se esses trabalhadores reunidos em qualquer parte, fazem resistência a qualquer escolta e preferem morrer a entregar-se para o serviço de guerra. Não obstante esta minha humilde reflexão cumprirei sempre sem hesitação as ordens de V.Excelência.¹⁰³

Na hesitação do referido comandante percebe-se a defesa da agricultura e, conseqüentemente o amparo ao trabalhador agrícola. Na imprensa essa defesa tornar-se-ia incessante à medida em que a guerra se prolongava. Em fins de 1866, o jornal *Aurora Cearense* preveniu os vexames que o recrutamento traria para áreas agricultáveis da província, utilizando como exemplo o distrito de "Mecejana":

(...) Mecejana é um é um dos disctritos mais agrícolas da capital e tendo já fornecido muitos recutas e guardas nacionaes para os destacamentos para guerra, será vexame para os agricultores, e uma

¹⁰² DORATIOTO. Op. Cit. P.195-309.

¹⁰³ **Livro do Ministério da Guerra n° 149.** APEC Citado por RAMOS. Id. Ibdem. P. 162.(grifos nossos).

grande mal para agricultura a designação ou recrutamento, que por ventura se fizer ainda no referido discrito...¹⁰⁴

Em matéria publicada em janeiro de 1868, *O Cearense* narrava as conseqüências nefastas que o prolongamento da guerra estava levando para a economia nacional. De acordo com o periódico:

(...) a guerra prolongada, onde a jorros corre o sangue brasileiro, causa a expectativa publica, e perturba todo movimento commercial e industrial do paiz, (...) O Brasil é uma nação civilizada e industrial, e não podia de chofre arrancar do seu commercio, e da sua agricultura os seus principais elementos de produção [os trabalhadores].¹⁰⁵

Como em outros lugares do império, boa parte da imprensa cearense se posicionou na defesa do trabalhador agrícola. Evidente que não devemos esquecer que nessas ações em socorro dos segmentos à guerra, mas nada que invalidasse as agruras pelas quais passavam a lavoura e aqueles que nela se empregavam.

Mas é relevante evidenciarmos outros entendimentos que esses discursos puderam levar. Pode-se inferir que se de um lado, ao menos no papel, havia proteção específica à agricultura; de outro, havia repressão ou mesmo descaso com outras atividades, a exemplo, o ofício da tipografia, que teve seus profissionais perseguidos pelos recrutadores, conforme percebe-se num ofício enviado no início da campanha, quando a euforia patriótica estava presente, em que o delegado da cadeia de Fortaleza relata ao presidente a prisão de um tipógrafo:

Em cumprimento do officio reservado de Vex. de ontem, com exige com urgência informações de José Henrique Ferreira d'Andrade que acaba de ser prezo para recruta, estava exercendo a profissão de tipographia, sendo engajado nessa qualidade em alguns dos estabelecimentos tipographicos nesta cidade, passo as mãos de V Ex^o sete altos de

¹⁰⁴ Jornal **Aurora Cearense**. Op.cit., 9 de dezembro de 1866. P.5.

¹⁰⁵ Jornal **O Cearense**. "Noticiário" Op.Cit. 26 de janeiro de 1868. P.2

perguntas feitos, dos quaes consta ser o referido Jose Henrique tipographo...¹⁰⁶

Pelo teor do ofício há confirmação da suspeita de que este tipo de atividade era mal vista pelas autoridades da província. A historiadora cearense Adelaide Gonçalves, pesquisando sobre as tendências de vários periódicos cearenses nos séculos XIX e XX, cita o caso do Jornal *O Typographo que se apresentava como crítico, noticioso e recreativo destinado a sustentar os interesses de sua arte*¹⁰⁷, que tanta crítica fez ao recrutamento para a guerra contra o Paraguai, destacando sempre o “encargo de sangue” a que o povo pobre era compelido. A publicação de notícias que desagradavam as autoridades locais levou ao fechamento de tipografias e à perseguição daqueles que se dedicassem a arte desse ofício.

1.5. As Narrativas Fúnebres.

Lília Schwarcz afirma que o conflito poderia ter findado em fins de 1867, se o imperador e seus correligionários não estivessem tão feridos com os escárnios da imprensa paraguaia. De acordo com a autora, a obstinação de D. Pedro II, aumentava à medida que seu império, sua família e ele próprio foram associados a macacos, tornando-o ainda mais inflexível em sua perseguição ao “caudilho López.”¹⁰⁸

A derrota aliada em Curupaiti, em fins de 1866, produziu péssimo efeito no Brasil. A idéia de um acordo de paz com o Paraguai foi pensada na Assembléia do Rio de Janeiro. Solano López parecia disposto a negociar, no entanto, a iniciativa não teve êxito devido à oposição de D. Pedro II que, segundo os representantes britânico e português na Corte, “ele se mostrou disposto a abdicar do trono, se os deputados não atendessem a seu desejo de continuar a guerra”¹⁰⁹. Cogitou-se

¹⁰⁶ **Secretaria de Polícia do Ceará. Ofícios (1865). Cx.06.** Ofício enviado em 12 de abril de 1865. APEC.

¹⁰⁷ GONÇALVES, Adelaide. E BRUNO, Alisson. (Orgs). **O Trabalhador Gráfico.**(Edição Fac-Similar). Fortaleza: Editora da UFC, 2002.p. 15/25.

¹⁰⁸ SCHWARCZ, Op. Cit. P.295-319.

¹⁰⁹ DORATIOTO. P. 252.

ainda, que o fim das hostilidades propostas pelo império, exigia dos paraguaios rendição incondicional, o que também foi recusado pelo líder guarani, que sem alternativa viável, restando-lhe dar continuidade aos combates.

Na imprensa brasileira, os simpatizantes do imperador manifestaram-se contrários à paz mediada. Para alguns, essa atitude daria chances ao "ditador paraguaio" de reorganizar suas tropas". Em alguns jornais cearenses, como se viu, houve exemplos dessa rejeição, todavia, mais fortes eram os descontentamentos com a guerra que entrava para seu terceiro ano.

A impopularidade da guerra iria se tornar unânime no império a partir das notícias diárias dos soldados feridos e, principalmente, dos soldados mortos. Sem dúvida este foi seu golpe de misericórdia, pois em cada recanto do país ouviam-se choros, lamentos e sermões em homenagem àqueles ceifados no conflito.

Sempre nas páginas iniciais dos periódicos, as notícias fúnebres se caracterizaram pela riqueza de detalhes dos sacrifícios exercidos pelos combates:

"Uma perda sensível"

Entre os bravos que no combate de 24 de setembro último, sucumbiram em defesa da pátria, consta-nos o capitão João Caetano Pereira, ex-official do corpo de guarnição desta província.

O capitão era militar inteligente, bravo e honrado... Era natural de Santa Catarina, e interlaçado aqui com uma das principais famílias d'esta província. Morreu quando mais preciso fazia para sua desolada consorte, 4 inocentes filhinhos e cunhados, na maior parte orphãos, das quaes era único arrimo e amparo!

Resta o governo imperial que não condemne ao esquecimento e nem deixe o abandono a pobre família de um martyre da Pátria, que com tanto denodo e dedicação elle sacrificou-se.¹¹⁰

No Ceará, essas publicações funéreas foram bem aproveitadas pelos articulistas como evocativos de desmobilização. Primando pelas virtudes dos combatentes conterrâneos, os autores lamentavam as perdas:

Trouxe-nos o Vapor Guará a infausta noticia da morte do tenente-coronel Francisco Frederico Figueira de Melo, victima de seu zelo e perícia militar.

¹¹⁰ **O Cearense**. Op. Cit. "Noticiário". Publicação do dia 27 de outubro de 1867. P.1.

Era um bravo, em cujo peito palpitava o amor do patriotismo, era uma das glórias cearenses que mais tarde devia ocupar uma página da história desta heróica província.

É morto o bravo de Payssandu, o herói do Passo da Pátria.

Fica seu nome, que, ao lembrar-nos arrancará sempre uma lágrima de saudade. Descanse sua alma na mansão dos justos.¹¹¹

Publicações com estas intencionavam a comoção de todos, e para tanto, davam a entender que as virtudes dos heróis cearenses como a coragem, a obstinação e o espírito guerreiro não deveriam ser desperdiçadas nos combates cruentos de uma "guerra que era resultado do capricho de D. Pedro II".¹¹²

Ou seja, a visão de guerra que começou a prevalecer foi a de que se sacrificar num conflito que não tinha mais o sentido de salvar a honra nacional, e não reverenciava mais a morte de mártires, levava simplesmente à morte. Assim, Os heróis de outrora começaram a aparecer como vítimas de uma guerra que não tinha mais razão de ser.

Foi apostando nos significados de ruptura, medo e tristeza que a morte ensejou no mundo contemporâneo e cristianizado¹¹³, que muitos articulistas liberais passaram a publicar incessantemente as mortes nos campos de batalha.

Na edição de 29 de setembro de 1867, *O Cearense* pesaroso publicou:

A MORTE DE UM BRAVO.

No hospital militar da Corte sucumbiu em consequência de ferimentos na guerra o nosso bravo patrício Jose Antonio Torres Bandeira, alferes do batalhão de infantaria.

O alferes Bandeira foi um dos heróis memoráveis do combate da ilha d Carvalho no dia 10 de abril de 1865. Nesta luta de titãs, que constitui o feito mais glorioso de nosso exército brasileiro, na actual Campanha, tomou o alferes Bandeira, como simples cadete que então era, a maior parte, entrando no rio com água até os peitos em busca do inimigo que fugia. Por este feito tão arrojado foi ele elogiado em ordens do dia, condecorado e promovido ao posto de alferes. Foi ali que recebeu elle ferimentos de que veio falecer, afinal, succumbir.

Uma lágrima, cearenses, sobre o tumulo do nosso bravo patrício!¹¹⁴

¹¹¹ **Aurora Cearense**. Op. Cit. Publicação do dia 9 de dezembro de 1866. P.4/5.

¹¹² *Ibidem*. DORATIOTO. P.250-254.

¹¹³ Sobre as mudanças dos sujeitos diante da morte desde a Idade Média até a Contemporaneidade Cf: PHILIPPE, Ariés. **História da Morte no Ocidente**. (Tradução-Priscila Viana de Siqueira), Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. (Primeira Parte: As atitudes diante da morte).

¹¹⁴ **O Cearense**. Op. Cit. "Noticiário". Notícia do dia 29 de setembro de 1867. P. 2.

Sobre a morte do alferes Bandeira, encontramos ainda, um ofício expedido pelo ministro da guerra, João Lustosa Paranaguá, ao presidente do Ceará, o conservador Diogo Velho Cavalcante, no qual a autoridade carioca mandava ressarcir os filhos do oficial cearense morto em combatente:

Declaro para vossa Ex^a, para que seo, conhecimento e execução, que nesta data determino no Director do Arsenal de Guerra que remetta para essa província com direção a V. EX^a, o espolio do alferes do 14^o Batalhão de Infantaria Jose Antonio Bandeira fallecido no Hospitala militar desta Corte e, 16 de agosto (daquelle) próximo passado, afim, de ser entregue aos herdeiros daquelle official, quando esses se apresentarem habilitado para receber. João Lustosa Paranaguá.¹¹⁵

Este ofício foi publicado no jornal O Progressista, provavelmente a mando do presidente, Diogo Velho, como prova de que o Imperador estava cumprindo suas promessas. Mas, essas publicações não foram capazes de sufocar a repulsa à guerra, uma vez que era comum entre a população, encontrar alguém que havia perdido um ente querido no conflito.

As perdas humanas também foram mostradas em espécies de mapas funéreos, como este que *O Cearense* apresentou na edição de outubro de 1867 fazendo referências “aos martyres da pátria”.

Tabela 1: Theatro da Guerra			
Oficiais mortos	8	Praças de Pret mortos e extraviados	139
Oficiais feridos	20	Contusos	37
Oficiais contusos e extraviados	8 e 4	Feridos	223
TOTAL	40	TOTAL	399

Fonte Jornal *O Cearense* de 1867¹¹⁶

O quadro acima é bem sugestivo quando se refere às praças de *pret* e aos oficiais “contusos” e “extraviados”. Estes últimos termos foram utilizados para

¹¹⁵ Livro de Registro de Ofícios dos Ministérios dos Negócios da Guerra a Presidência do Ceará. Livro Nº 103. Ofício enviado no dia 3 de setembro de 1867. APEC.

¹¹⁶ O Cearense. Op.cit.Notícia do dia 26 de outubro de 1867. P. 2.

designar os soldados mutilados. A propósito, as notícias sobre as mutilações dos combatentes tiveram também seus espaços de publicações complementando o golpe fatal começado pelas narrativas funéreas.

Folhetins que contavam a volta "desonrosa" dos combatentes para casa, passaram a ser publicados com uma relevante freqüência na imprensa cearense. O espaço dedicado a esses escritos fora denominado de "Literatura". Neste, as críticas à guerra beiravam o exagero de tão corrosivas que eram.

No jornal *A Constituição*, deparamo-nos com um folhetim intitulado "A Recompensa de um Bravo", que fora editado em quatro partes por Tristão Júnior. Neste, o autor fala de um jovem, Frederico, que "imbuído dos nobres sentimentos patrióticos" e cheio de esperanças, foi à guerra do Paraguai lutar pela pátria ultrajada, deixando para trás uma mãe velha e o fiel amigo Antônio, que tudo fez para impedir sua ida.¹¹⁷ A trajetória infeliz desse ex-combatente indicava uma evocação contrária ao conflito.

Na edição de 11 de setembro de 1867 do *A Constituição*, encontramos o desfecho terrível da história de Frederico. O trecho é longo, mas merece ser citado pela riqueza de detalhes tristes da vida desse "aguerrido Voluntário da Pátria":

_ Donde vem esta gente? Perguntou Antônio a um desconhecido.
_ São recambiados do sul ... homens inutilizados pela guerra.
_ E chegou algum vapor?
_ Pois não... eis ali a fazenda que agora importamos.
_ Estes inválidos não trazem indenizações dadas pelo governo?
_ Qual? Quatro vintens... e um par de muletas?
_ Que miséria, meu Deus! Eis a recompensa que se concede a homens destemidos, bravos e entusiásticos... iludidos, instigados em seus nobres sentimentos, porque realmente os teem, deixam-se levar, julgando deffender alguma causa justa, e voltam depois convencidos de que se sacrificaram por um phantasma, se milagrosamente escapam ao matadouro insaciável.¹¹⁸

A conversa fora interrompida, segundo o relato jornalístico, porque Antônio avistara Frederico:

¹¹⁷ *A Constituição*. Op. Cit. O Folhetim teve publicação nas edições dos dias 11 e 18 de setembro de 1867.

¹¹⁸ Idem. Relato do dia 11 de setembro de 1867. P.3.

_ Frederico!
_ Antonio !
_ Não morreste! Ainda é vivo!
_ Milagrosamente!
_ Oh, meu amigo a alegria que se apodera de mim é indefinível.
_ Diz-me ... como vai minha pobre mãe?
Um suspiro profundo.
Frederico não era mais o rapaz esbelto de outrora, era aleijado. Duas muletas o sustentavam no andar, porque tinha perdido a perna pelo tronco. Um gilhaz desfigurava-lhe o rosto; a mão esquerda era destituída da metade dos dedos.
_ Meu amigo, meu amigo! Gritou Antonio pondo-lhe para frente.
Examinando de alto a baixo...
_ Fostes bem desgraçados. Lastimado é teu estado...
_ Ah... muitos foram os meus sofrimentos. Hoje, estou completamente arrependido do passo que dei. Tinhas razão... tinhas razão... ¹¹⁹

O relato termina com as lástimas de Frederico. As falas demonstram bem a intenção da notícia:

_ Regressei a terra natal desfigurado, aleijado, sem que ao menos se fizesse uma menção honrosa de meu nome. Graças, sejam dadas a Providencia por não ter infamado expellido do exercito.
_ ... Tua historia -reflexionou Antonio quando Frederico terminou a narrativa de suas desventuras -sirva de exemplo para os incautos. Saibam todos qual é a recompensa de um bravo! ¹²⁰

A história é triste e claramente visava causar impacto na sociedade no sentido de dar um basta na guerra. Contudo, mesmo diante de tanta pressão e aversão, houve quem ainda atendesse a causa patriótica com esperanças de dias melhores. Certamente as razões para tais atos foram bem peculiares e pouco tiveram haver com patriotismo.

¹¹⁹ **A Constituição.** Op. Cit. P.4.

¹²⁰ Idem, bdem. Relato do dia 18 de setembro de 1867. P.5.

2º CAPÍTULO

2. Urdiduras da mobilização voluntária na província do Ceará: Compromissos, negociações e resistências.

A preocupação em denunciar a violência do recrutamento durante a guerra contra o Paraguai tem prejudicado os estudos sobre o voluntariado. A ação coativa das conscrições não explica por si só a cifra de 135 mil soldados brasileiros em terra, sendo que 55 mil eram voluntários¹²¹. No momento inicial, houve entusiástica e surpreendente resposta ao governo imperial e no Ceará não foi diferente, pois as descrições das partidas e dos alistamentos registrados em várias tipologias de fontes, a exemplos de jornais e relatórios militares, indicavam tudo, menos coerção. Se de um lado, o conflito pôs em risco a vida de milhares de combatentes, de outro, produziu um inimigo comum e concreto que mobilizou sentimentos poderosos.

Evidente que é preciso distinguir os vários momentos da guerra não ignorando, por exemplo, que seu prolongamento, diminuiu os arroubos patrióticos fazendo com que surgisse, em consequência, a violência do recrutamento.

No Ceará, a partir do segundo ano de guerra, principalmente, vários homens se alistaram como voluntários por reconhecerem que esse ato era bem visto pela sociedade, diante da falta de contingente nas fileiras dos exércitos em combate. Dessa constatação, nascia a esperança de que a ação voluntária pudesse anular problemas particulares. Assim, foi que muitos indivíduos passaram a demonstrar seu amor à pátria ao se alistarem por vontade própria para o conflito.

Neste capítulo, a narrativa está permeada também por esse caráter de solução de que fora passível a guerra no Ceará. Vamos narrar as experiências de um conjunto distinto de sujeitos indesejados socialmente como escravos e indivíduos considerados criminosos, que vivenciaram o conflito de forma positiva.

A guerra foi interpretada por esses homens como solução, uma vez que ela significou reinserção social para indivíduos ditos transgressores e implantou

¹²¹ CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998.

esperanças de dias melhores em muitos desafortunados sociais, fosse pela pobreza, fosse pela transgressão, fosse pela condição cativa. Vamos interpretar esse conflito através "dos olhares desses contemporâneos" para sabermos sobre outras tramas tecidas naquela conjuntura de hostilidade.

2.1- Voluntários e Voluntarista da Pátria.

Os primeiros esforços para a guerra, apesar de grande desorganização, contaram com a adesão de vários setores da população e com forte publicidade na imprensa. Comparando as estatísticas contidas nos documentos oficiais com a produção local, constatamos que o primeiro corpo de voluntários composto de 466 homens, foi enviado no início abril de 1865; e em menos de um mês o 2º corpo enviado contava com 200 soldados.¹²² É possível pensarmos que muitos cearenses foram lutar por um ideal de pátria que naquele momento estava sendo construído.

Segundo o Relatório de julho de 1868, o Ceará chegou a mandar até essa data 5.047 soldados para aos campos de batalha, sendo que 1.037 desses homens eram voluntários¹²³. Alguns historiadores chegaram a afirmar que a província arregimentou mais contingente do que Minas Gerais, possuidora de maior população.¹²⁴

O desenrolar desse conflito gerou conseqüências sociais peculiares em cada província brasileira, principalmente quando ele ultrapassou a duração curta prevista pelo imperador e seus ministros, obrigado-os a mudar a essência do decreto 3.371, sobretudo no artigo quatorze que exigia alistamento imediato:

¹²² Cf: **Relatório** com que entregou a administração da província o Excelentíssimo Drº Lafayette Rodrigues ao Drº Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello em 10 de junho de 1865.P.11. Fortaleza: Typografia Progresso, 1865.; GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto Histórico do Ceará, 1962. (2º edição).

¹²³ **Relatório** que apresentou o Excelentíssimo segundo Vice-Presidente Gonçalo Baptista Vieira ao Vice primeiro Presidente Antônio Joaquim Rodrigues Junior em 31 de julho de 1868. Fortaleza: Typografia Progresso, 1868.P.7.

¹²⁴ Cf: SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da Escravidão no Ceará**. Fortaleza: Instituto Histórico do Ceará, 2002. MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império 1871-1889**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985. P.71.

ART.14- Gozarão de todas as vantagens aqueles que na corte e província do Rio de Janeiro se apresentarem dentro do prazo de 60 dias, nas províncias mais próximas no 3 meses e nas mais remotas 4 meses contados da data deste Decreto, nas respectivas capitais...¹²⁵

Com o tempo mudado as perspectivas eram as de que muitos sujeitos viessem a se alistar. Indultar presos, emancipar escravos e perdoar os desertores foram outras medidas adotadas que visavam suprimir as baixas nas tropas. Essas medidas repercutiram de maneiras diversas entre as camadas perseguidas cearenses que, a exemplos de cativos fugidos e de indivíduos considerados criminosos, mesmo sabendo de algumas restrições as suas presenças nas tropas, arriscaram se alistando ou tentando se alistar para um conflito que passou a ser anunciado, devido a seu prolongamento como cruento, mas que prometia um retorno honrado e, principalmente, cobriria as necessidades corriqueiras.

Os anúncios de oferecimentos em massa de voluntários da pátria por vezes foram registradas na imprensa cearense:

Hoje, no palácio do governo, juraram bandeira 50 cidadãos que espontaneamente se ofereceram para o serviço da guerra. É possuído os nomes dos nossos distintos patrícios, que enobrecem a si e a sua terra natal com acto de patriotismo¹²⁶.

O corpo de polícia da província deu prova de seu patriotismo quando de imediato organizou seu corpo de voluntário:

Tenho a honra de comunicar a V.EX em resposta ao aviso de 19 de janeiro ultimo, que o corpo de policia desta província offereceu-se para o serviço da guerra e de conformidade com ordens necessárias para que elle esteja prompto a marchar na primeira oportunidade...¹²⁷

Em março de 1865, orgulhoso, e dando parecer de que era um bom administrador, o presidente do Ceará oficiava ao ministro da guerra o patriotismo e

¹²⁵ Cf: COSTA, Wilma Perez. **A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e crise do Império**. São Paulo: HUCITEC, Unicamp, 1996.

¹²⁶ Fortaleza, **Jornal O Cearense**, "Noticiário". 14 de fevereiro de 1865. P.2.

¹²⁷ **Livro de Registro de Ofícios da Presidência da Província do Ceará ao Ministério da Guerra. Nº149**. Série/ Ofícios expedidos e recebidos. Ofício enviado em 16/02/1865. APEC-

a bravura dos cearenses ao relatar o benefício que o engajamento do veterano Antônio de Sampaio trouxe:

Tenho a honra de passar, as mãos de Vex^o uma copia do officio que em data de 13 de março corrente dirigiu-me a comissão patriótica encarregada nesta capital do alistamento de voluntários da pátria. Nesse officio a commissao, depois de dar conta dos bons resultados dos seus esforços e diligencias, é interpretados notas mais de 300 voluntarios que possuído de admiração e ufania pela bravura e patriotismo do distincto cearense Brigadeiro Antonio de Sampaio, desejam ardentemente servir na guerra sob seo commando para receberem dos bons exemplos um nobre estímulo, da experimentada perícia proveitosas liccoes. submetido a este pedido a alta consideração de Vex, satisfaça ao que de mim solicita commissao; e o governo imperial, que conheça o merecimento do Brigadeiro Antônio de Sampaio e sabe apreciar as conveniências do serviço publico...¹²⁸

Alguns alistamentos voluntários no Ceará foram paradigmáticos. José Couto que havia voltado da peleja por conta de ferimentos graves, "tendo melhorado sensivelmente de sua saúde não quis aproveitar-se do favor, licença do serviço militar, que lhe fora concedida, dando parte pronto para marchar para o sul"¹²⁹; o jovem de boa família Israel Bezerra de Meneses, tomado pelo ardor patriótico, além de mostrar o desejo de ser combatente, comprometeu-se com a presidência cearense para organizar passeatas com intuito de angariar voluntários¹³⁰ e o jornal *O Cearense*, em fevereiro de 1865, enfatizou o alistamento de alguns índios que se ofereceram como voluntários¹³¹.

Observa-se no primeiro ano de guerra, toda uma mobilização em torno da salvação da pátria. No entanto, o que nos interessa neste capítulo é refletir sobre o fato de que, mesmo quando o conflito se tornou impopular devido a sua demora, pôde-se encontrar exemplos de patriotismo. De acordo com o teor de um ofício enviado pelo ministro da guerra, João Lustosa Paranaguá à presidência cearense

¹²⁸ Idem. **Livro do Ministério da Guerra. Livro N^o149.** Ofício enviado em 18 de março de 1865.APEC.

¹²⁹ Idem. **Livro do Ministério da Guerra. N^o149.** Ofício enviado em 20/10/1865. APEC.

¹³⁰ BEZERRA NETO, Eduardo. O Primeiro Voluntário da Pátria: notas e transcrições.IN: **Revista do Instituto Histórico do Ceará.** Tomo. 81,1967.

¹³¹ **Cearense**, Op. Cit. "Noticiário". Publicação do dia 06 de setembro de 1865. P. 2/3.

no limiar do terceiro ano de combates, a bravura do povo do Ceará podia ser descrita no ato de um capitão voluntário cearense:

Seguindo nesta ocasião para essa província o Capitão Voluntário do 26º Batalhão de voluntários da pátria Francisco Brígido dos Santos, julgado incapaz do serviço da guerra em consequência de ferimentos recebidos em combates e desejando o mesmo capitão prestar ainda ali algum serviço, assim o communico a Vex^o tomar esse pedido na consideração que merecer.¹³²

Um dos exemplos mais autênticos de patriotismo foi dado pela jovem cearense Jovita Alves Feitosa, então com apenas dezessete anos de idade, vestiu-se com trajes masculinos e tentou se alistar como voluntário da pátria na província do Piauí, para combater no Paraguai.

Ainda hoje há controvérsia sobre sua morte: para autores como Raimundo Girão¹³³, Jovita teria se frustrado por não ter sido aceita nas tropas com a patente de Sargento que recebera inicialmente, tendo se suicidado na cidade do Rio de Janeiro; já para Kelma Matos¹³⁴, a jovem cearense teria morrido em 1867, em solo paraguaio na batalha de Acosta Ñu¹³⁵. O que se sabe ao certo é que seu desejo de ir à guerra como soldado gerou polêmicas na sociedade brasileira. Muitos periódicos, cearenses e cariocas, registraram tanto ovações como descontentamentos de homens que se sentiram afrontados em sua "honra" com a atitude da moça.

Na imprensa cearense a imagem de Jovita foi preservada como símbolo de patriotismo e bravura, contudo tacitamente havia uma recusa em aceitar a jovem como soldado.

O Jornal *O Cearense*, por exemplo, em agosto de 1865, logo após a partida da jovem para a Corte, transcreveu do *Diário de Teresina* uma notícia intitulada "voluntária da pátria", cujo conteúdo enaltecedor dizia:

¹³² Livro de registro de ofícios do Ministério da Guerra a Presidência do Ceará. Livro N° 103. Ofício enviado em 19/1/1866. APEC.

¹³³ GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Editora do Instituto Histórica do Ceará, 1962. (2ª edição). P.214-220.

¹³⁴ MATTOS, Kelma. **Jovita Feitosa**. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2001.

¹³⁵ Idem. MATTOS, Kelma.P. 57.

Apresentou-se nessa cidade uma interessante rapariga de 17 annos de idade, do typo indyo, *natural dos Inhamuns* (grifo nosso), vindo de Jaicos, desta província, trajando vestes de homem rude, e offereceu-se ao Ex. presidente – como voluntária da pátria...quando descoberta... Confessou seu desface envergonhada –chora porque teme não seguir mais seu intento, e pede encarecidamente que a aceitem como voluntária. Seu maior desejo diz ella é bater-se com os monstros que tantas afrontas tem feito suas irmãs de Mato Grosso, e vingalhes as injurias ou morrer nas mãos desses tigres sedentos...

Talvez que nossa voluntária faça actos de bravura , e qual outra Maria Quitéria de Jesus da guerra da Independência na Bahia, venha a merecer , como aquella mereceu do primeiro reinado, uma banda de official e uma medalha da ordem honorifico¹³⁶

Ao mesmo tempo em que o jornal elogiava a atitude de Jovita, dando entender que seu ato deveria ser seguido como exemplo por muitos homens que ainda não haviam se alistado, mostrava também a dificuldade que a jovem cearense teria que enfrentar para se engajar entre os militares. Algumas semanas após essa notícia, uma outra, desta vez de maneira mais clara, apontava a recusa, apesar de louvar a coragem da moça:

Heroína brasileira- É este o nome que o povo deu a Jovita Alves Feitosa , de 17 annos, natural dos Inhamuns , na província do Ceará, que, como se lê em uma noticia há dias demmonstra-se transcripta na Imprensa de Therezina, acompanha o corpo de voluntários do Piauí, como praça e segundo nos informam no posto de 1ª sargento, cujas insígnias usa....

Houve como estava anunciado, o espetáculo em honra da heroína...

Sem duvida nenhuma os serviços d'esta interessante moça hão de ser muito aproveitados na campanha, *embora não sejam elles prestados nas fileiras dos combatentes*. A sua abnegação, e o seu patriotismo estão altos e merecem todas essas honras que o publico em seu justo entusiasmo lhe tem prodigalisados, o que de coração appaludimos.¹³⁷

Segundo Matos, em alguns periódicos da Corte, o sonho de Jovita em ser soldado provocou a ira de alguns cidadãos cariocas que não se calaram diante do ato da moça. O *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, apesar de ter publicado

¹³⁶ O Cearense, op. Cit. "Noticiário". Publicação do dia 18 de agosto de 1865. P.4.

¹³⁷ O Cearense, Op. Cit. "Noticiário". Publicação do dia 30 de agosto de 1865. P.3. (destaque nosso).

com " admiração notícias sobre o belo sexo de algumas províncias que se ofereceram para o serviço da guerra"¹³⁸, intensificou em seus noticiários conteúdos pejorativos em que a jovem era criticada por assumir papel masculino e por pertencer a famílias estigmatizadas por lutas e conflitos no Ceará.

Em 14 de setembro de 1865, este mesmo periódico transcreveu uma notícia na qual o autor assinava pelas iniciais JMC, que dizia:

... a ofensa mais grave a dignidade dos homens que se prezam e daqueles que militarão é sem dúvida a presença da Jovem Jovita Feitosa nas fileiras do 2º batalhão de voluntários do Piauí ... A mulher poderá servir quando muito para fornecer um outro cartucho, um ou outro cantil dá água.... *mas não poderá jamais lançar mão de um sabre e bater-se quando se apresentam as ocasiões...*¹³⁹

Postura semelhante encontrava-se nas memórias do engenheiro brasileiro Alfredo de Taunay, que participou da guerra. Para ele o "comandante Polidoro, homem de muito juízo e bom senso, fez muito bem não consentindo na partida daquele patriota (Jovita) como soldado."¹⁴⁰

Segundo o historiador Gustavo Barroso, o Ministério da Guerra enviou um ofício em 16 de setembro para o comando do Batalhão de Voluntários do Piauí, impedindo o alistamento de mulheres como praça em qualquer corpo e claramente opondo-se ao alistamento de Jovita:

Não havendo disposição alguma que permita as mulheres terem praça nos corpos do Exército, nem nos da Guarda Nacional, ou de voluntários da pátria; não podem acompanhar o corpo de comando de V.S com o qual veio a província do Piauí a voluntária Jovita Alves Feitosa na qualidade de praça do mesmo corpo, mais sim como qualquer outra mulher das que se admitem a prestar junto aos corpos em campanha aos serviços compatíveis com a natureza do seu sexo, serviços que podem levar a referida voluntária tão digna de consideração, como os louvores o tem sido pelo seu patriótico oferecimento"¹⁴¹

¹³⁸ MATTOS, Kelma. *Op. Cit.* P.22

¹³⁹ Rio de Janeiro, **Jornal do Comércio**. Apud.MATTOS. P.22.(destaque nosso).

¹⁴⁰ TAUNAY, Alfred D'Escrognolle. **A Retirada da Laguna**: episódios da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia das Letras, 1997. P. 119.

¹⁴¹ BARROSO, Gustavo. **A Margem da História do Ceará**. Fortaleza: Programa Editorial, 2000.

Nesse íterim, o mesmo Ministério oficiou para o presidente cearense a seguinte proibição: "Fico na intelligencia de que não devam aceitar os offerecimentos de mulheres para marcharem como praças em qualquer força, para o theatro da guerra, conforme V.Ex^o declara na circular de 15 de setembro ultimo"¹⁴².

Esse tipo de ação tinha como objetivo coibir a ação de outras mulheres que viessem a desejar a liberdade de opção, mesmo quando isso não fosse permitido. Barroso narra ainda o caso de Sinhá Mariquinha, uma mulher dos sertões da província de Alagoas, que a exemplo de Jovita Feitosa tentou ingressar nas forças armadas, vestida de homem, e, quando descoberta, foi humilhada e apedrejada pelos seus conterrâneos por conta de sua "ousadia".¹⁴³

Embora a postura de Jovita Feitosa tivesse sido cultuada, o peso de sua ação trouxe conseqüências negativas. Se o seu sonho era embarcar como combatente, teve que encarar alguns dissabores, como o de não poder ir à guerra como soldado e muito menos ter seu corpo enterrado na província, como o seu conterrâneo Antônio de Sampaio.

No episódio do suposto falecimento de Jovita Feitosa na capital do Império, Rio de Janeiro, foi possível percebermos que o preconceito rompeu as barreiras da vida para também entrar na morte. De forma sutil, o *Jornal do Comércio* fez um convite para missa da *infeliz* moça:

A TERRA LHE SEJA LEVE.

Na igreja da Lapa dir-se-á uma missa pelo eterno descanso da infeliz Jovita Feitosa, amanhã terça-feira, 15 do corrente, às oito horas-Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1867.¹⁴⁴

Na Imprensa cearense, a morte de Jovita também não teve muita repercussão. O jornal *O Cearense* publicou um anúncio tímido sobre seu falecimento lamentando o destino trágico da moça:

¹⁴² Livro do Ministerio da Guerra. Livro n° 149. Op. Cit. Ofício enviado em 17/09/1865. APEC.

¹⁴³ BARROSO, Op. Cit.. *A Guerra do López 1864-1870*. Fortaleza, Secult, 2000. P.19/25.

¹⁴⁴ Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 14 de outubro de 1867. Apud Kelma Matos. Op.Cit. P. 51.

A VOLUNTARIA DA MORTE

É o título de um folheto que acaba de ser publicado na Corte, narrando a vida laboriosa e fim desastroso da infeliz voluntária cearense Jovita Feitosa. O produto dessa publicação será aplicado em favor da sepultura desta desditosa creatura, tão digna de uma melhor sorte.¹⁴⁵

Se Jovita tiver realmente morrido no Rio de Janeiro, observa-se pelo teor da publicação que ela nem mesmo teve uma sepultura digna de sua valentia. Meses antes de sua morte, o corpo do general Antônio de Sampaio, seu conterrâneo, havia recebido atenção e apreciação de muitos deputados da Assembléia Cearense que se encarregaram de enterrá-lo como herói:

Em resposta ao officio que VEX. me dirigio em data de 13 de março próximo passado sob n. 36, communicando que a Assembléia Legislativa dessa província consignou uma verba para a translação dos restos mortais do General Antonio de Sampaio, da cidade de Montevideo para capital dessa mesma província, declaro a VEx^o que nesta data que preste os seus bons officiais, quando forem reclamados para a realização de tão nobre e patriótica resolução.¹⁴⁶

Percebe-se que muitas demonstrações de amor à pátria foram dadas pelos cearenses e, como se vê, nem sempre valia a pena superar obstáculos em vida para lutar pela nação.

Apesar desses sacrifícios, havia o receio de que essa euforia patriótica rareasse, já que o ofício das armas exigia muitas privações da parte do soldado, por exemplo, a distância da família. Este distanciamento dificultou muito o alistamento no Ceará, sobretudo a arregimentação da Guarda Nacional, pois, desde o início, esta não havia mostrado vontade de acudir a pátria, porque até então não era seu dever, sendo necessário utilizar "meios coercitivos para imprimi-la ao cumprimento dos deveres cívicos"¹⁴⁷. Além disso, é provável que a violência das conscrições da guerra contra a Argentina entre 1851 e 1852, conflito contra Rosas, ainda estivesse clara na memória popular, o que poderia dificultar o

¹⁴⁵ **O Cearense**, Op. Cit. "Noticiário". Notícia do dia 15 de novembro de 1867. P.1. Vale ressaltar que Jovita morreu em 1867, e a dúvida está em saber se foi no Brasil ou em combate no Paraguai.

¹⁴⁶ **Livro de registro de ofícios dos Negócios da Guerra. Livro N° 103**. Ofício enviado em 7 de março de 1867. APEC.

¹⁴⁷ **Livro do Ministério da Guerra n°103**. Op. Cit. Ofício enviado 11 de Agosto de 1865. APEC.

voluntariado. Era necessária uma legitimação moral por parte da sociedade civil.¹⁴⁸

Isto posto, cidadãos da elite cearense convocavam reuniões e comícios em lugares públicos com o intuito de legitimar e nutrir a idéia de que a guerra era "justa", porque a pátria ultrajada pela barbárie paraguaia, "gemia" e necessitava da ajuda de seus filhos.

O Drº Manoel de Souza Garcia foi muito citado na imprensa cearense da época como um dos principais articuladores da causa nacional. Segundo o noticiário:

O abaixo assignado não podendo deixar de ceder ao precedente que já abriu aqui para sua conducta diante dos gemidos da pátria, vivamente lembrado dos thesouros de patriotismo, que vossas almas encerram e que sabeis fazer patentes na praça publica, voando ao mais brando reclamo, roga-nos em nome dessa mai, que tanto precisa hoje de sacrificios dos seus filhos, que multipliqueis as vossas manifestações entusiasticas para que o sentimento patriótico não arrefeça, quando deve arder mais, e vos propõe uma segunda reunião de todos os cidadãos no lago da Sé, amanhã (domingo) pelas 7 horas da noite. A nobre imprensa d' esta província muito de deve a este respeito.
Manoel de Souza Garcia¹⁴⁹

O resultado dessa reunião, segundo o jornal *O Cearense*, foi positivo "pois o povo dirigiu-se para o palácio do governo num cortejo interessante":

Manifestação Patriótica.

Domingo a Noite, o povo reuniu-se no adro da Sé a convite do Sr. Drº Garcia, para darem ainda uma vez publico testemunho do sumo interesse que toma pela causa nacional. Depois de ter falado o Sr. Drº Garcia , dirigiu-se o povo para o palacio do governo, acompanhado dos muzicos da policia e educandos (...) O senhor Antonio Bezerra de Meneses recitou uma linda poesia, que abaixo publicamos a qual foi acolhido com estronдозos aplauso"¹⁵⁰

¹⁴⁸ Sobre o recrutamento no Ceará Cf: RAMOS, Xisley Araújo. **Por trás de uma fuga nem sempre há um crime:** o recrutamento a laço e os limites da ordem no Ceará (1850-1875). Fortaleza, 2003. (Dissertação de mestrado UFC/ Ceará). Ver, sobretudo, o capítulo 3.

¹⁴⁹ **Jornal O Cearense.** Op.Cit. "Publicações Solicitadas". Publicação do dia 11 de fevereiro de 1865.P.3.

¹⁵⁰ **O Cearense.** Op. Cit. "Noticiário". 14 de fevereiro de 1865. P.2.

A descrição jornalística acima anuncia aglomerações grandiosas cujos partícipes eram organizados. Há evidente exagero nessas descrições e os ambientes civilizados descritos não eram pertinentes à cidade. Apesar da liberdade dos voluntários, o viver desses homens na Capital, Fortaleza, lugar onde ficavam aquartelados até a ida para Corte, era conflituoso, conforme informava o delegado de polícia da capital:

Foi presa por ordem do delegado de policia Innocencia de tal, moradora no oiteiro da Prainha, pelo facto de ter havido em sua casa um samba pelas 8 horas da noite, no qual houve um grande conflito, provocado por alguns praças do corpo de voluntários, por ocasião de ter ali apparecido o guarda nacional Alexandre Ferreira Moura, com o fim de cobrar uma pequena quantia da dita Innocencia, o qual entrou o mesmo guarda nacional apagou a luz, travando uma lucta, de que sahio gravemente...¹⁵¹

O notável é que apenas Inocência foi punida pela desordem causada pelos soldados, o que se pode inferir que esses homens ficaram impunes devido à ocupação de patriota que estavam a exercer.

É interessante salientar que ser patriota no Ceará significava contribuir de alguma forma para a causa da guerra. Certamente o alistamento voluntário era o maior sacrifício de um sujeito, mas não era o único. Seguido deste ato de nobreza as contribuições financeiras e intelectuais foram benquistas pela sociedade cearense à época da guerra contra o Paraguai.

Muitos homens aumentaram seu prestígio perante as autoridades com feitos cívico-financeiros. Em nome do governo imperial, o cidadão Manoel José de Moura:

Acaba de offerecer ao governo imperial, para despesas da guerra do Paraguay a quantia de 250 mil reis, importância das despezas feitas com o transporte de 38 guardas nacionais designados para o serviço da guerra, acompanhados das praças que escoltarão em sua barca Napoleão.¹⁵²

¹⁵¹ **Secretaria de Polícia da Província do Ceará. Ofícios do ano de 1865. Cx. 06.** Ofício enviado em 19 de abril de 1865. APEC.

¹⁵² **Livro Do Ministério da Guerra. Op.Cit. Livro N° 149.** Ofício enviado em 11/02/1867. APEC.

O proprietário de terras, negociante de secos e molhados e capitão da Guarda Nacional do Aracati, Antônio Cândido Antunes de Oliveira, futuro Barão de Messejana, foi um dos nomes que repetidas vezes encontramos em jornais e documentos militares pelos atos patrióticos. Primeiramente, este sujeito ofereceu seu filho para o serviço da guerra¹⁵³ e depois:

... offerceo para as despesas da guerra em um officio de 4 do corrente , a quantia de quatrocentos setenta e três mil reis, importância de despesas daquelle município, desde de 19 de janeiro ultimo até 4 deste mez. Não é a primeira vez que aquelle digno official faz doações ao governo da guerra, e pois julgo do meo dever levar mais esse acto de patriotismo ao conhecimento de VEx^g que se digne de torna-lo na consideração que merece¹⁵⁴

Sempre tratado como patriota, Antônio Cândido foi um praticante de voluntariamento¹⁵⁵, isto é, oferecia prêmios em dinheiro àqueles que se apresentassem como voluntários. Suas ações perante as autoridades em nada diminuían seu patriotismo:

Segue para a capital o portador José Gonçalves Malheiro, que se apresentou voluntário da pátria, ao qual dei eu e o capitão Antônio Cândido de Oliveira a quantia de cem mil reis de gratificação, como consta do recibo incluso, tendo elle sido engajado e adquirido por mim.¹⁵⁶

Outra figura que por vezes fora citada em jornais da época como contribuinte das "causas da guerra" foi o negociante de escravos Manoel Antônio da Rocha Júnior. O tesoureiro da Caixa de Socorros da Província, José Francisco de S. Albano, dizia ter:

¹⁵³ **Jornal O Cearense**,. Op. Cit. "Noticiário". 20 de julho de 1865. P.4.

¹⁵⁴ **Livro do Ministério da Guerra** . Op.cit. **Livro N° 149**. Ofício enviado em 22/02/1865. APEC.

¹⁵⁵ Sobre a prática de Voluntariamento Cf: IZECKSONH, Vitor.O Recrutamento Militar durante a Guerra do Paraguai.IN: **Nova História Militar Brasileira**. CASTRO, Celso, Izecksonh, Vitor, KRAYY, Hendrick (Orgs.).Rio de Janeiro: editora FGV, 2004; e SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania**. Op. Cit. Segundo Salles, havia pessoas que ofereciam prêmios em dinheiro àqueles que se apresentassem como voluntário o que demonstrava que existia um movimento no sentido de voluntariamento.Dessa forma, homens como Antônio Cândido que pagavam a outrens para se tornarem combatentes voluntários, praticavam voluntariamento e aqueles que recebiam as pagas estavam se voluntariando. P.35-75.

¹⁵⁶ **Livro de Registro de ofício da Guarda Nacional do Aracati**. **Cx.04**.Ofício enviado em 29/11/1866. APEC.

... [Recebido] dos Srs. Antonio da Rocha Junior & Irmãos , encarregado de cobrança da subscrição promovida entre alguns portugueses desta cidade, a favor das famílias pobres dos voluntários e mais praças do exército, que embarcaram para o sul, a quantia de seiscentos e treze mil reis...¹⁵⁷.

Formaram-se também as comissões patrióticas que se organizavam em prol da guerra disponibilizando quantias altas para as despesas financeiras e assumindo o compromisso de sustentar suas doações até findarem os combates. Em 1867, a Presidência Cearense dirigia-se à Comissão Patriótica de Fortaleza:

A Comissão Patriótica de Fortaleza

Tem o S.M desembargador Jerônimo Martiniano Figueira de Mello mandando ordem ao negociante desta praça Luis Ribeiro da Cunha para por a disposição desta presidência a quantia de tresentos mil reis (300:00) afim de ser distribuída pelas famílias necessitadas dos voluntarios da pátria que se achao na guerra do Paraguay, hajao vossas mercês de receber do referido comerciante¹⁵⁸

Desde o início, o governo imperial demonstrava apreço por ações patrióticas e exigia dos presidentes cearenses:

...informações acerca das pessoas que de qualquer modo tiveram concorrido,ou concorreram para defesa da integridade nacional por occasiao da guerra que o Brasil sustenta contra a republica do Paraguai, com declaração da natureza importância dos serviços prestados. Devidamente inteirado das ordens de VEX^o, darei a ellas exacto cumprimento, logo que estiver habilitado com todas os esclarecimentos por EVX^o...¹⁵⁹

Essas doações não tiveram vigência apenas nos momentos iniciais da guerra. No decorrer do conflito, outros cidadãos contribuíram e quanto mais duravam os combates, mais bem vistos e praticados eram esses atos, uma vez que o prolongamento implicava em maiores custos:

¹⁵⁷ O Cearense.Op.Cit "Noticiário". Publicação do dia 12 de agosto de 1865. P.3.

¹⁵⁸ Livro de Registro da Correspondência da Presidência da Província do Ceará para diversas autoridades e particulares. Livro Nº 160. Ofício enviado em 19/01/1867. APEC.

¹⁵⁹ Livro de Registro de Ofícios do Ministério do Império. Série: ofícios expedidos/recebidos. Livro.Nº.141. Ofício enviado em 13/08/1865.APEC.

Donativos: Os SRS Cícero da Costa Lima e Accadio Lindolpho de Almeida Fortuna, 2 oficiais da Secretaria do Governo, acabam de oferecer 5% de seus ordenados para socorrer as urgências do Estado enquanto durar a guerra com o Paraguai.¹⁶⁰

Observa-se que não eram apenas indivíduos de cabedais que contribuíam. Alguns estavam mesmo dispostos a ajudar patrioticamente com a causa financeira da guerra:

Accuso o recebimento do officio que Vex. me dirigio em data de 31 de janeiro ultimo, e fico inteirado de haver louvado o tenete coronel Antonio Theodorico da Costa por continuar a auxiliar as despesas da guerra com a contribuição annual da metade do ordenado que recebe como *lente* (Grifo nosso) substituto da secção da capital dessa província e que já se achao offerecidos desde de fevereiro de 1865¹⁶¹.

Em agosto de 1866, o capitão Antonio Cândido fora condecorado com o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa pelos relevantes serviços prestados na guerra.¹⁶² Mesmo tendo se constituído como indivíduo de muito prestígio entre as autoridades locais, ainda assim, o referido comerciante continuava "ajudando a pátria":

Oferecendo-se para destacar e aquartelar a sua custa particular trinta ou mais praças a fim de coadjuvar a captura dos designados para o serviço da guerra, e para pagar as diárias dos mesmo designados ou recrutas, que forem recolhidos as cadeias desta cidade...¹⁶³

Outros casos evidenciaram a vigência desse expediente durante a guerra, o que demonstrou uma organização e preocupação com as despesas de mobilização. Além disso, é relevante pensar na possibilidade de alguns indivíduos terem se voluntariado, ou seja, aderido às armas com vistas, sobretudo, aos benefícios financeiros, como afirmou Vitor Izecksonh em seus estudos sobre o recrutamento para Guerra do Paraguai na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁶⁰ Fortaleza, **Jornal Pedro II**, 15 de outubro de 1867. P.1.

¹⁶¹ **Livro de Registro de Ofícios dos Negócios da Guerra a Província do Ceará. Livro N° 103.** Ofício enviado em 11/02/1867. APEC.

¹⁶² Fortaleza, **Jornal Aurora Cearense**, 5 de agosto de 1866. P.7.

¹⁶³ **Caixa de Ofícios da Guarda Nacional da cidade do Aracaty. CX. 01.** Ofício enviado em 11 de fevereiro de 1865.APEC.

Evidente que, por trás desses atos patrióticos, poderia haver inúmeras intenções por parte dos voluntaristas, a exemplo da barganha que estes poderiam ter com as autoridades. No entanto, esses praticantes não estavam alheios às relações de poder que explicitavam a importância de suas ações patrióticas, ao contrário, eles próprios eram parte da circularidade relacional do poder, uma vez que explicitavam com essas ações os seus interesses de classe e sua adesão à política bélica do Império, atos estes que eram lidos e propagados como de amor à Pátria.

Outro segmento da sociedade cearense que esteve muito comprometido com as causas nacionais foi o setor da intelectualidade. Os vários poemas e cânticos, populares e eruditos, publicados em jornais e folhetins pelos intelectuais, eram por eles próprios repassados de maneira simplificada para as camadas pobres e livres da província, que, em meados do século XIX, devido suas condições econômicas, não puderam ter acesso ao mundo letrado. A presença desses homens de letras foi fundamental e atestou os esforços despendidos pela "boa sociedade" rumo à consolidação do projeto de nação.

Os periódicos cearenses inicialmente continham farta produção de símbolos destinados à construção do sentido de identidade nacional e, graças às autoridades, sobretudo as civis que se encarregaram de repassá-los de maneira simples para a população pobre, a província cearense pôde oferecer muitos voluntários para guerra.

Poemas, canções e hinos eram transformados em verdadeiras aclamações patrióticas.

Nessas manifestações, o povo cearense era destacado como valente, brioso, obstinado e com sensibilidade para escutar o chamado da pátria. Antônio Bezerra de Meneses que, aliás, consagrou-se como homem de letras a partir do momento em que abraçou a questão da guerra, contribuiu inicialmente como combatente e, depois, como idealizador e divulgador das causas nacionais, oferecendo com isso aos cearenses:

POESIA.

Fala-vos filhos da noite
Nobre , brilhante coorte
Que honra e gloria traduz;
Que não deixeis esquecida
A fama nunca vencida
Dos filhos de santa cruz
(..)

Sem nossos campos talhados
Nossos brios ultrajados
Nossa honra rola em pó
Eis o momento aprazado
Voaes as armas –soldados
Vingae a pátria sem dó
(...)
Oh! nunca filhos dos norte!
Os bravos não temem a morte
Que os cobardes amedronta
Antes cair como bravos
Do que viver como escravos
D'um desposta sofrendo afronta¹⁶⁴

Evidente que havia por parte dos intelectuais a intenção de inserir o Ceará num projeto maior de nação que naquele momento estava sendo forjada numa guerra¹⁶⁵. Anular o estigma de barbarismo que, segundo o discurso sulista, pesava sobre a província cearense, quiçá sobre as províncias do Norte, fez parte do pensamento daqueles que imaginavam a pátria.

O poeta popular cearense Juvenal Galeno também foi um grande idealizador e vulgarizador da idéia de nação. Em seu famoso livro *Lendas e Canções Populares*, cuja primeira edição foi publicada em 1865, encontramos vários poemas que denunciavam sua indignação em relação à guerra¹⁶⁶.

Em 28 de abril de 1865, foi publicado pelo Jornal *O Cearense* um dos poemas mais instigantes de Galeno. Intitulado de "A Guerra", os versos, além de tecerem elogios à coragem do povo do Ceará, procuravam identificá-lo como parte integrante e essencial da pátria. Para tanto, o poeta utilizou um linguajar corriqueiro próprio do homem do campo:

¹⁶⁴ **O Cearense**. Op.Cit. "Noticiário". Publicação do dia 14 de fevereiro de 1865. P.3.

¹⁶⁵ ANDERSON, Benedicte. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 2001.

¹⁶⁶ GALENO, Juvenal. *Lendas e Canções Populares*.(4ª edição). Fortaleza: Edições Casa Juvenal Galeno, 1978. (1º e 2º partes).

A Guerra.

Adeus gente desta terra ,
Campinas do meu sertão,
Que a corneta esta chamando
Os caboclos da nação:
Vou-me embora para a guerra
Comigo quem é que vai?
Que sou cabra de fama
Vou mostrar no Paraguay
(...)
Quando bolem nesta terra,
Comigo bolem também:
O cacete relampeja,
Quando cai derruba cem!
Troveja pancadaria...
Maçaranduba lá vai...
Qu'atrevido esta ralhando
O Lopez do Paraguai¹⁶⁷

Mesmo após o primeiro ano de combate, quando as vozes discordantes começaram a pedir o fim das hostilidades, Juvenal Galeno ainda escrevia como um patriota:

Ei-la ... desperta, enrudecida, a pátria...
Do longo sono, do remanso e paz,
E branda irada: eia, às armas, filhos,
Que soffro injurias de inimigo audaz! Torpe caudilho de meu sul na plaga
O bem qu'hei feito com tradições me paga...
Me rouba e fere... que pesado guante!
Meus foros calca... meus lauréis de glórias!
Me insulta os brios... me nodoa a história....
Quantos ultrajes à nação gigante-
Alerta! Às armas, batalhões da pátria!
Vingança, ou morte! Carregai! Avante !

Alerta! Às! – como troa o raio
Nas serranias se a procela é forte,
Soa este brado nos corações brasilios ...
- Vingança! – o eco respodeu – e morte!
Erguem-se os bravos ... que marcha e freme
Se a mãe, se a pátria enrubecendo geme,
Sob as afrontas de cruéis tiranos?!
Todos se apresentam... que rumor nos lares...
E surgem como lampião dos mares
Altivas ondas, nos bulcoes insanos!
Avante! Às armas , batalhões da pátria!
Vingança, ou morte ! Carregai, imanos!!

¹⁶⁷ **Jornal O Cearense.** Op.Cit. 23 de fevereiro de 1865. P.3.

(...)

Vitória! Avante ! Os batalhões avançam
Ao som dos hinos, de lauréis ornados:
- Tremei, tiranos, paraguaios bárbaros...
Eis que já bramem os canhões raiados!
Bate-se o nauta... em Paraná, nas águas,
Quantas proezas ... no lutar que fráguas...
Quanta barvura ... que fragor pasmoso!
Poucos brasílios ... multidão de inimigos...
Surpresa nossa... da tradição perigos...
Logo abordagem... pelejar ...
Logo abordagem... pelejar raivoso!
Eia, coragem batalhões da pátria!
Vingança, ou morte! Combater famoso! (...) ¹⁶⁸

Contudo, essas aclamações patrióticas sozinhas não conseguiriam incorporar e nutrir o ardor patriótico na província cearense; por isso, esses esforços de mobilização eram seguidos de esclarecimentos sobre as vantagens que o Decreto 3.371 oferecia aos voluntários. O intuito era o de persuasão, isto é, esclarecer que o dever cívico implicaria em garantias concretas, que estariam ligadas diretamente às necessidades corriqueiras do patriota, como a terra, o soldo, o emprego público, o prestígio pessoal, entre outras.

Em fevereiro de 1865, o jornal *O Cearense* publicou elogios aos Srs. Sarmiento, B Cordeiro e João Brígido pelos seus discursos proferidos em Fortaleza, no dia 22, nos quais, segundo o periódico, buscaram esclarecer para a população os privilégios oferecidos pelo "glorioso governo imperial "aos inúmeros" filhos patrióticos"¹⁶⁹.

Nesse sentido, em províncias como a do Ceará, a guerra inspirou expectativas de um viver melhor entre aqueles que sofriam com intempéries sociais e naturais. Quando o Decreto 3.371 foi criado como uma estratégia que visava angariar contingente expressivo de soldados, o governo imperial tinha clareza de que a incorporação do sentimento de pátria nos segmentos sociais subalternos não se daria apenas pela retórica patriótica, assim sendo, os benefícios materiais prometidos no Decreto eram necessários.

¹⁶⁸ GALENO, Juvenal. Op. cit. Este poema foi escrito em 1866 e pertence a 2ª parte. P. 366.

¹⁶⁹ **Jornal O Cearense**. Op.Cit. 22 de fevereiro de 1865. P.2.

Mas o Imperador e seus ministros não contavam com conseqüências por vezes problemáticas oriundas dos setores populares. Estas vinham, principalmente, das leituras peculiares do decreto 3.371. Aliás, a longa duração da guerra que o Imperador insistia em sustentar contra a república paraguaia, o levou a tomar decisões que comprometeram e colocaram em descrédito a sua própria política.

2.2. Do sofrimento de outrora à esperança do agora: Voluntários da Fortuna.

Publicação dos direitos dos Voluntários da Pátria: Decreto 3.371.

(...)

ART. 2. Os voluntários que não forem Guardas Nacionais, terão, além do soldo que recebem os voluntários do Exército, mais 300 reis diários e gratificação de 300\$000, quando derem baixa, e prazo de terras de 22 500 braças quadradas nas colônias agrícolas, além de outras honrarias militares e pensão por invalidez ou morte.

ART. 3. Os guardas Nacionais, praças de pré, que se apresentarem, serão alistados na primeira linha com as mesmas vantagens do artigo 2, passando nos postos que tiverem nos corpos da mesma guarda, a que pertencem.(...)

ART.9. Os voluntários terão direito a empregos públicos de preferência, em igualdade de habilitações, a quaisquer outros indivíduos.

ART.10. As famílias dos combatentes que falecerem no campo de batalha ou em conseqüência de ferimentos recebidos nela, terão direito a pensão, ou meio soldo, conforme se acha estabelecido em combate recebendo durante sua vida soldo dobrado de voluntários.(...)

(Jornal O Cearense, 02 de março de 1865. P. 2).

Na visão do discurso oficial as províncias do Norte eram apontadas como lugares pobres, porque assolados por intempéries naturais, a exemplo, de secas freqüentes ou enchentes ocasionais, e discriminadas moralmente por “ser terra de gente indolente e facínora”¹⁷⁰, assim, reservatórios de recrutas. Se seguíssemos esse raciocínio à risca, tenderíamos a ligar erroneamente o alto índice de

¹⁷⁰ MUNIZ, Durval. **A Invenção do Nordeste**. Recife: Cortez, 1999. P. 11/54. Conferir também os discursos dos viajantes que passaram no Norte (Nordeste) brasileiro no século XIX, em BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradução e resistência. São Paulo: UNESP, 2002.

soldados nortistas que rumaram para o Paraguai com as perseguições do recrutamento. No entanto, a realidade para o Ceará parece ter sido bem particular, pois nem todo alistado cearense foi "laçado" para a guerra.

No decorrer da pesquisa percebemos que os benefícios sócio-financeiros oferecidos pelo decreto 3.371, seguido da retórica patriótica que se formou no país, tiveram bastante êxito e, a ação voluntária de muitos cearenses desembarcados na Corte rumo ao Paraguai, deve ser entendida no contexto de pobreza ao qual estavam submetidos, uma vez que a maioria desses homens se alistou para escapar da fome, do desemprego, da punição, do desabrigo e da escravidão.¹⁷¹

Dessa forma, inspirados em Wilma Perez Costa¹⁷², chamamos de *voluntários da fortuna* os sujeitos que se alistaram para a guerra vislumbrando melhoria de suas condições de vida diante das declarações do decreto dos voluntários.

Enfatizaremos os escravos por ser uma das camadas sociais que mais tentaram se inserir nas fileiras visando a consecução de liberdade e melhores condições de vida através da guerra.

Ao ouvirem dos voluntaristas da pátria os esclarecimentos e as vantagens sócio-financeiras do decreto do decreto 3.371, esses indivíduos resolveram aderir à causa da salvação da pátria.

Sem dúvida, o foco principal dos esclarecimentos sobre a guerra fora a capital da província que, na década de 60 do dezenove, segundo uma configuração representativa da população em áreas produtivas da província, contava com um número expressivo de escravos, em torno de 2.861, superando algumas cidades como Aracati que somava 2.029¹⁷³. Assim, de Fortaleza, esses discursos partiam como o vento rápido e em várias direções através do "boca-a-boca". Nesse "disse que me disse", as expectativas positivas giravam em torno da

¹⁷¹ Entre os estudiosos da guerra do Paraguai, há unanimidades na afirmação de que as províncias do Norte foram as que mais mandaram voluntários para Guerra do Paraguai. Cf: DORATIOTO, Francisco; SALLES, Ricardo; IZECHSON, Vitor. Fatos que também foram percebidos nas memórias de TAUNAY, Visconde e de CERQUEIRA, Dionísio.

¹⁷² COSTA, Wilma Perez. **A Espada de Dâmocles**. Op. Cit. P.229.

¹⁷³ FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. IN: SOUZA, Simone (Org.). **Nova História do Ceará**. Fortaleza: UFC Demócrito Rocha, 2000. P.112.

guerra, e os discursos sofriam alterações de acordo com a necessidade dos pobres e livres.

Para os escravos rurais, o hábito astucioso de escutar as conversas de seus donos que dificilmente ficavam alheios às notícias da capital, foi uma alternativa de informação.¹⁷⁴ Uma vez encontrado esse espaço, a divulgação entre a escravaria tomava dimensões inimagináveis, pois "circular por propriedades vizinhas não constituía uma novidade para os cativos da região, eram, pois freqüentes os casos em que escravos, a mando de seus senhores, se deslocavam à longa distancias"¹⁷⁵. Nesse sentido, criavam-se especulações e ligações entre a tão sonhada liberdade e a salvação da pátria.

A idéia de consecução de liberdade através do alistamento militar passou a ser uma prática entre os cativos do Ceará. Isso criou problemas tanto para os proprietários que tiveram que arcar com os prejuízos das eventuais fugas como para as autoridades que constantemente foram acusadas pelos donos de escravos de realizarem cooptações indevidas ou mesmo de negociarem com os cativos.

Havia muitas queixas sobre as autoridades responsáveis pelo comando do recrutamento. Acusações de que elas próprias estariam lucrando com o aliciamento de voluntários, mostravam a debilidade da justiça e, além disso, demonstravam a facilidade das negociações entre os diferentes estratos.

A denúncia publicada em 1867, pelo jornal *O Cearense*, era acintosa:

...vem publicado um officio do Ex.Sr. Presidente commandante superior da Guarda Nacional de Baturité, sua Ex. autorisa-o a destacar naquela cidade 10 praças voluntárias e um sargento, como se offereceu. Se o acto partisse de um outro homem que não fosse o commandante superior João Pereira Castelo Branco, devia ser agraciado o patriotismo, nós , porem , que de perto e de muito perto conhecemos a João pereira, podemos affiançar que paga as praças destacadas, mas a consequência infallivel é, que cada uma lhe pagarão 50 por cento sobre as quantias

¹⁷⁴BORGES, Jafé. **Amor e Guerra no Paraguai**. Recife: edições Bagaço, 2001. Este autor narra um episódio de um escravo que se desesperou ao escutar do proprietário que já era forro, mas que apesar disso, ia ser recrutado para guerra do Paraguai devido à necessidade de contingente.

¹⁷⁵ Idem. FUNES. P.121.

adiantadas. Joao Pereira é sempre fértil em descobrir meios de constituir-se credor!!!.¹⁷⁶

O que queremos dizer é que a cumplicidade das autoridades foi uma das maiores brechas por onde a "arraia miúda" cearense podia penetrar indevidamente nas tropas. Encontramos nos documentos inúmeras referências a cativos que procuraram obter liberdade assentando praça e, assim o fizeram, porque contaram certamente com a conivência de alguém que exercia o poder:

Em cumprimento do aviso desse ministério de 22 do corrente anno mandei indagar no termo do Sobral, desta província, se constava haver de lá desaparecido o escravo Francisco que se alistou com o nome de Francisco Lopez dos Santos. Como verá V.Ex do officio a copia do delegado de Policia .O dito escravo pertence a Narciso de Araújo Costa no referido termo, e sou informado de que este já constitui procurador nesta Capital para justificar o seu direito parecendo-me por isso que o escravo seja remetido para aqui..¹⁷⁷.

Nas fugas, os cativos quase sempre se dirigiam para a capital, com o intuito de se misturarem com outros indivíduos de outras camadas igualmente estigmatizadas, tentando amenizar a qualidade da cor para conseguirem passar por libertos. Contudo, numa província cuja população "não é branca nem preta é mais índia que branca"¹⁷⁸, escravo como Francisco dificilmente se alistaria sem levantar suspeita.

Infere-se que houve falhas nos alistamentos ou conivência, ou ainda, como afirma Hendrick Kraay¹⁷⁹, que existia no ato de recrutar no Brasil do século XIX, a possibilidade de um jogo entre os sujeitos envolvidos, uma vez que os agentes responsáveis pelos alistamentos ganhavam por homens alistados.¹⁸⁰ As vistas

¹⁷⁶ **O Cearense**, Op.cit. "Noticiário". Notícia do dia 13 de julho de 1867. P.1.

¹⁷⁷ **Livro do Ministério da Guerra**. Op.Cit. **Livro N° 149**. Ofício enviado em 23/09/1865. APEC.

¹⁷⁸ ABREU, Capistrano. **Capítulos de História Colonial**.São Paulo, EDUSP, 1998.

¹⁷⁹ KRAYY, Hendrick. Repensando o Recrutamento no Brasil. IN: **Revista Diálogos**. Universidade Estadual de Maringá, Maringá. V.3.N.3 (anual), 1994. Este autor faz uma excelente análise do Recrutamento no Brasil oitocentista afirmando que o ato de recrutar não era apenas uma imposição de um Estado forte sobre uma população desgraçada, mas era também um *jogo* no qual contribuíram o Estado, a classe de proprietários de terras e de escravos e boa parte dos pobres e livres, e do qual cada participante tirou benefícios significativos.

¹⁸⁰ MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste Insurgente (1850-1890)**. São Paulo, 1987. P.73-76. Segundo esse autor, o Decreto 2171 de maio 1858, dava ao recrutador por cada recruta capturado 10 réis, mas se conseguisse voluntários, recebia o dobro por cada um.

grossas feitas em relação ao escravo Francisco, anteriormente citado, e a astúcia¹⁸¹ dele, tornaram real o sonho da liberdade. Entretanto, cabe uma indagação: por que procurou fazer-se soldado como tática de consecução de liberdade?

Segundo Eduardo Silva¹⁸², a prática de sentar praça às escondidas, sob nome falso, era um recurso muito utilizado por escravos desde os tempos coloniais, na luta pela libertação, ou pelo menos, por uma vida melhor, apesar das durezas da caserna e das dificuldades das promoções. Richard Graham afirma que durante a "Guerra do Paraguai", o governo brasileiro decretou que os escravos que lutassem nesse conflito tornar-se-iam livres mesmo que estivessem fugidos para unirem-se às fileiras.¹⁸³ Além disso, Emília Viotti da Costa fala de um aviso do Ministério da Justiça, datado de 9 de fevereiro de 1870, que declarava livre todo o escravo que estivesse no gozo da liberdade por mais de três anos e, como livre, serviria no serviço da armada e de que após o término da guerra houve "um movimento de apoio e simpatia que cercou os escravos que haviam combatido em defesa da nação"¹⁸⁴.

Na conjuntura da guerra contra o Paraguai, essas inserções clandestinas podem ter aumentado devido aos incentivos sócio-financeiros que o império teve que conceder para que os indivíduos sentissem motivação para salvaguardar a pátria. A perspectiva de ganhar dinheiro, além da liberdade, alimentava alguma esperança nesses homens que eram tratados como propriedade.

Muitas dessas expectativas talvez fossem reforçadas por poemas e poesias patrióticas que, quando recitadas para a multidão, davam vazão a leituras peculiares:

(...) E se pátria socorro nos pede
é porque nos cearenses confia
nesses filhos distintos e honrados

¹⁸¹ Ver: Estratégias e Táticas em DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

¹⁸² SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D' África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem de cor**. São Paulo: Cia das Letras, 1997. P.42.

¹⁸³ GRAHAM, Richard. **Escravidão, reforma e imperialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁸⁴ COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: Editora Global, 2001. P.43.

que nunca se viu covardia
(...) voluntários devemos mostrar
mais completa será nossa glória
nossos nomes serão respeitados
no presente e nos factos da historia ¹⁸⁵

Palavras estratégicas que poderiam ter outro sentido, pois os receptores daqueles discursos são também produtores¹⁸⁶, assim o verso “mais completo será nossa glória” poderia muito bem ser interpretado por um escravo como a liberdade que seria alcançada “pelos filhos distintos que nunca se viu covardia”.

Conhecendo o mundo dos brancos, os cativos lutavam ou tentavam lutar por causas que não eram suas diretamente, mas sabiam que o momento era crítico e se aproveitavam disso legitimando suas fugas na guerra. Também não desconheciam as vantagens oferecidas pela farda, caso conseguissem se alistar:

Tanto o Exército, como a Marinha representavam para esses escravos uma grande mudança de status: ter direito a soldo permanente, comida, vestimenta e, ainda mais, o respeito que a farda impunha certamente representava o oásis que povoava o sonho de muitos cativos. Os libertos ansiavam por pertencer aos quadros dessas instituições como forma de proteger através do apelo à justiça militar¹⁸⁷

Ser soldado numa guerra cuja legislação militar prometia amparos, de fato representava uma mudança na vida desses “homens-propriedades”. Assim, o exército escolhido seria aquele que oferecesse a liberdade.

Em decorrência da continuidade da guerra, o governo imperial teve que lançar mão de medidas que atraíssem o maior contingente para os efetivos militares, porque os arregimentos voluntários não estavam dando resposta, e o alistamento na guarda nacional também não estava correspondendo às expectativas, demonstrando-se muito dificultoso.

Em novembro de 1866, foi baixado o Decreto 3.725, que garantia liberdade aos *escravos africanos, chamados da Nação*, que quisessem lutar na guerra

¹⁸⁵ Jornal **O Cearense**. Op.Cit. “Noticiário”. Publicação do dia 16 de fevereiro de 1865. P.1/4.

¹⁸⁶ CERTAU, Op.Cit. P. 43/151.

¹⁸⁷ SOUZA, Jorge Prata. **Escravidão ou Morte**. Rio de Janeiro: MUAD, 2002. O Decreto 3725 dava “gratuitamente” a liberdade aos escravos que se empregassem no serviço da guerra e que sendo estes casados, estendia-se o mesmo benefício as suas esposas.

oferecendo o mesmo benefício às suas esposas¹⁸⁸. Esta medida foi tomada numa das fases mais complicadas da guerra, conhecida como *ofensiva estratégica* que exigia um número maior de homens para os combates em território paraguaio.

As vantagens oferecidas por esse decreto não tardaram a povoar as mentes cativas, causando muitos transtornos aos proprietários de escravos. Um exemplo disso foi o de Antônio Barrozo de Souza, que, indignado, procurava pelo escravo Antônio que havia cometido um "atrevimento":

Escravos dos ausentes

Em 1861, estive na cidade de Baturité Antonio Francisco de Menezes com quem tive relações comerciais daqui se ausentando, entregou-me o escravo com nome de Antonio, para com produto do trabalho do mesmo escravo, pagar o que me devia.

Este, pois, o dito escravo esteve sob minha direção, até pouco tempo quando deixou minha companhia e queria viver em completa liberdade, dizendo que ia oferece-se para o governo para ir para o sul ...

Antonio Barrozo de Sousa.¹⁸⁹

Nesse ínterim, Manoel Rofino Barbosa Moura procurava seus cativos fugidos:

Fugiram no dia 23 do corrente da Serra do Pereiro do sitio do Penedo do Abaixo assinado, os escravos André, cabra preto, altura regular, pés grandes, vista ligeira, uma pequena cicatriz no rosto ao lado esquerdo, (grifo nosso) joga cacete, é cantador e gosta de samba e de beber, tem 25 annos de idade, pouco mais ou menos; Luis Mulato, baixo grosso, rosto limpo, cabello crespo ao longe, boa presença e moderado, pés grandes, e gosta de aguardente, com 23 annos de idade mais ou menos. *Há pressentimentos que fossem assentar praça*, para que se previnam as autoridades, assim se roga a qualquer pessoa do povo que os pegar¹⁹⁰.

Observa-se a rede de informações e a solidariedade entre os senhores. O intuito de tantas referências era o de chamar atenção para o comportamento dos

¹⁸⁸ Os escravos nascidos em África foram os primeiros a terem o direito de liberdade caso aderissem à guerra. Diferentes daqueles nascidos no Brasil, esses africanos eram números pequenos, o que não correspondia com a necessidade de contingente exigido. Ver: SALLES, Op. Cit. P.70.

¹⁸⁹ Fortaleza, **Jornal do Ceará**, 30 de março 1868. P.3.(Grifos nossos).

¹⁹⁰ Idem **Jornal do Ceará**, 20 de fevereiro 1868. P.4. (Grifos Nossos).

escravos, uma vez que nas juntas de alistamentos havia uma inspeção e um breve interrogatório antes de embarcarem¹⁹¹ os indivíduos para o "palco" da guerra.

A cicatriz anunciada em André nos leva a pensar em que condições de sobrevivência estavam os cativos no Ceará. Os sinais de maus tratos estavam claramente denunciando uma convivência violenta entre senhores e escravos, contrariando, por exemplo, a historiografia oficial cearense que afirmara ter sido pacífica a vivência entre ambos.¹⁹² Aliás, na segunda metade do século XIX, os jornais cearenses registraram muitas fugas de escravos, o que evidenciava a maneira mais comum de um viver conflituoso.

Cogita-se que os porquês das fugas dos cativos acima citados estavam aliados ao desejo de liberdade. Não há irracionalidade no ato de ir (ou fingir a ida) para uma guerra que se encontrava em um de seus momentos mais críticos.

É possível que num ato de desespero tentando mudar de vida alguns escravos poderiam se deixar levar pelo recrutamento. É o que parece ter feito o cativo Porfiro "que vindo do Acaracu, como recruta, fora reclamado pelo seu proprietário, Joaquim Gomes Cardozo, tendo este dez dias para provar o domínio sobre aquele"¹⁹³.

Neste caso, o que estamos argumentando é que, se, de um lado, houve violência dos recrutadores que cooptaram Porfiro à força; de outro, o silêncio deste escravo era notório: por que esse cativo quando fora capturado preferiu calar sobre sua condição jurídica? Por que não argumentou sobre seu dono? Como diz a expressão popular: "quem cala consente!".

Sobre o alistamento de escravos, havia toda uma regulamentação anunciada pelo Ministério da Guerra, e a categoria *substituto*, os cativos que substituíam seus proprietários ou a quem estes indicassem, assim considerados como recrutados à força, tinham inspeção rigorosa ao menos em teoria. Esta

¹⁹¹ SOUZA, Álvaro Pereira. Do Cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra. In: **Revista de estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro. N°38, 2000. P. 1/26.

¹⁹² FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. IN: SOUZA, Simone (Org.). **Nova História do Ceará**. Fortaleza: UFC Demócrito Rocha, 2000.

¹⁹³ **Jornal do Ceará**. Op. Cit .05 de fevereiro de 1868. P.2.

atitude, se não inviabilizou a entrada indevida de indivíduos de condição escrava nas tropas, ao menos, dificultou.

O Ministério da Guerra visava coibir essas ações demonstrando preocupações:

Ministério da Guerra- Circular

(...) 6. O liberto, quer como substituto, quer como compra só sera examinado, quando fôr apresentado por pessoa competente, e aceito para assentar praça depois da apresentação da respectiva carta de liberdade, e sem a qual não se expedirá ordem para indeminisação se fôr ele aceito e julgado apto.¹⁹⁴

Observa-se no anunciado do Ministério acima citado que havia pelos menos duas maneiras legais do escravo participar da guerra. Primeiro, através da *compra*, incluindo os libertos pela fazenda imperial. Segundo, através da *substituição*. O cativo poderia conseguir sua liberdade fazendo a guerra pelos seus senhores, que, no entender de Jorge Prata, era "escravidão ou morte". Existia também a categoria *Liberto*, escravo patrioticamente cedido pelos seus donos para pelejarem na guerra¹⁹⁵. Com essas formas apresentadas, quase nada se sabe sobre a vontade da escravaria que fora enviada para Corte com intuito de combater no Paraguai.

Contudo, há evidências de que o engajamento no serviço militar fosse apenas uma forma de garantir a liberdade, sendo que muitos cativos não estavam dispostos a pegar nas armas.

O teor da petição escrita em nome do escravo Silvério demonstrava o receio de que depois de emancipados, muitos cativos fugissem ou se beneficiassem sem a lida nos combates:

¹⁹⁴ Fortaleza, Jornal **O Progressista**, 7 de novembro de 1867. P.2.

¹⁹⁵ Ceder escravos para guerra não foi atitude comum entre os proprietários de cativos, pois os grandes plantéis, sobretudo, os do sul dependiam quase totalmente dessa mão-de-obra. No Ceará, nas fontes pesquisadas, não encontramos nenhum registro de doação patriótica de cativos para guerra do Paraguai. Sobre atitudes dos proprietários em relação às doações patrióticas dos escravos para guerra, conferir os autores já citados; SOUZA, Jorge Prata. **Escravidão ou Morte Op. Cit.** P. 41-54 e SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania.** Op. cit. P.70-85.

Devolvendo a V.Ex a petição de Silvério de Sousa, soldado adido ao depósito provisório dessa Corte, pedindo que se fizesse seguir desta província a carta de liberdade passado pelo seu senhor na cidade de Sobral, a fim de provar que não foi liberto pela fazenda nacional, cabe o dever de informar que procedendo as averiguações necessárias, vim o conhecimento de que Silvério não fora liberto pelo seu senhor, em Sobral, mas vendido em Santa Quitéria ao negociante desta praça Francisco Paula Barros, e por este libertados à conta do Ministério a cargo de VEX., como consta das copias do archivo da secretaria militar. O soldado de que se trata apresentou-se me aqui como remetido de ordem de VEX, não recebendo, porem, esta presidência comunicação, nem apresentando elle a competente guia, sou levado a crer que desertará. Devo mandal-o regressar agora..., por acha-se doente...¹⁹⁶

A preocupação não era infundada, pois havia dúvidas sobre a chegada de Silvério à Corte. Neste caso, três condições eram possíveis: que o dito escravo teria fugido ou se deixado recrutar, ou ainda, que teria sido forçado. Depreende-se que certamente tanto do ponto de vista do escravo como daquela autoridade, a liberdade estava visualizada através da guerra.

Fatos desta natureza se repetiram no Ceará durante a guerra contra o Paraguai, demonstrando as possibilidades diversas criadas por conta do colapso causado pelo conflito, o que levou o Estado a intervir muitas vezes na propriedade de particulares, visando sanar necessidades de contingente para luta da nação.

Não podemos deixar de evidenciar a prática de alistar escravos no "laço", isto é, recrutá-los nos moldes violentos do século XIX, no Ceará:

Participo a VEX. Que esta capital permaneceu tranqüila ontem. Foi presa para recruta a ordem do delegado de policia por andar na rua fora de hora, o preto Agostinho escravo do coronel João Antonio Machado.¹⁹⁷

Acontece que as delegações de poderes que as autoridades imperiais tiveram que conceder aos seus subordinados locais causavam muitos malogros. Como exemplo, temos a realização do recrutamento: o Ministério da Justiça da Corte delegava aos presidentes das províncias a delicada função de mediar as necessidades do Império e as prioridades dos fazendeiros e outros grupos

¹⁹⁶ Livro do Ministério da Guerra. Livro Nº 149. Op.Cit. Ofício enviado em 13/12/1868. APEC.

¹⁹⁷ Secretaria de Polícia do Ceará (1865).Cx.06. Ofício enviado em 7 de novembro de 1865. APEC.

importantes no nível local. Estes presidentes, por sua vez, passavam a tarefa aos delegados e chefes de polícia que também faziam o mesmo, ou seja, dividiam esse ofício com os potentados locais.¹⁹⁸

Facilmente o Estado tomaria posse do que lhe não era propriedade, assim, essa divisão tornou a ação do poder instituído nas províncias débil, facilitando o ingresso de sujeitos não autorizados para tropas destinadas ao Paraguai.

Dessa forma, a lei que proibia a entrada de escravos nas forças armadas sem o consentimento de seus senhores, na prática, quase nada valia, pois quando a sanha do recrutador se harmonizava com a manha do cativo, o problema era do dono que tinha que requerer a posse e isso lhe fazia perder tempo e dinheiro.¹⁹⁹

Interessante salientar que no pós-guerra, houve um número grande de requerimentos enviados por proprietários cearenses que exigiam do Ministério da Fazenda indenizações de seus escravos que haviam se alistado no exército. Em 1871, o Sr. Domingos Jaguaribe, responsável por essas questões à época, recebeu do Ministério da Guerra a seguinte reclamação:

Apparecendo alguns indivíduos a reclamar indenisações por escravos que se tem alistado no exercito, convido evitar semelhante abuso de que resulta não pequeno prejuízo aos cofres públicos, determino VEX^a que indivíduos algum se assente praça nos corpos do exercito , sem primeiramente se é elle de condição livre , pois só então poderá ser aceito.²⁰⁰

Essas reclamações por si sós eram indícios de que sob os olhares de muitos escravos a idéia de consecução de liberdade através do alistamento nas forças armadas tinha uma certa generalidade, porém, conseguir entrar sem ser percebido, não seria nada fácil, visto que desde o limiar da guerra, há indícios de que essas precauções já vinham sendo tomadas, visando evitar ou amenizar

¹⁹⁸ GRAHAM, Richard. O Brasil de meados do século XIX à Guerra do Paraguai. IN: **História da América Latina**. BETHELL, Leslie (Org.) São Paulo: EDUSP, 2001. P.771/828.

¹⁹⁹ SOUZA, Álvaro Pereira. Do Cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra. In: **Revista de estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro. N°38, 2000. P. 1/26.

²⁰⁰ **Livro de registro do Ministério da Guerra. Livro nº 71**. Ofício enviado em 16 de janeiro de 1871. APEC

esses problemas. O Ministério da Guerra enviou em 1866, uma circular às províncias alertando:

Convido providenciar-se de modo que não se repitam os casos de assentamentos de praças, quer voluntariamente, quer recrutados, indivíduos da condição escrava, como depois se verifica, recommendo muito a Vex. que ordene quem competir, que haja toda cautela nas averiguações para assentamento de praça aos indivíduos que para tal fim se apresentarem²⁰¹

O conteúdo alertava para práticas presentes, tentando evitá-las no futuro. Isso também mostrava que as autoridades da Corte tinham consciência tanto da leitura favorável que os cativos poderiam fazer do alistamento voluntário como da conivência e/ou negociação entre alistados e alistadores.

Mas, em 1867, houve uma nova chamada de voluntários, tendo o Império que lançar mão do Decreto 3.972, que estendeu a todo cidadão brasileiro o voluntariado da pátria, prometendo uma gratificação antes do embarque. A atitude demonstrava uma tentativa de angariar combatentes e, enquanto isso, o Ministro da Justiça do Rio de Janeiro oficiava em caráter confidencial ao Presidente do Ceará:

Convido promover a libertação de escravos para assentarem praça no exercito, sendo pagamento feito em apólices, e a dinheiro, e bem assim procurar obter donativo, e activar serviços em relação de contingentes, sendo logo remetido ao Governo Imperial a relação dos que se distinguirem em taes serviços a donativos para que nas províncias, que administra sejam satisfeito naqueles sentidos os desejos do Governo Imperial.²⁰²

Este pode ser um indício de que havia uma certa relutância por parte dos senhores cearenses em libertar seus escravos para o conflito, uma vez que não compensava se desfazer de uma propriedade valiosa mesmo diante de indenizações, além disso, era difícil a reposição de uma peça luxuosa como era o

²⁰¹ Livro de Registro de Ofícios de Diversos Ministérios a Presidência do Ceará. Livro N°16. Ofício enviado em 20/08/1866. APEC.

²⁰² Idem. Livro de Ofício aos diversos Ministérios. Livro N° 16. Op. Cit. Ofício enviado em 02/10/1867. APEC.

cativo, numa província onde as estiagens impossibilitavam vastos plantéis. Assim, apenas homens de ostentosos cabedais poderiam manter a seus serviços cativos para realizações dos trabalhos agrícolas.

Como se observa, o envio de escravos para Guerra estava comprometido pela falta de vontade dos proprietários em cooperar e defender a estabilidade do estado imperial. Isso se complicaria ainda mais a partir do terceiro ano de guerra, quando as vozes dissonantes contra o prolongamento do conflito se fizeram ouvir.

2.3- Da Transgressão à Redenção: voluntários transgressores

As manobras que o governo imperial foi obrigado a desempenhar contra a república do Paraguai²⁰³, demonstravam o despreparo das autoridades ministeriais, pois muitos dos decretos baixados para o sustento da guerra acabariam por gerar contradições no seio da sociedade brasileira.

No Ceará, após o período conhecido pela historiografia da guerra como "euforia patriótica", o conflito se apresentaria de maneira ambígua na província: de um lado, indivíduos tornavam-se criminosos quando resistiam à violência do recrutamento forçado; de outro, sujeitos considerados pela justiça Instituída como criminosos, viam, no alistamento voluntário, o caminho para a redenção social.

As evidências encontradas, principalmente nos jornais e nas correspondências entre as autoridades civis e militares do Ceará e do Rio de Janeiro, atestavam tanto as contradições como as ambigüidades. Nessas fontes, estavam registradas as condições em que se processavam os alistamentos, quais os tipos de criminosos que poderiam aderir ao serviço da armas e quais os crimes que geralmente eram aceitos. Vale dizer que o status social do transgressor contava na hora do embarque, e muitos mesmo "desejando" salvar a pátria tiveram dificuldades em participar da guerra.

²⁰³ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: uma nova história da guerra do Paraguai. São Paulo: Cia Das Letras, 2002. Este autor fala de uma possível negociação de paz por parte de López, idéia essa não aceita pelo Império, que queria rendição incondicional de Solano Lopez para que a guerra fosse terminada.

Em setembro de 1865, a presidência do Ceará mandou publicar o seguinte ofício:

Ao Exm. Ministro da Guerra.
Acaba de chegar ao meu conhecimento que no 2 corpo de voluntários da pátria que d'esta província marchou sob o comando provisório do tenente José Peregrino Viriato de Medeiros, seguiu para esta Corte Honorato Dias Galvão pronunciado por homicídio no termo do sobral. A informação junta do delegado de policia d'quelle termo e as certidões anexadas contem precisos esclarecimentos para ser conhecido esse individuo entre os voluntários d'esta província, sendo provável que elle se ache na companhia do capitão Plácido Fonteles Filho.
VEx, dignar-se há providenciar a resposta como for mais conveniente²⁰⁴

O documento acima citado indica que o acusado sob a proteção de uma alta patente militar aderiu ao serviço das armas para escapar da possível condenação, atitude esta, que pela sua recorrência, levou-nos a pensar ter sido uma forma de *resistência na guerra*²⁰⁵. Alguns meses antes, o delegado de polícia de Fortaleza, em nome do *Promotor da Comarca* da Granja, já havia informado a presidência da província a fuga de Honorato Galvão, esboçando preocupação com a presença desse indivíduo entre os soldados.²⁰⁶

Ainda em 1868, Galvão continuava sendo procurado e, ao que parece, não seria tão fácil para ele se livrar do estigma que lhe foi atribuído. Mas era um tempo de contradições, e enquanto o referido condenado tentava se redimir, João Batalha se tornaria um criminoso ao resistir à escolta:

João Batalha, sempre armado de faca conseguiu novamente resistir a ordem de prisão e matar Antonio Mello e ferir José Maria, soldado do corpo de policia que vieram recrutar-lo, a mando de sua mulher que era sempre espancada [por ele João], mas que nunca levou a presença de autoridades por tinos...²⁰⁷

²⁰⁴ **O Cearense**. Op.Cit. "Parte Official". Notícia do dia 31 de Agosto de 1865. P.1.

²⁰⁵ THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

A Miséria da Teoria. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Ver Também SCOTT, James. Formas de Resistência camponesa. In: **Revista Raízes**, Campina Grande, UFCG, V.21. Nº. 01, 1999.

²⁰⁶ **Caixa de Ofícios da Secretaria de Polícia do Ceará (1865). Cx.05**. Série: Ofícios - recebidos/expedidos. Ofício enviado em 17/05/1865.APEC.

²⁰⁷ **O Cearense**, Op. Cit. "Noticiário". 07 de outubro de 1867. P. 3.

A expectativa de que o alistamento para guerra resolveria problemas enfrentados no cotidiano, sem dúvida mexeu com os desejos dos criminosos de reinserção social.

No mesmo ano em que o homicida Honorato Galvão estava sendo procurado, aderiu também à causa patriótica o negociante de gado Delmiro Porfírio de Farias que havia cometido dois crimes e, mesmo assim, fora aceito no Exército com a patente de capitão.

Segundo J.C. Alencar Araripe²⁰⁸, a ação de patriotismo de Delmiro de Farias, deu-se porque este não conseguiu dominar seus ímpetos romanescos. O comerciante era casado no Ceará com Francisca Mesquita Porfírio de Farias e pai de sete filhos; em uma de suas viagens de negócio, seduziu e raptou Leonila Flora, uma moça de quatorze anos de idade, moradora de Pau D'Alho, sertão de Pernambuco, com a qual veio a se amasiar numa cidade próxima daquela onde vivia a família oficial dele.

Os familiares da moça raptada, considerando um "inominável atrevimento", uma desonra, o que Delmiro havia cometido, tomaram a decisão fulminante, que outra não foi senão perseguir sem vacilações os fugitivos, buscando fazer justiça do sertão para honrar o nome da família.

Aos olhos das justiças, do Estado e da Igreja, o criminoso cometeu os crimes de sedução, de rapto e de adultério, portanto, se conseguisse escapar das penalidades das leis instituídas, talvez não tivesse a mesma sorte com relação à justiça planejada pelos familiares da moça seduzida.

Casar-se não seria possível, porque estaria cometendo outro crime moralmente repudiado pela sociedade brasileira desde os tempos coloniais, a bigamia.

Luiz Mott, estudando as visitações do Santo Ofício no Ceará, afirma que elas estiveram mais ligadas a crimes contra a moral e cita o caso do bígamo José

²⁰⁸ ARARIPE, J.C. Alencar. **A Glória de um pioneiro**. Fortaleza: BNB, 1997. (Revista Ampliada. 1ª Edição).

Luis Pestana, residente na província cearense, que no final do século XVIII foi condenado pela Santa Inquisição a degredo para Angola²⁰⁹.

Na imprensa cearense esses crimes contra a moral e os bons costumes por vezes foram registrados como inimigos inconciliáveis da família. Em matéria publicada no jornal *Aurora Cearense* do dia 22 de julho de 1866, verificamos a seguinte fala contra o delito de adultério:

Da reunião das pequenas sociedades, que chamamos de famílias forma-se a grande sociedade que chamamos de Estado. Da tranqüilidade e socego daquellas depende a ordem e equilibrio deste; e de suas desavenças e desamornias nascem as discórdias e tumultos, que se convertem em revoluções, e estas mais tarde transformam-se em anarchia (...)

O adultério é, portanto, o inimigo irreconciliavel da família, e conspirador incessante contra a segurança do Estado. Corrompe os costumes, e falsea em suas bases o systema governamental (...)

E elle é um crime gravíssimo, ofende a magestade de Deus, quebrando as leis do pejo, profana a santidade(...) é o ultrage talvez o mais sensível, que se pode fazer a humanidade, e com elle se offende os direitos mais santos da natureza...²¹⁰

Como se observa, Delmiro não tinha como escapar das condenações e, na iminência de ser preso, alistou-se como voluntário da pátria para a guerra contra o Paraguai, embarcando como Capitão Mandante.

Delmiro de Farias morreu em 1868 e alguns jornais anunciaram com muito pesar a fatalidade:

Perdemos em um pequeno reconhecimento o commandante Sebastião Tamborim, Capitão Mandante Delmiro Porfírio de Farias e o alferes Domingos Candido Carvalho, todos gravemente feridos por tremendos golpes de espada do inimigo, que os surpreendeu...
Todo o 26 batalhão lamenta, e há de lamentar sempre a fatalidade, que por sobre nós descarregou golpes tão profundos...²¹¹

²⁰⁹ MOTT, Luís. A Inquisição no Ceará. IN: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V.16-17. N.1/2. Fortaleza, 1985/986.

²¹⁰ Fortaleza, **Jornal Aurora Cearense**, 22 de julho de 1866. P.2.

²¹¹ Fortaleza, **Jornal do Ceará**, 17 de janeiro de 1868. P.3.

Para homens de cabedal que haviam cometido crimes e que utilizaram o expediente do alistamento para escaparem das condenações, a condição de voluntários na guerra os colocavam numa situação privilegiada. O caso do Capitão Delmiro além de nos permitir essa afirmação, deu-nos o vislumbre de que realmente o conflito tinha o poder de redimir a quem nele servisse por vontade própria. Contudo, outros indivíduos não conseguiriam se livrar facilmente de seus crimes através da guerra.

Sem proteção de uma autoridade e fugitivo de outra província, Reginaldo José de Lima, que havia cometido crime similar ao de Delmiro de Farias, não pôde embarcar nem como recruta ainda que o momento fosse de maior precisão de contingente nos campos de batalhas:

Indiciado em *crime de poligamia* na província de Piauí, Reginaldo Jose de Lima foi transferido do quartel do corpo da guarnição onde está minha diposição por ordem do Ex^o presidente e ao qual havia elle sido indevidamente remetido de Baturité como recruta²¹²

Bem ou mal sucedidos esses homens tentavam controlar o curso de suas vidas aparentemente interrompidas, através de uma guerra que clamava pelo patriotismo do povo. Sabiam da necessidade de contingente e do apreço da "boa sociedade" pelo alistamento voluntário e se aproveitavam da situação para se redimirem socialmente e, assim, sanarem problemas criados por atitudes que os condenavam moralmente.

A maior preocupação das autoridades estava no medo de que o alistamento voluntário se tornasse um expediente legal para a impunidade, ou seja, o receio de que criminosos não enfrentassem um tribunal, deixaria aparente a debilidade da justiça num estado de guerra.

Em alguns relatos percebe-se que os foragidos, provavelmente sem proteção, que ainda não tivessem ido a julgamento, teriam suas identidades marcadas pelos crimes cometidos. A simples suspeita de transgressão dificultava

²¹² Livro de registro de ofícios da Secretaria de Polícia do Ceará a diversas autoridades do Ceará. Livro Nº 329. Ofício enviado em 09/12/1967. APEC.

o embarque, e isso deixava transparecer a aversão pelas atitudes ditas desviantes e de que seus autores não serviriam para defenderem a pátria:

Passo as mãos de Vex, as inclusas guias de socorrimento do soldado do 14 batalhão de infantaria, que deixou de seguir no vapor Gerente, suspeito de ser criminoso de morte, e de ser voluntário no batalhão de engenheiro..²¹³

Quando enfrentavam um júri, aparentemente, eram mais bem aceitos. Foi o que aconteceu com certo soldado voluntário anônimo "que veio a esta província responder ao jury crime civil, de que fora absolvido"²¹⁴.

O historiador cearense Gustavo Barroso escreveu sobre a bravura e obstinação dos soldados cearenses, em especial, o brioso Capitão Delmiro de Farias. Citou também o caso interessante de João Sorongo, um caboclo que bebia em todas as esquinas e vivia "perambulando pelas vias públicas ganhando vintena com que acudia às exigências do vício dançando Sorongo"²¹⁵ que teve sua imagem mudada quando assentou praça voluntariamente rumo ao Paraguai:

Assentou praça e nunca mais bebeu. Toda gente via com espanto, fardado, fazendo exercício no pátio de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção. Não dava palavra a ninguém. Não sorria. E quando os moleques gritavam, reconhecendo-lhe o rosto sob a pala quadrada do quepe: - João Sorongo! João Sorongo! Ficava impassível.²¹⁶

O crescimento da agricultura comercial no Ceará durante a guerra no Paraguai exigiu do Estado e dos segmentos da classe dominante uma maior preocupação com a organização dos trabalhos na província cearense. A incorporação de novos valores econômicos, como disciplina e poupança, levou aquelas instâncias do poder a redimensionar suas relações com os setores

²¹³ **Livro do Ministério da Guerra.** Op. Cit. **Livro Nº149.** Ofício enviado em 04/03/1866. APEC.

²¹⁴ Idem. **Secretaria de Polícia.** **Livro nº329.** Ofício enviado em 18/10/1866. APEC.

²¹⁵ BARROSO, Gustavo. **A Guerra do López 1864-1870.** Fortaleza: Secult, 2000. O dicionarista Antônio Houaiss dá pelo menos seis significados ao verbete Sorongo entre os quais destacamos o de Tolo ou aquele que comete Tolices. É esse o sentido utilizado por Gustavo Barroso. De acordo com o pensamento deste historiador, João Sorongo deixou de fazer tolices quando atendeu o chamado da Pátria.

²¹⁶ Idem. BARROSO. P.197. Sobre os significados da palavra Sorongo Ver: HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houassis de Língua Portuguesa/ Instituto Antonio Houassis de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa/CLtda.** Rio de Janeiro: Objetivo, 2001.

populares, em especial, com as camadas pobres e livres que tiveram sobre si o aumento da repressão. Nesse momento, os conceitos de vadiagem e de criminalidade estavam imbricados e todos aqueles que não tivessem residência e trabalhos fixos eram considerados criminosos.

Neste dia-a-dia de suas vidas, os pobres e livres cearenses, defrontavam-se com problemas bastante diversos, como o recrutamento ou para guerra ou para as frentes de trabalhos, forçando-os a produzir e reproduzir soluções definidas que na maioria das vezes interferiam em suas relações sociais. João Sorongo, que sob os olhares das autoridades oficial e local era vadio, facilmente seria tragado pela malha dos recrutamentos se não tivesse entendido que o momento cívico pelo qual passava a nação o libertaria do estigma ao qual estava submetido.

Devemos levar em consideração que Barroso estava preso ao contínuo histórico, isto é, aos valores de sua época, e dessa forma escreveu seus contos querendo mostrar um Ceará civilizado. Contudo, seus escritos historiográficos sobre o conflito do Paraguai estão baseados em documentos da época como os Relatórios e as Ordens do Dia do Exército Brasileiro em operação. Assim, sua produção além de ser uma fonte a mais, também trouxe indicações que contribuíram de alguma forma para a elucidação da mobilização voluntária no Ceará.

Ao longo da guerra, outros fatores, por exemplo, a retirada dos efetivos argentinos das zonas de conflito, forçou novas urdiduras de mobilização.

No início de 1867, a Argentina, país que formava juntamente com o Uruguai e com o Brasil a *Tríplice Aliança*, teve que retirar seus exércitos do Paraguai para sufocar a revolta interna das *Motoneras*, revoluções contra o governo central argentino²¹⁷. Dessa forma, o Império perdeu um importante aliado, e como era de se esperar, os exércitos em operações sofreriam com esses desfalques, o que foi um grande problema tanto para os ministros como para a população civil brasileira que teve sobre si o aumento das conscrições.

É nessa conjuntura que o governo imperial se viu obrigado a retomar o expediente de perdoar as praças "que lhes tiverem sido infligidas pelo crime de

²¹⁷ Ver DORATIOTO, Francisco Fernando. Op.cit. **Maldita Guerra**. P. 282.

deserção²¹⁸, transgressão, até então repugnada dentro das instituições militares cujo delituoso tinha como castigo a pena capital: morreria ou por fuzilamento ou por enforcamento. Fazer uma nova chamada de voluntários e indultar presos comuns foram outras medidas tomadas pelo Império visando amenizar as dificuldades de contingente²¹⁹. Vê-se que esta última medida era contraditória, pois acabaria implicitamente fortalecendo a associação entre *status* desonroso e serviço militar.

Sobre os indultos, foi enviado pelo Ministério da Justiça da Corte, em julho de 1867, um ofício à presidência do Ceará, segundo o qual o imperador dizia:

Hei por bem, usando da atribuição que me confere o *Artigo cento e um parágrafo oitavo da Constituição, perdoar as penas que estão cumprindo na cadeia da Capital do Ceará*, os reos constantes das relações que com este abaixo assignado por Martim Francisco Ribeiro de Andrada do meu conselho, Ministro e Secretario de Estado dos negócios da Justiça, que assim o tenha entendido e faça executar
Palácio do Rio de Janeiro em vinte e cinco de Junho de mil oitocentos e sessenta e sete, quadragésima sexta da Independência e do Império com a rubrica de Sua Magestade o Imperador/ Martim Francisco Ribeiro de Andrade.²²⁰

Começando pelos condenados do presídio de Fernando de Noronha, os indultos iam às capitais provinciais do Império e se estenderiam pelos interiores das mesmas. Para o Ceará, foi enviado pelo ministério da Justiça um ofício em setembro de 1867, constando a seguinte mensagem:

Recommendo a V.ex que preste, com toda a urgência informação exigida em confidencial de 17 de janeiro do corrente anno a respeito do tempo de cumprimento das penas, idade, estado de saúde, e conducta dos reos dessa *província devendo excluir os condenados por crime*

²¹⁸ **Livro do Ministério da Guerra a Presidência do Ceará. Livro nº 103.** Ofício enviado em 20/12/1866. APEC.

²¹⁹ Ver: BATITIE, Peter. Sodomia na forças armadas. In: **Nova historia militar.** CASTRO, Celso; IZECKSONH, Vitor e KRAAY, Hendrick. Rio de Janeiro: FGV, 2004. E Cf: COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles.** Op.Cit. P. 140/200. Vale ressaltar que indultar desertores em tempos de guerra não constituía uma novidade, mas durante a Guerra do Paraguai esta medida foi intensificada.

²²⁰ **Livro de Avisos dos diversos Ministérios. Série: ofícios recebidos. Livro. Nº 16.** Ofício enviado em 01/06/1867. APEC. Grifos nossos.

*contra a propriedade, e remetter as petições de graça daquelles que se offerecerem expressamente para o serviço da guerra.*²²¹

Havia toda uma preocupação em não enviar à guerra homens que não estivessem aptos para tanto. Indivíduos que cometeram crimes contra a propriedade tiveram dificuldades em fazer parte das tropas voluntárias por ordem interna do Ministério da Justiça. Também havia proibições a certos homicidas que voluntariamente desejavam assentar praça, o que demonstrava que, apesar da duração da guerra exigir demandas constantes de forças humanas, alguns sujeitos não eram bem vindos nas tropas, conforme informava uma circular reservada enviada à presidência cearense no dia 22 de janeiro de 1868:

Convem que Vex quando prestar os esclarecimentos relativos ao tempo de cumprimento das penas, idade, estado de saúde e conducta dos reos dessa província, em observância de confidencial de 17 de janeiro e do aviso reservado de 23 de setembro do anno próximo findo declare os que se offereceram para o serviço da guerra, e se algum delles foi *condemnado por crime contra pessoa de sua família ou a quem devesse respeito.*²²²

Um quadro demonstrativo dos presos da cadeia da capital da província, Fortaleza, indicava em que condições muitos presos conseguiram indultos.

²²¹ Idem. **Livro Nº16**. Ofício enviado em 23/09/1867.APEC.

²²² **Livro Nº16**. Op. Cit Ofício enviado em 22/01/1868.APEC.

Tabela 2

Relação dos reos a que se refere o Decreto desta data perdoando-lhes as penas que se cumprem-na cadeia da Capital do Ceará.

Nomes	Crimes	Tempo das penas	Tempo do cumprimento das penas
Gonçalo Santiago	Homicídio	14 annos	10 annos
João Felix da Rocha	Homicídio	12 annos	11 annos
Manoel Ferreira dos Santos	Homicídio	12 annos	9 annos
Miguel Ferreira Gomes	Homicídio	14 annos	10 annos
Vicente Francisco	Homicídio	14 annos	12 annos

Fonte: Ministérios dos Negócios da Justiça do Rio de Janeiro a Presidência da Província do Ceará. Livro nº 16. Ofício enviado em 01 de julho de 1867. Arquivo Público do Ceará (APEC).

Tratava-se de cinco presos condenados por homicídio que foram indultados, porque além de não terem assassinado “pessoas de sua família ou a quem devessem respeito”, já haviam cumprido mais de dois terços de suas penas.

A propósito esta foi mais uma das exigências do governo imperial dirigida à província:

... V.ex determine as autoridades policiais d’essa província que examinando as prisões sujeitos [mutilado] condenados pelos crimes de homicídio ou tentativa de homicídio tiveram cumprido *mais de dous terço das penas impostas e mais da metade aos outros crimes*, excluindo os cometidos contra a propriedade declarando muito especialmente qual o tempo cumprido das penas compostas, quaes forao estas, qual o procedimentodo dos reos nos jornaes, sua edade e seo estado de saúde²²³ ...

Percebe-se pela documentação citada quatro objeções importantes para o ingresso de presos nas tropas que iriam lutar no Paraguai, sendo relevante pontuá-las: *que o réu já tivesse enfrentado um júri; que o mesmo não tenha cometido crime contra alguém de sua família; que o criminoso não tivesse*

²²³ Livro N° 16 .Op.Cit.Ofício enviado em 17/02/1867. APEC.

atentado conta a vida de alguém que ele devesse respeito; que o criminoso tivesse cumprido mais da metade de sua pena.

Estas recomendações indicavam que não se travava apenas de uma imposição de um Estado forte sobre uma população condenada, isto é, não era uma medida de recrutamento forçado de criminosos como afirma Júlio Chiavenato²²⁴, uma vez que o réu poderia ser ou não aceito, além disso, eram enviadas das cadeias petições como comprovação de que realmente os presos estavam aderindo à causa da guerra por vontade própria.

Por falta da petição que comprovaria o "desejo" de lutar na guerra, o indultado Domingos José de Lima, que cumpria pena na cadeia de Quixeramobim, e que havia embarcado para a Corte, não pôde partir para combater no Paraguai, porque as autoridades cariocas notificaram que seu nome não constava nas listas de requerimentos. A situação parece ter sido contornada, pois logo foi pedido a presidência cearense "que enviasse a petição de graça desse condenado e que nela estivesse expressamente seu oferecimento para guerra"²²⁵.

A medida de indultar condenado por crime de homicídio ia de encontro com o próprio código criminal de 1830, isso porque a legislação era dura com esse tipo de crime no século XIX. Penas severas eram impostas para homicidas. No Ceará, uma versão desse código, redigida em 1869, indicava os homicidas "no grau

²²⁴ CHIAVENATO, Júlio José. **Guerra contra o Paraguai**. São Paulo: Brasilense, 1996. Para este autor, o voluntariado foi uma mentira inventada pelo governo imperial, apoiado pelas elites brasileiras para escamotear a coerção do recrutamento que caía sobre as camadas pobres e livres, a exemplo, dos criminosos que ameaçavam a ordem pública. A guerra, em sua perspectiva, foi apenas uma maneira pela qual as elites e o Império livrar-se-iam de seus desafetos sociais, recrutando-os para morrerem no *front*. Vale ressaltar que esse autor faz parte da corrente interpretativa da "Guerra do Paraguai" denominada Revisionista, que ao contrário da Versão Oficial, enaltecedora do patriotismo dos brasileiros que lutavam com os bárbaros paraguaios, apresenta o Paraguai como um Estado Nacionalista, antiimperialista que apresentava uma economia próspera de via original de desenvolvimento econômico-social sendo vítima do imperialismo inglês, verdadeiro inspirador do conflito, cujos instrumentos de ação foram o Brasil, Argentina e Uruguai. Cabe dizer também que a Tríplice Aliança só se formou após Solano López ter invadido a Argentina em abril de 1865, e que apenas parte do Uruguai deu apoio ao Brasil. Vê-se, então, que as afirmações desse autor carecem de pesquisa histórica. Outro expoente do Revisionismo é o historiador argentino León Pomer. Cf: POMER, Leon. **A Guerra do Paraguai: a grande tragédia Rioplatense**. São Paulo: Global, 1980.

²²⁵ Livro N°16. Op.Cit. Ofício enviado em 28/10/1867. APEC.

máximo seguidos de agravantes, a pena de morte; galés perpétuas no grau médio e de prisão com trabalho por vinte anos no grau mínimo²²⁶.

No entanto, a guerra foi capaz de instaurar nas províncias a "morte permitida", aquela em o delinqüente é perdoada em nome da pátria. Isto posto, todos os condenados que fizeram parte deste "conceito de morte permissiva", foram indultados e enviados como voluntários para os campos de batalha no Paraguai.

As contradições nesse estado de guerra eram visíveis e o assassinato parecia não ser mais uma grave transgressão. A não ser que o assassino tivesse sobre si a acusação de atentado contra alguém de sua família como estavam sendo acusados os presos Joaquim José de Medeiros e Manoel da Costa Cavalcante, que se "ofereceram para o serviço da guerra na petição de graça remetida por essa presidência com ofício de 22 de março passado, estão cumprindo pena por crime cometido contra pessoa de sua família"²²⁷, e por esta razão não puderam ir para peleja.

Sobre os réus acima citados, é interessante falarmos da insistência de um deles, Manoel da Costa Cavalcante, que segundo o chefe de polícia, Antônio Belarmino Bizerra, "este prezo teria se dirigido diretamente a ele e pedido para ir à guerra"²²⁸. Novamente, um outro ofício foi enviado em nome de Manoel, e, desta vez, pelo teor das palavras, este criminoso parece ter obtido sucesso em sua empreitada rumo ao perdão que aquele estado belicoso oferecia:

Em officio de 26 de maio ultimo, acerca do crime aqui praticado por Manoel da Costa Cavalcante, tendo a diser a VEx^o que o crime de que se trata não foi praticado em pessoa da família do dito Cavalcante, e menos ainda a alguém que lhe devesse respeito, pelo contrario era seu encarnizado inimigo, em conseqüência de diser que ele fora autor de morte de José da Cruz²²⁹

²²⁶ **Código Criminal Annotado** pelo Bacharel Dr^o João Baptista Pereira. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1869. Biblioteca Pública Menezes Pimentel/ CE-(BPMP) doravante.

²²⁷ Idem. **Livro Nº16** ofício enviado em 23/03/1868. APEC.

²²⁸ **Secretaria de Polícia da Província do Ceará (1867-1868). Cx. 07.** Ofício enviado em 28 de abril de 1868. APEC.

²²⁹ **Secretaria de Polícia. Cx. 07.** Ofício enviado em 30 de novembro de 1868. APEC.

Ao que parece o pedido de indultos individual ou coletivo tornou-se comum na província, e várias vezes encontramos chefes e delegados de polícia relatando a disponibilidade de réus que espontaneamente se ofereciam para os combates.

Em janeiro de 1868, o então chefe de polícia, João Ferreira Cavalcante, relatava ao presidente da província, Pedro Leão Velloso, a disponibilidade de Felipe de Araújo Frasão em servir no *front* pois:

Tendo cumprido um anno de Gales a que fora condenado pelo jury da comarca da Telha, e mostrado aptidão para o serviço militar fica a disposição de VEx^o para esse fim. Devo ponderar a VEx^o para que tome na consideração que lhe merecer, que o mencionado Felipe de Araújo Frasão, a bem de não mostrar repugnância em marchar para o sul, pelo contrario declarou-me que desejava para lá seguir, e para isso se offereceo.²³⁰

Os detalhes que também mereceram destaque nesses ofícios foram as negociações entre as instâncias dos poderes central e local com camadas transgressoras. Lidas a contrapelo, essas evidências apontavam não para um alistamento forçado, mas um jogo no qual cada jogador tirava suas vantagens: homens desejosos de liberdades do corpo e do estigma encontrariam saídas para seus problemas juntando-se às forças nacionais num estado de guerra desfalcado em contingência.

As proibições contidas nas falas dos ministros demonstravam a defesa dos valores que regulavam a sociedade brasileira: família, propriedade e liberdade.

Durante a guerra, muitos foram os relatos nos quais indivíduos estavam sendo recrutados por serem maus filhos. No Ceará, entre outros exemplos, o caso de João Procópio de Freitas, solteiro e "mau filho", que abandonou o pai cego, foi recolhido no quartel do corpo de guarnição para de lá partir para a guerra no sul²³¹, chamou-nos atenção para a prática de recrutamento forçado sob a insígnia da "defesa da família".

Mas até quando o Estado pensava na família quando demonstrava vistas grossas, por exemplo, para casos de recrutamentos indevidos como o de Felix

²³⁰ **Secretaria de Polícia. Cx. 07.** Op. Cit. Ofício enviado em 28 de janeiro de 1868. APEC.

²³¹ **Secretaria de Polícia. Op. Cit. Cx. 07.** Ofício enviado em 28 de fevereiro de 1868. APEC.

Antônio de Andrada que fora descrito pelo pároco da cidade do Aracati, João Francisco de Sá, "como um parochiano casado, bom pai de cinco filhos, laborioso ao trabalho da agricultura com que sustenta não só sua família, mas seu sogro que estava abandonado"²³² ou para o episódio de João Pereira Martins que fora preso para recruta indevidamente visto ser este arrimo e cuidava de seus pais enfermos.²³³

Com relação ao chamado crime contra a propriedade, as ações das autoridades parecem ter sido mais enérgicas, pois esse delito sempre fora abominável na sociedade brasileira. Nas memórias de um mestre escola cearense, a descrição da violência feita a um sujeito que fora apanhado furtando "maracujá na capoeira de outro e fora preso tendo alguns dias morrido por açoites recebidos"²³⁴, demonstrava o quanto eram severas as penas para aqueles que furtavam, por mais insignificante que fosse o objeto do furto. Para os casos de furto, o recrutamento atuou com uma medida de controle social:

Tenho a honra de responder o officio de VEx^o dactado de hontem, em que pede-me informações sobre o estado de José Joaquim de Freitas, que como recruta foi preso e posto a desposição de Vex^o pelo meo antecessor. Tenho a informação que ignoro o seu estado constando entretanto que o mesmo fora recrutado *por ser vadio e como tal inniciado em furtos.*²³⁵

Quanto à liberdade do estigma garantida pelos indultos, os presos que já estavam condenados obtiveram melhores chances de negociar com as autoridades. Caminhos mais tortuosos tiveram aqueles que não se renderam à prisão, pois precisaram usar de táticas diante da estratégia do inimigo, que neste caso era o poder policial instituído. Uma leitura que lhes fosse favorável a respeito

²³² **Secretaria de Polícia.) Op.Cit. Cx. 07.** Ofício enviado em 13 de novembro de 1868. APEC.

²³³ **Guarda Nacional da cidade do Aracty. CX. 01.** Ofício expedido em 14 de junho de 1868 pelo chefe do 7^o Batalhão da Guarda Nacional de Aracati ao Comando Superior da Guarda Nacional da Capital. APEC.

²³⁴ ARAGÃO, Manoel Ximenes. As Phases de minha vida: genealogia. In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Typografia Minerva, 1913. O mestre escola nasceu em 1807 na cidade de Sobral e teve suas memórias reeditadas em 1913 pelo Br. de Studart, então presidente do Instituto do Ceará.

²³⁵ **Secretaria de Polícia do Ceará (1862-1868). Cx.09.** Ofício enviado em 03/07/1868. APEC. (Grifos nossos).

das vantagens do Decreto 3.371 foi uma das possibilidades. Seus benefícios morais, efeito simbólico das ações patrióticas, eram importantes demais para homens estigmatizados.

Vale ressaltar que em nenhum momento negligenciamos o caráter violento do recrutamento. Ao contrário, sabemos que muitas vezes este funcionou, principalmente no Brasil Império, como instrumento de controle social e perseguição. Alguns casos investigados na cadeia de Imperatriz, atual Itapipoca, indicaram essas coerções: Joaquim Frota, pardo, solteiro, morador no Coelho pronunciado nos artigos 201, ofensa física grave, e 116, resistência às autoridades, foi combater no Paraguai, e junto com este foram João Alarção e José de Lima pronunciados nos mesmos crimes²³⁶. A última acusação nos permite inferir a violência de suas conscrições.

O que estamos investigando, como diria Paul Veyne²³⁷, são outras tramas que a guerra contra o Paraguai teceu na província cearense. Tramas nas quais o conflito foi utilizado para redimir e incluir sujeitos socialmente desviantes.

Retornando o caso inicial de Honorato Galvão que havia se alistado entre os voluntários, há evidência de que o alistamento voluntário era via para consecução da liberdade perdida nos "contra-tempos" cotidianos. Os motivos que levaram esse sujeito a retornar errância e, *a posteriori*, não ter procurado as vias legais podem estar no fato de ele ser perseguido por um magistrado, alguém a quem devesse respeito.

Nesse mesmo percurso clandestino, o condenado João Camillo de Oliveira, branco, casado, 25 anos de idade²³⁸ que estava sendo procurado desde 1865 pela polícia, só conseguiu se alistar quatro anos depois:

²³⁶ **Secretaria de Polícia do Ceará (1851-1870). Vila de Imperatriz (Itapipoca-CE). Cx. 14.** Ofício enviado em 19 de agosto de 1869. Segundo o Código Criminal do Império brasileiro (1840), os artigos 193 e 201 se referem, respectivamente, aos crimes de Homicídio e Ofensa Física Grave. APEC.

²³⁷ VEYNE, Paul. **Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História.** (tradução Alda Baltazar e Maria auxiliadora Kneipp). Brasília: editora da UNB, 1998. 4º edição.

²³⁸ **Secretaria de Polícia do Ceará (1851-1870). Vila de Imperatriz (Itapipoca). Cx. 14.** Ofício enviado em 19 de agosto de 1869. APEC.

João Camillo de Oliveira, casado, morador do Tabaco, localidade de Imperatriz, pronunciado no Art. 193, combinado com Art. 34 do código criminal consta ter sentado praça na capital do Piauí, e seguido para guerra com o nome de Joaquim Jose de Lima, como sargento do batalhão de nº11 de voluntários ²³⁹

João carregava consigo acusações de crimes passíveis de severas punições e não tendo proteção, viu na fuga para a guerra a única maneira de se redimir. Rumo à junta de alistamento, ele enxergou a solução imediata para reverter sua situação. Como todos os criminosos até aqui citados, esse protagonista vislumbrou, em sua lógica própria, o voluntariado para guerra como resistência, um resistir localizado, oriundo de problemas particulares.

Se na ótica do governo imperial amar a pátria naquele momento belicoso era aderir ao serviço da guerra, João Camilo demonstrou, ao seu modo, o amor exigido pelo império: foi como voluntário levando consigo a possibilidade de ser redimido pela sociedade e de ter de volta a liberdade. Ele poderia ter escolhido outro caminho rumo à libertação, mas preferiu ser combatente que era o caminho legitimado socialmente.

²³⁹ Idem. **Caixa. 14.** Ofício enviado na mesma data. APEC.

3º CAPÍTULO

3. As Vozes do Sofrimento.

É durante a "Guerra do Paraguai" que o recrutamento continuava a pesar com maior força, principalmente sobre a população pobre e livre brasileira. Este fato era mais problemático em províncias como a do Ceará que, como vimos, vivenciava um bom momento econômico com recrudescimento da agricultura comercial. Ao verificarmos que a economia provincial estava organizada a partir da utilização em larga escala do trabalho livre, investigamos os infortúnios que os alistamentos forçados trouxeram para os grandes agricultores e para os pobres e livres cearenses, alvos preferidos dos recrutadores.

O desafio que se colocou para os grupos dominantes no momento da guerra era como conciliar o escoamento de braços para o conflito sem desfalcar a agricultura. Conciliação que certamente teria vindo se a lei que isentava do serviço militar os trabalhadores agrícolas, por exemplo, tivesse sido cumprida.

Esse não cumprimento fez com que grupos de proprietários se revoltassem contra o intenso recrutamento realizado no período do conflito, o que culminou em denúncias e violências físicas registradas tanto na imprensa como nos relatórios policiais. Por medo do empobrecimento devido à insegurança que as arregimentações os impunham, esses homens decidiram começar uma guerra local contra os enviados do império, os agentes recrutadores.

Entre fugas, dissimulações e automutilações que foram artifícios muito utilizados pela população recrutável do Ceará, destacaremos, sobretudo, as ações de grupos armados, pois nestas há evidências suficientes de novos laços de lealdade e sociabilidade entre fazendeiros e possíveis designados, o que na esteira de Raimundo Faoro e Vitor Nunes Leal²⁴⁰, inferimos estarem essas relações permeadas por uma ideologia de clientela, apoiada basicamente na

²⁴⁰ FAORO, Raimundo. **Os Donos do poder**: formação do patronato político no Brasil. 6ª edição. Porto Alegre, Globo, 1984. LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, voto e enxada**: o município e o regime representativo no Brasil. 4ª edição. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1978.

capacidade de troca de favores que envolviam aspectos econômicos, políticos, parentescos e afetivos.

Já do lado dos pobres a não aplicação das leis que eximia do serviço das armas os arrimos de família e os lavradores, por exemplo, implicou para além de uma desestruturação econômica, uma desorganização social, uma vez que no Ceará imperial, a relação entre trabalho e família era estreita. Através de um ofício da Secretaria de Polícia, apreende-se essa ligação:

Em dias do mez próximo passado, no disctrito de Marrecas de São do Príncipe, *de volta de uma desmancha de mandioca na Serra Grande, com sua família, o tenente Bernardo Jose Pereira*, aconteceu de disparar uma espingarda , que um escravinho trazia ao hombro na ocazio em que atalhava um cavalo, o a empregar-se a tiro a queima roupa uma escravinha atraz, morrendo ella immediatamente.²⁴¹

Esse relato, embora curto, permite chegarmos mais próximos da realidade da organização dos trabalhos no meio rural da província cearense. Dessa forma, inferimos ser a família uma "empresa"²⁴², no sentido de que todos os membros tinham importância na manutenção. Assim, quando a campanha do Paraguai demandou um alto número de homens para combater, a ausência na casa se fez sentida, e "a guerra meteu-se na barriga que é a pior guerra conhecida", como bem expressou Maria Adenir Peraro ao se referir ao descaso do governo Imperial em relação à população de Mato Grosso no período do conflito ²⁴³.

O medo da miséria foi expresso nos vários requerimentos enviados pelos parentes dos combatentes cearenses mortos ou mutilados no conflito, destacando-se os entes femininos, que narravam para as autoridades imperial e local, o estado deplorável de privações ao qual ficaram submetidos. No entanto, não só de lamentações viviam essas pessoas, pois muitas delas resolveram

²⁴¹ **Secretaria de Polícia do Ceará (1867-1868). Cx. 07.** Op. Cit. Ofício enviado em 13 de novembro de 1868.

²⁴² ARIÉS, Philippe, DUBBY, George, PERROT, Michelle.(Orgs.). **História da vida Privada: da revolução Francesa a Primeira Guerra.** São Paulo: Cia das Letras, 1991. V.4.p.105/199. Cabe lembrar que as argumentações de Perrot eram dirigidas para um contexto muito específico, a França industrial do século XIX, onde os trabalhos eram divididos na ambiência da casa e cada parente tinha uma função específica.

²⁴³ Correio de Mato Grosso citado por PERARO, Maria Adenir. **Bastardos do Império.** São Paulo: Contexto, 2001. P.56.

resistir abertamente, insurgindo-se contra aqueles que eram responsáveis pelos recrutamentos. Entre os insurgentes encontramos, além dos recrutas em potenciais, muitas mulheres que em nome de seus filhos e maridos se revoltaram contra os alistamentos considerados indevidos perante a lei.

3.1. Revolta, Lealdade e Sociabilidade no Ceará durante a guerra do Paraguai.

Conforme as vozes dissonantes, o recrutamento impetuoso realizado no Ceará durante a guerra do Paraguai contribuiu muito para o fortalecimento da criminalidade na província. As autoridades não se cansavam de apontar a vadiagem e a vagabundagem como hábitos perniciosos intensificados durante aquele estado de mobilização compulsiva. Mas para onde iam e o que faziam os recrutas em potencial, geralmente homens pobres e livres, que fugiam do serviço militar?

Esta indagação muito nos intrigou, pois, ao contrário das falas das autoridades, os fugitivos de guerra cearense, pretensos vadios ou vagabundos, davam outros rumos às suas vidas desenvolvendo, por exemplo, princípios de lealdade e sociabilidade junto à população local, que também compactuava da ojeriza ao recrutamento. Os resultados dessas alianças foram drásticos para as forças policiais recrutadoras que tiveram que conviver, tal como os possíveis designados, com o medo e as incertezas da época.

Foi comum no Ceará durante os anos de 1867 e 1868, biênio de maior exigência por novos contingentes para os combates em solo paraguaio, encontrarmos registros de várias resistências contra o "pavoroso" recrutamento realizado na província. Entre os ardis utilizados pelos homiziados cearenses, destacamos as revoltas armadas por serem elas muitas vezes organizadas por "gente de toda espécie"²⁴⁴, criando laços de lealdade tecidos nesse momento belicoso.

²⁴⁴A expressão "gente de toda espécie", no contexto de resistência armada ao recrutamento, foi várias vezes utilizada pelos delegados, inspetores de quartelão e comandantes da Guarda Nacional cearenses para se referirem à diversidade social dos revoltosos.

No relatório de abril de 1868, o presidente Leão Velloso ao passar sua administração informava ao seu sucessor, Antônio Joaquim Rodrigues Junior, da boa conduta da população cearense. Porém Velloso alertava que “a civilização não se fazia completa na província ” e, preocupado, narrava casos de desrespeito às autoridades na província, procurando deixar claro que os acontecimentos não poderiam “ser lançados à conta da índole do povo” , mas sim como conseqüência do momento:

... Descia da cidade do *Icó*, para esta capital uma escolta conduzindo recrutas, e designados para o serviço da guerra em numero de 17, quando no dia 18 de janeiro no Tamanduá, lugar que fica no termo de Jaguaribe-Merim, um grupo como de cinquenta indivíduos acometeram a escolta e deram liberdade aos presos. Facto grave em si e ainda mais pelas conseqüências, que do exemplo poderiam seguir-se , não era para deixar de despertar minha atenção e cuidados, reclamando medidas no sentido de serem promptamente punidos seus atores...²⁴⁵

A formação de “hordas armadas”, para fazermos uso de uma expressão da época, contra o recrutamento era conseqüência daquele tempo belicoso. O relato do presidente era pertinente e, se referia às intensas ações desses grupos no Ceará, quiçá “a que de igual natureza e de maior gravidade os houveram n`outras províncias”²⁴⁶. Não raro encontramos denúncias de que autoridades ou ex-autoridades estavam ocupando os lugares de mentoras desses atos delituosos, conforme as acusações do comandante superior de justiça da comarca de Santana, que incriminava o tenente coronel Domingos Jesuíno de Albuquerque de:

...estar de combinação com os recrutas Manoel Ferreira de Pinho e seus filhos, que constantemente insultao na povoação de Meruoca a qualquer autoridade que ali procura fazer uma prizaõ em pessoas designadas para o serviço da guerra, e que já se tem levado ao

²⁴⁵ **Relatório** com que passou o Excelentíssimo Dr° Pedro Leão Velloso a presidência da província ao Dr° Antonio Joaquim Rodrigues Junior em 22 de abril de 1868.P.1.

²⁴⁶Idem. **Relatório** de 22 de abril de 1868. Ao analisarmos os relatórios dos presidentes de província do Ceará na primeira metade do século XIX, verificamos que a formação de bandos armados foi uma constante na história cearense e, que entre outras motivações estavam vinganças pessoais, questões de terras, revoltas e rebeldias típicas do primeiro reinado. O que estamos argumentando é que no momento da Guerra contra o Paraguai o motivo principal que propiciava a ação desses grupos era a resistência ao recrutamento.

conhecimento de VXE^a consta que até esta data Pinho, filhos, e Jesuíno não tenham sido punidos, achou que estão habituados para descomporem as autoridades, e suas escoltas.²⁴⁷

Acusação semelhante aconteceu no termo de Arneiroz, quando uma escolta composta por guardas nacionais e policiais fora enviada à propriedade do ex-subdelegado daquela localidade, com intenção de "laçar porções de rapazes solteiros que lá se homiziavam". No entanto, segundo o comandante da diligência, não foi possível cumprir as ordens, porque:

... o ex-subdelegado tinha em sua caça para mais de 100 pessoas, entre elas três criminosos de morte como Bernadino de tal, Jose Belinga e Luis de Souza os quais foram conhecidos pelos guardas nacionais que faziam parte da escolta...²⁴⁸

Na ocasião, o delegado de Arneiroz explicava aos seus superiores que não pôde completar as cotas de recrutas exigidas pelo Império, visto que as desordens naquele termo "era tão grande que ele receava um grave conflito"²⁴⁹.

No termo de Saboeiro, em 1867, um guarda nacional que estava escoltando recrutas desta localidade para a capital se apavorou, quando um *bando armada composto por mais de quarenta homens, liderado pelo fazendeiro Francisco Teixeira cercou a escolta exigindo a soltura de 20 recrutas, tendo se dado na ocasião um banho de sangue, pois a exigência não foi atendida*²⁵⁰.

Entre muitas outras localidades cearenses, Saboeiro ganhou destaque na imprensa de Fortaleza pela oposição de seus moradores às ordens imperiais. As autoridades que deveriam ser as representantes do poder central naquela cidade eram apontadas como chefes de bandos, que inúmeras vezes insuflavam as desordens públicas.

²⁴⁷ **Guarda Nacional do Acaracu. Cx .01.** Ofício enviado em 21 de janeiro de 1869. APEC.

²⁴⁸ **Secretaria de Polícia da Província do Ceará.** Ofícios expedidos (1867-1868). **Cx07.** Ofício enviado 28 de outubro de 1868. APEC.

²⁴⁹ **Secretaria de Polícia.** CX 07. Op.Cit. Ofício enviado na mesma data acima. APEC.

²⁵⁰ **Secretaria de Polícia do Ceará. CX. 07.** Op. Cit. Ofício enviado em 17/04/1867. APEC.

Em meados de 1867, um certo "Cabelleira" mandou publicar no jornal *Cearense* a seguinte notícia:

Já é tática mui sedição do bacharel Gonçalo Baptista Vieira, móvel de todas as intrigas, calumnias e embuste desta comarca [*Saboeiro*] attribuir as suas victimas aquillo que elle e seus espoletas costumam praticar: haja visto, o seu procedimento indigno de todos os tempos. Quando , na administração do illustrado Dr^o Lafayette, se procedia ao recrutamento e alistamento de voluntários da pátria para guerra que sustentamos com o Paraguay. O Sr Gonçalo aconselhava aos seus que não se alistassem e menos deixassem se recrutar, antes oppsessem resistência as autoridades, fazia votos para que o Imperador cahisse prisioneiro de Lopez, *aseitava em sua propriedade vadios, desertores e designados d'sesta e outras províncias visinhas ...*²⁵¹

A publicação finda indicando pessoas daquela cidade que estavam cometendo os mesmos delitos que o sr^o Gonçalo como "*o subdelegado Jeronymo, Camapum, Antonio Rodrigues que faziam de suas casas verdadeiros viveiros de vadios, excelentes recrutas no destricto(sic).*"²⁵²

A fúria das multidões também teve seus registros nos vários ofícios trocados entre as autoridades. Em 1866, *os encarregados de uma prisão na cidade de Icó, evitaram o enfrentamento com uma multidão composta por várias camadas sociais, que após retirar da cadeia um recruta, saiu vitoriosa.*²⁵³

Contudo, não eram apenas essas revoltas de grande envergadura que colocavam a província num estado desorganizado e violento. As resistências individuais ou mesmo de pequena proporção também apareciam como algo danoso para o cotidiano cearense, assim, ganhavam respaldo nos relatórios policiaes:

No dia 23 do mez próximo passado, Antonio de Oliveira Nunes, Ignácio de tal e Jose Mariano foram a cadeia da povoação de Pedra Branca e tiraram a força o recruta Francisco de tal, que estava recolhido por ordem do respectivo sub-delegado de policia...²⁵⁴

²⁵¹ **Jornal Cearense**. Op. Cit. "Noticiário". Publicação em 9 de setembro de 1867. P..3.

²⁵² **Jornal Cearense**.Op .Cit. "Noticiário". Publicação do dia 10 de setembro de 1867. P.4.

²⁵³ **Secretaria de Polícia da Província do Ceará. Ofícios expedidos (1867-1868). Cx07** Ofício enviado em 23/02/1866. APEC.

²⁵⁴ **Secretaria de Polícia da Província do Ceará. Cx.07**. Op. Cit. Ofício enviado 18 de novembro de 1868. APEC.

Já no distrito de Campo Grande, no termo do Ipú, na iminência de ser preso para recruta,

Antonio Francisco de Oliveira, que armado de faca de ponta e espingarda resisti a escolta ameaçando o inspetor de quartirão que a dirigia [mutilado] aconteceu que um filho deste(*inspetor*), o qual não pertencia a escolta, temendo pela vida do pai, feriu com uma cacetada na cabeça do referido Antonio Francisco, que uma hora depois faleceu. O responsável subdelegado fez toda deligencia para capturar o delinqüente , tendo-se convencido de que a escolta nenhuma parte teve neste desgraçado acontecimento...²⁵⁵

O ocorrido é instigante por apontar como a violência estava sendo acentuada na província e, por mostrar as contradições que a arregimentação para o conflito contra o Paraguai pôs para o Ceará. Se de uma lado, as medidas implementadas pelo Estado imperial entre os anos de 1867 e 1868, a exemplo da revogação das penas de criminosos que aceitassem participar como voluntários na guerra, puderam ser consideradas como uma medida de inclusão social na província, do outro, a situação de "caça a recrutas" causava exclusão , uma vez que, este estado de perseguição dava condições para que novos indivíduos se tornassem criminosos perante a lei.

Outra normalidade entre os "homiziados de guerra" parece ter sido a solidariedade interprovincial. Há referências de que revoltosos cearenses fizeram alianças com os vizinhos rebelados mais próximos, conforme a interpretação que demos à narração do Comandante Superior da Guarda Nacional da cidade do Ipú, que oficiava ao presidente do Ceará:

Não he coisa nova o saber, que nos limites dessa província com a provincia do Piauí, existem hordas de 30 e mais homens armados, desta e daquela província, tomando presos e empreedendo [*dificultando*] o recrutamento(...) em certo tempo foi suspenido o recrutamento no Tamboril pela opposição que ali se encontra, ainda hoje, segundo informações particulares, pela mesma razão, e pelo pouco apreço que dá as ordens superiores, se diz, será surpefluo o trabalho de mandar ali fazer recrutamento, o que não menos aconteceu em Santa Quitéria...²⁵⁶

²⁵⁵ **Secretaria de Polícia. Cx. 07.** Op. Cit. Ofício enviado em 11 de novembro de 1868. APEC.

²⁵⁶ **Guarda Nacional do Ipú (1852-1869). Cx.21.** Ofício enviado em 11 de novembro de 1867. APEC.

É compreensível esse tipo de pacto, visto que as chances de libertarem designados para recrutas cresciam à medida que o número de séqüitos aumentava. Mas, o relato tem mais a nos dizer.

O que primeiro está implícito na descrição acima, é o aproveitamento desses homens como braços armados. Sabe-se que a formação de bandos dirigida e protegida por proprietários locais apresentava-se como uma medida para conter o avanço da autoridade do Estado nas propriedades, tendo como conseqüência o fortalecimento e a manutenção do poder local, além de se constituir como uma estratégia a mais para aqueles que queriam escapar do recrutamento.

Na maioria das vezes havia dependência mútua entre potentados locais e esses homens considerados fugitivos. Algumas evidências encontradas nas fontes militares do Ceará indicaram que muitos sujeitos foragidos do recrutamento contaram com o apoio de fazendeiros, porque se transformavam em mão-de-obra barata. Assim, amenizava-se a crise de braços nas lavouras dada naquele momento, ao mesmo tempo em que, forjava-se uma relação solidária.

Analisando o conteúdo de um ofício enviado em 1866, pelo Presidente do Ceará, Sebastião Gonçalves, ao Ministério da Guerra, percebemos esse apoio mútuo que se forjava diante das conscrições indesejadas:

...Horem pelas 5 horas da tarde foram presos como voluntários da pátria 6 trabalhadores *praças do regimento de infantaria da fazenda do sr. Sebastiao Joaquim de Mello*, não podemos admitir que existem respeito dos indivíduos ordens para fazer conservar em prisão militar.²⁵⁷

Apesar da intenção do presidente estar mais para demonstrar a ação descontrolada dos agentes recrutadores no processo de conscrição e, que esta levaria a província ao estado de calamidade, visto a prisão dos laboriosos, escutar o não-dito foi fundamental para inferimos que o relato atestava relações de solidariedade e sociabilidade, afinal, os homens cooptados eram praças e,

²⁵⁷ **Ofício do Presidente da Província, Sebastião Gonçalves da Silva, para o Ministério da Guerra** em 5 de setembro de 1866. Citado por RAMOS, Xisley de Araújo. Op. Cit. P.153. (Grifos nossos).

provavelmente, diante da ameaça de serem enviados para o Paraguai, desertaram em busca de novos rumos para suas vidas.

O que também se pode depreender do fato acima é que o *fator surpresa* era o que determinava o sucesso das ações dos recrutadores. Esses agentes eram vistos pela maior parte da população cearense como representantes da repressão, ou seja, eram "provas vivas" da invasão do Estado na vida do homem comum, por isso, a menor suspeita de aproximação era o suficiente para causar grandes tumultos e colocar localidades inteiras de prontidão na espreita dos caminhos. Obviamente se os recrutadores chegassem de chofre, não haveria por parte das praças, tempo para resistência ou a escapada.

Vale dizer que muitas dessas resistências davam-se pela não aplicação das leis militares. A lei militar que isentava, por exemplo, os trabalhadores agrícolas e homens casados do serviço das forças armadas, não estava sendo cumprida à risca, fator que acabou por nutrir as fugas, as organizações de séqüitos e relações de clientela.

Em algumas fontes militares encontramos relatos bastante incisivos que nos permitiram de uma só vez perceber as evasões dos designados, as relações clientelistas e as infrações das leis constitucionais. Em novembro de 1866, o comandante superior da Guarda Nacional da cidade do Aracati mandava informar ao presidente do Ceará:

...que se acham na Pacatuba, lugar do rio novo, trabalhando no sitio da viúva Claudiana Claudina de Jesus, os guardas nacionaes Miguel Antonio de Souza e Jose Antonio de Souza Lima, de apelido Calugá, e no Cascavel, no sitio Tijucussú, o guarda Manoel Cosme da Silva, os quaes foram designados pelo respectivo Conselho desta cidade, em abril passado para marcharem para a guerra contra o Paraguay. Vou rogar a VEx^a, que se digne de providenciar para que sejam elles capturados pelas authoridades policiaes dos ditos lugares ou para quem VEx^a entender, dos ditos lugares, visto que não se apresentarem no devido tempo.²⁵⁸

²⁵⁸ **Guarda Nacional do Aracati. Cx.01.**Oficio enviado em 8 de novembro de 1866. APEC.(Grifos nossos).

O exemplo acima corrobora a idéia de que os foragidos procuravam arrego em outras localidades, o que poderia amenizar suas angústias.

Contudo, esse abrigo provisório não eliminava a dor da distância da família, porque de alguma forma o recrutamento implicaria separação fosse pela ida obrigatória dos homens para os campos de batalha, fosse pelo pavor que ele causava na população masculina que se evadia ao desconfiar da proximidade das escoltas. Uma vez existindo esse hiato, por menor que fosse a distância, as dificuldades para comunicação e manutenção dos parentes pareciam infinitamente grandes. Dessa forma, a desestruturação familiar era inevitável.

Na edição do dia 5 de maio de 1867 do *Cabrião*²⁵⁹, encontramos uma charge que demonstrava como era o cotidiano daqueles que tinham de conviver como o fantasma do recrutamento.

²⁵⁹ São Paulo, Jornal **O Cabrião**, Guerra, Edição de 5 de de maio de 1867. Possui exemplar do Jornal editado pela UNESP, Cf: **CABRIÃO**: Semanário humorístico editado por Ângelo Agostim Américo Campos e Antonio Manoel Reis: 1866-1867. 2º edição. São Paulo: UNESP, 2000.



—Tem paciência, mulher; em tempo de guerra é preciso fazer-se sacrifícios, deixar a família... e andar fugido pelo matto...

—Vamos! vamos! que a escolta não tarda!...

Fonte: O Cabrião. 5 de maio de 1867.

A difícil situação de guerra veio favorecer, mesmo que em caráter efêmero, o estreitamento de laços solidários e afetivos entre pessoas de diferentes condições e experiências sociais. O medo da pobreza, da fome e da violência veio a constituir uma aproximação entre ricos e pobres, o que se materializou numa identidade comum. Era no existir clandestino das organizações de bandos, que muitos potentados e designados quebravam regras e tentavam manter suas vidas na normalidade, criando e recriando ações diversas num cotidiano de perseguição.

3.2. Os Pedidos de “excusas” do serviço militar: reações aos desrespeitos.

No Relatório de 1867, o presidente interino do Ceará, Sebastião Gonçalves da Silva informava que:

Atendia sempre as mais terminantes ordens para os contingentes da guerra do Paraguai (...) que atendia sempre as insenções legais e que procurava não afugentar da lavoura os homens dedicados ao trabalho e que não estão no rigor, das instruções do Governo, sujeitos ao serviço do exército..²⁶⁰

Com o intuito de se mostrar como bom administrador, o presidente cearense nos trouxe um dos problemas mais sérios que o Império enfrentou durante o período da guerra com o Paraguai: a isenção do serviço militar. O relato acima especifica a proteção dos laboriosos da agricultura. No entanto, a referida autoridade, no decorrer do relatório, não fez menção às Instruções de 1822, que isentavam do recrutamento outros grupos sociais.

As instruções de 1822 estabeleciam um sistema de recrutamento que isentava do serviço militar: homens casados, irmão mais velho de órfãos, o filho único de viúva, filho único de lavrador, arrimo de família, os incapacitados fisicamente, entre outros indivíduos. Apesar disso, encontramos famílias cearenses que se “mal diziam da má sorte de seus parentes que foram indevidamente laçados como recruta para guerra”.

Segundo Fábio Mendes, essa minuciosa enumeração de isenção “deixava em aberto os requisitos a que deviam satisfazer os recrutáveis, com critérios básicos de manipulação, deixando ampla margem de arbítrio à interpretação dos executores (recrutadores)²⁶¹. Isso significava que os caminhos que levavam às arbitrariedades no momento de recrutar, foram facilitados por intrigas pessoais. Assim, antigas rixas políticas, vinganças e desentendimentos entre cônjuges, por exemplo, poderiam ser motivo para se recrutar a parte ofensora.

²⁶⁰ **Relatório** apresentado pelo vice-presidente da província, Sebastião Gonçalves da Silva, em julho de 1867. P.6.

²⁶¹ MENDES. Op.Cit. p.123.

A historiografia nacional tem registrado bem esses acontecimentos ao longo da história militar brasileira. No entanto, há ausência, por exemplo, das ações das mães desiludidas com filhos rebeldes, das filhas decepcionadas com pais desordeiros e das esposas traídas que utilizaram variados ardis para punir seus parentes no tempo da guerra contra o Paraguai. No Ceará, foi comum encontrarmos mulheres que procuravam se vingar de seus companheiros através do recrutamento, conforme os indícios verificados no relato do comandante da Guarda Nacional do Aracati:

Sobre o designado Manoel Joaquim do Nascimento, direi, que embora seja casado, e tenha três filhos, mandei-o por mim prender e designei-o pelo facto de vil-o denunciar a propria mulher, assegurando, não só haver elle tentado assassinal-a ,e offender a honra duma sua filha quase moça, como abandonando-a por uma escrava..."²⁶²

Essas contestações por partes das ofendidas deram lugar a uma guerra de ofícios cujos conteúdos podem ter sido negligenciados para tornarem legítimo o recrutamento. Colocamos em questão, por exemplo, a resposta de um pedido de isenção solicitado por Maria Alexandrina de Lima, mãe do recruta Francisco José Teixeira, junto à presidência cearense;

Cumprindo o disposto no Aviso de 14 de dezembro ultimo, tenho a honra de informar que o soldado Jose Francisco Teixeira, actualmente nessa Corte é com effeito filho de Maria Alexandrina de Lima, viúva de Domingos Ferreira Lima, com sete filhos menores, quatro do sexo masculino e três do feminino, residente na cidade do Icó, desta província, entretanto a prisão desse individuo foi promovida pela própria família que elle não protege nem sustenta, mais antes escandalizara com repetidos furtos e péssimas ações segundo tudo informa o delegado de policia daquelle termo.²⁶³

Segundo o relato, Francisco era um desordeiro que não cuidava da família, e por isso foi punido com o recrutamento para guerra. Temos fortes indícios para desconfiarmos da justificativa expressada no ofício, porque que era a mãe quem

²⁶² **Guarda Nacional do Aracati. CX.01.** Op .cit . Ofício enviado em 13 de julho de 1868. APEC.

²⁶³ **Ministério da Guerra, Livro nº149.** Op.cit. Ofício enviado 23 de fevereiro de 1869. APEC.

estava requerendo a volta do filho. Não havia dúvidas quanto ao flagrante da violação das leis militares.

Sobre a questão das violações das leis, as documentações da Guarda Nacional e da Secretaria de Polícia da Província foram as mais preñhes. Nelas as descrições das infrações estão bem acentuadas.

O relato do comandante superior da Guarda Nacional do Acaracu, Francisco Roiz Lima, foi de extrema importância para percepção dos abusos da lei:

Participo a VS^a que em cumprimento das ordens que me forao determinadas por VS^a espedi escoltas a captura dos designados (mutilado) onde as escoltas prenderão quatro indivíduos que não estavam nas condições de prestar serviço na guerra, segundo as ordens que me deu VS^a que queria gente solteira sem impedimento e esses todos herao incapazes de prestar serviços na guerra. *Hum por ser cazado e ter dous filhos, hum outro por ter três filhos, hum solteiro poreu coxo de uma perna e outro era minino, avista disso fui soltar para desocupar as escoltas a fim de seguir a capituração de desigandos...*²⁶⁴

Essas violações geraram posteriormente protestos tanto na forma escrita quanto na forma armada.

Em 1866, Maria de Jesus Valença suplicou ao presidente da província a "excusa do recrutamento de seu filho Francisco Sebastião pelo fato de ele ser laborioso, honesto e que este vivia para sustentá-la, sendo ella viúva e doente a viver prostada numa cama a depender do sustento desse seu único filho(sic)"²⁶⁵, mas de nada valeu suas palavras, pois seu filho foi recrutado. Em semelhante caso encontravam-se Joana Maria da conceição que pedia a soltura de seu marido cooptado injustamente pela "malha do recrutamento "pois este era homem honesto, trabalhador, pai de cinco filhos e que vive para o sustento da família"²⁶⁶ e, Maria Inácia Soares que indignada exigia:

²⁶⁴ **Guarda Nacional do Acaracu. Caixa. Nº01** Op. Cit. Ofício enviado em 9 de dezembro de 1868. APEC.

²⁶⁵ **Guarda Nacional de Fortaleza Caixa. 14.** Ofício enviado em 03/05/1869. APEC

²⁶⁶ **Idem. Guarda Nacional. Caixa. 14.** Ofício enviado em 05/07/1867. APEC.

(...) justiça e reparação praticada contra seu marido, Jose Vieira da Costa(...) Ele foi arrancado do seu trabalho no dia 7 do mês corrente passando, preso e remetido para o Crato, onde se encontra recolhido na cadeia d'aquela cidade e estar para morrer de fome, e alguns do miseráveis, estão até nus! E isso senhor, sem que ele que houvesse cometido crime algum. Se ele fosse um bandido ou criminoso, mas a lei expressa e sagrada o isempta do recrutamento e ele não deveria ser comparado a um criminoso sentenciado²⁶⁷

Ser "afeto" às lides agrícolas foi uma das justificativas mais utilizadas pelos familiares daqueles que estavam prestes a serem mandados para os campos de batalhas no Paraguai. No entanto, outras alegações se destacaram como a incapacidade física do possível recruta que teve largo uso, principalmente, por mães que queriam livrar seus filhos da guerra.

Ramos, acompanhou o sofrimento da mãe de Alexandre Lucas que num intervalo de cinco meses, recorreu inúmeras vezes às diferentes autoridades procurando escusar seu filho do recrutamento por "ser este surdo e aleijado de um pé". Mas todas tentativas da referida genitora foram frustradas e o jovem acabou sendo recrutado.²⁶⁸ Em semelhante caso estava a mãe de Vicente Ferreira da Costa que, segundo o médico encarregado da enfermaria militar, o designado "se encontrava em observação na enfermaria, visto ter voltado do embarque por ter sofrido um acesso de epilepsia"²⁶⁹.

Ocorre que as denúncias de recrutamentos de incapacitados e doentes não partiram, apenas dos parentes dos designados. No ano de 1868, principalmente, encontramos vários ofícios despachados pela Presidência Cearense aos diversos comandos Superiores da Guarda Nacional da província, cujos teores explicitavam os descontentamentos do presidente em relação aqueles tipos de alistamentos desrespeitosos.

O presidente interino Gonçalo Baptista Vieira, apesar de elogiar os comandantes das localidades de Jardim e de Milagres pelos "relevantes esforços

²⁶⁷ **Guarda Nacional . Caixa. 14.** Op. Cit. Ofício enviado em 10/05/1868. APEC.

²⁶⁸ RAMOS. Op.Cit. p.155.

²⁶⁹ **Presidência do Ceará as diversas autoridades da Província. Livro nº 230.** Ofício enviado em 7 de julho de 1868. APEC.

em prol da guerra", não conseguiu esconder sua aflição em relação aos inconvenientes das designações:

Foram recebidos os recrusas de que tracta V. Mce em officio do mês passado, sob nº25, sendo solto um de nome Joao Luis do Nascimento Galelo, que foi julgado incapaz para o serviço militar pela junta de saúde.

Relevo ponderar – que apreciando esta presidência tanto os seus esforços com o do tenente-coronel, commandante do Batalhão de Mulgares, no que diz respeito á guerra, não pude deixar de julgar enconvenientes a remessa para esta Capital de *indivíduos incapazes para o exercito, visto como desta sorte abre-se os cofres públicos um onus, com detrimento para o Estado.*²⁷⁰

Esses exemplos demonstraram que as alegações sobre as enfermidades não eram apenas ardis usados pelos parentes que intuía a liberdade do recruta. Ao contrário, eram narrativas plausíveis que mostravam como o recrutamento interveio diretamente na vida das famílias cearenses levando-as a padecer.

Os sofrimentos dos parentes dos designados tocaram no íntimo de algumas autoridades militares que, enternecidas com tamanhas violências, tomaram partido em nome de recrusas. O comandante do 7º Batalhão da cidade de Aracati, Silvestre Ferreira Caminha, por exemplo, comoveu-se com a situação de Gonçalo José Pereira e, em seu nome rogou a liberdade de seu filho,

Joao Pereira preso para recruta para o serviço da guerra ,e para isto tem motivos: o supplicante é casado com uma mulher velha e enferma , a quem não pode o supplicante por si presta-lhe os serviços exigidos por uma enfermidade longa e grave , tem o supplicante somente seu filho Joao Pereira, que é quem o ajuda e trata de sua mulher , desta sorte a falta de seu filho será uma verdadeira calamidade para o supplicante e sua mulher, e tanto é isto verdade que o seu antecessor [mutilado] em iguaes circunstancias attendeo ao supplicante.²⁷¹

²⁷⁰ Livro de Registro do Presidente da Província aos Comandos Superiores e mais Officiais da Guarda Nacional desta Província. Livro nº 272. Ofício enviado em 03 de agosto de 1868. APEC.Grifos Nossos.

²⁷¹ Guarda Nacional de Aracati. Caixa. 01. Ofício enviado em 14 de junho de 1868. APEC.

Fatos como estes se repetiram dando corroboração às contravenções. Assim, certos de que a legislação militar estava sendo infringida, muitos parentes dos possíveis recrutas partiram para resistências violentas como injúrias, enfrentamentos e atentados contra a vida dos agentes recrutadores.

Em Fortaleza, Joana Maria da Conceição, citada inicialmente, "quando soube que seu marido estava na iminência de ser enviado para guerra, quebrou toda delegacia [da capital] e enfrentou os soldados de polícia"²⁷². Em Baturité, uma escolta foi enviada à casa de Benedito de tal com a finalidade de prender homens para guerra, mas os responsáveis pela diligência foram recebidos a tiro e a cacetadas pela mãe dos designados, pelas sobrinhas e três filhos do mesmo Benedito.²⁷³

Não raro encontramos mulheres que tramavam juntamente com seus parentes ataques às escoltas, o que lhes garantia condenação no Artigo 269 do código criminal. Nesta situação encontramos "pronunciados pelo delegado de Pacatuba Pedro Theofilo Teixeira e sua mai, Isabel Maria da conceição, incursos no art. 269 do código criminal...(sic)"²⁷⁴

A continuidade da guerra fez retornar a ojeriza ao serviço militar que antes havia sido sufocada diante do ultraje paraguaio. Assim, não eram apenas as famílias dos soldados atingidos pelos alistamentos que reagiam à agressão das conscrições. Parte da população local também compartilhava da aversão contra o recrutamento. Nos relatórios da Secretaria de Polícia da Província, encontramos muitas dessas manifestações violentas.

Em maio de 1868, o delegado informava a prisão de "Vicente, escravo, e Rita Maria por insultos dirigidos ao oficial de justiça quando prendia um menor para marinha de guerra"²⁷⁵. Alguns dias depois, novamente Rita fora recolhida à prisão por insultar o comandante da Guarda Nacional da capital²⁷⁶.

²⁷² **Guarda Nacional de Fortaleza Caixa. 14.** Ofício enviado em 28 de novembro de 1868. APEC.

²⁷³ **Guarda Nacional de Baturité. CX.02.** Ofício enviado em 10 de Julho de 1869. APEC.

²⁷⁴ **Secretaria de Polícia. Cx.07.** Op. Cit. Ofício enviado em 26 de novembro de 1868. APEC.

²⁷⁵ **Secretaria de Polícia do Ceará. Cx. 06.** Op. Cit. Ofício enviado em 18 de maio de 1868. APEC.

²⁷⁶ **Secretaria de Polícia. Cx.06.** Op. Cit. Ofício enviado em 02 de julho de 1868. APEC.

A guerra não levou apenas violências físicas à população. Ela também impôs sobre as famílias dos combatentes mortos, principalmente, a violência moral, que definimos ser um misto de privações e humilhações.

3.3. Os Desamparados de Guerra.

VIVENTES INFELIZES.
Marinheiros.
Guarda Nacional da activa.
Escravos de engenho.
Besta de carroça.
Mulher de soldado.
Caixeiro.
Padre vergonhoso.
Freira arrependida.
Medico sem clinica
Homem sem dinheiro.

(São Paulo, Jornal O CABRIÃO, 17 de janeiro de 1867. P. 5. grifos nossos).

De maneira jocosa, o periódico paulistano anunciava os problemas causados pelo recrutamento no ambiente familiar. Essa infelicidade feminina apontada pelo *O Cabrião* foi, também, percebida em significativos documentos de época referentes à província do Ceará no período da "Guerra do Paraguai". Assim, a campanha impôs sofrimentos não somente àqueles que foram pelear no *front*, uma vez que, a ausência ocasionada pela designação de um membro importante na manutenção da família, implicava uma maior privação para os parentes que aqui ficavam.

As esposas e/ou companheiras dos combatentes foram as primeiras a sentirem esse impacto nocivo, porém não foram as únicas. Juntamente com estas, outros parentes em primeiro grau, destacam-se, mães, filhos e irmãos sentiram os dissabores da angústia e do medo de uma penúria permanente.

A historiadora Maria Teresa Garritano Dourado ao falar sobre o pânico, a agonia e a penúria das famílias de Mato Grosso, área de fronteira com o território paraguaio, com a eclosão da guerra contra o Paraguai, destaca:

...um número significativo de mulheres que, direta ou indiretamente, foram afetadas pela Guerra do Paraguai, passou a requerer seus direitos, solicitando pagamento de pensão e meio soldo, para sustentarem não só a elas, como também seus filhos, sempre numerosos e, em muitos casos progenitores velhos e doentes ...²⁷⁷

No Ceará, apesar deste não ser área fronteiriça, há registros que indicam o sofrimento dos parentes dos combatentes, destacamos as mulheres, que experienciaram dias de miséria e de temor por motivos advindos do conflito, fosse pela migração de seus maridos para os campos de batalhas ou pelas migrações internas causadas pelo pavor que o recrutamento representava para os mesmos.

Convém salientar que não ignoramos o fato de que a estrutura familiar cearense em meados da década de 1860 estava bastante comprometida, pois a província padecia de mazelas sociais como crise na produção de alimentos e vastas estiagens, além de epidemias, a exemplo, da Varíola e do Cólera-morbus que grassavam entre a população²⁷⁸.

Todavia, nenhum desses males foi tão letal à organização familiar cearense quanto a grande guerra que o Brasil travou com o Paraguai, visto que esta impôs adversidades (pobreza, pânico, distância e morte) em longo prazo para os parentes²⁷⁹.

Ao analisarmos oitenta petições recebidas e enviadas pela presidência do Ceará aos Ministérios da Justiça, da Guerra e do Império, vislumbramos quanto a guerra interferiu de maneira negativa no ambiente familiar. Desse total de pedidos

²⁷⁷ DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Mulheres Comuns, senhoras respeitáveis**: a presença feminina na Guerra do Paraguai. Campo Grande: Ed. UFM, 2005 P.52.

²⁷⁸ STUDART, Barão. **Datas e Factos para História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001. P.185/207.(edição Fac-similada). O Barão registra algumas "secas" no tempo da guerra do Paraguai, o que combina com algumas informações encontradas no Jornal O Cearense do ano de 1865, que davam indicativos de que em quatro localidades do Ceará, Ipú e Sobral no Norte; São João do Príncipe (sertões dos Inhamuns), sudeste cearense; no Crato(Cariri) sul, houve " terríveis " estiagens. Sobre a crise na produção de gêneros alimentícios encontramos no Livro 141- Ministério da Guerra -um ofício no qual o presidente da província havia expedido um pedido de importação de produtos de primeira necessidade como farinha e sal da província de Pernambuco.

²⁷⁹ Nossa argumentação parte do princípio que o serviço militar separa o combatente do ambiente familiar, ficando os parentes sem notícias e vice-versa, então o fator agravante nesta conjuntura é aumento da angústia por falta de informação. Ao passo que em conjunturas de epidemias ou intempéries climáticas, os sofrimentos são sentidos e acompanhados de perto por todos os membros da família.

90%, ou seja, 72 súplicas foram feitas em nome de esposas, viúvas, mães, filhas e irmãs, sendo um traço marcante dos conteúdos, a exigência do ressarcimento pela perda de um elemento importante na manutenção da casa. Apenas sete requerimentos foram enviados em nomes de pais e um em nome de uma avó, o que demonstrava uma superioridade numérica das mulheres, comum em tempos beligerantes, ao mesmo tempo em que indicava que estas sentiram fortemente o peso nefasto dos confrontos.

As viúvas foram as que mais suplicaram às autoridades os direitos prometidos naquele estado de guerra. Cinquenta e um pedidos em nome dessas mulheres foram mandados à Corte sendo que o conteúdo possuía uma especificidade: elas se diziam desgraçadas pela guerra. A propósito esses requerimentos indicavam histórias de vidas marcadas por experiências de temor, insegurança e pobreza que naquela conjuntura beligerante se intensificaram. Neles há relatos de parentes que perderam maior parte da família por motivos relacionados ao conflito.

Aliás, é preciso ressaltar que existia em todas as apelações pelo menos três características comuns: alegação de pobreza extrema, o número de descendentes e a dependência do combatente para manutenção da família.

No Ceará essas mulheres, sobretudo, apelaram incessantemente às autoridades imperiais para que as leis que ressarciam as famílias dos combatentes mortos ou mutilados na campanha do Paraguai fossem cumpridas. Mas o que se percebeu através da investigação das respostas dos pedidos enviados, foi um tratamento desrespeitoso em relação a essas "vítimas da guerra", que tal como seus parentes ceifados em combates, travaram uma grande batalha com o inimigo, o Estado, para poder usufruírem do direito da pensão ou meio soldo garantido por lei.

Em abril de 1866, o marido de Angélica Caetana Butrago, o sargento do 14^o batalhão de infantaria do Exército Manoel da Silva Butrago, foi morto num combate no Paraguai²⁸⁰. De acordo com a lei militar 1841, esta mulher tinha direito

²⁸⁰ **Ministério da Guerra. Livro nº 149 (1862-1870).** Op.Cit. Ofício enviado em 05 de abril de 1869. APEC.

a uma pensão ou meio soldo assegurado às viúvas dos soldados ou oficiais mortos em guerra. Todavia, o benefício apesar de ter tido reforço do decreto dos voluntários, de número 3.371, na prática demonstrou-se ineficiente sendo o descaso a marca predominante.

Após um ano da morte do companheiro de Angélica, encontramos a primeira petição enviada em seu nome, cujo conteúdo dizia:

Angélica Caetana Butrago, viúva do 1º sargento da 1ª companhia do 14º batalhão de infantaria, Manoel da Silva Butrago, morto no combate de 10 de abril do anno passado, pede no presente requerimento uma *pensão com que possa subsistir sem precisar esmolar o resto de sua vida*, bem como que se mande proceder ao ajuste de conta dos vencimentos do seu marido até o dia em que falleceu. A supplicante instrue o seu requerimento com certidão de seu casamento com o dito official inferior.²⁸¹

A alegação da suplicante, segundo o ofício, girava em torno da pobreza a que estava submetida, pois a perda do marido na guerra a levou a esmolar. O fato de Angélica viver de esmolas demonstrava que ela não era uma pessoa que tivesse quem a socorresse num momento de precisão. A intenção do requerimento era mostrar o cotidiano repleto de dificuldades com a ausência daquele que seria responsável pela sua manutenção, ou seja, tentava-se deixar claro a total dependência da suplicante em relação ao seu esposo, que ocupava importante papel em seus provimentos.

Vale ressaltar que necessitando de auxílio jurídico, quando se dirigiam às autoridades, essas mulheres normalmente recorriam a pessoas habilitadas e conhecedoras das leis como bacharéis e juizes que assinavam em seus rogos. Assim, o risco de seus depoimentos serem distorcidos era muito grande. Em geral, a escrita desses requerimentos tinha a intenção de mostrar o cotidiano repleto de dificuldades das suplicantes. O exemplo de Angélica pode estar nesta trama.

Contudo, quase dois anos havia se passado, e a viúva não tinha recebido nenhum benefício, visto que no início de 1869, encontramos o seguinte relato:

²⁸¹ Livro nº 149.Op.Cit. Ofício enviado em 08 de maio de 1867. APEC.

Remette a VEx^o o incluso requerimento informando por essa presidência em 2 de março de 1867, e em que a viúva do sargento do 14^o Batalhão de infantaria Manoel Butrago, falecido em combate - Angélica Caetana da Silva Butrago, pede uma pensão, a fim de que se juntem os documentos exigidos pelo Decreto nº 89 de 31 de julho de 1841 para poder ser tomado em consideração semelhante pretensão.²⁸²

Depois de muito "pelejar" a viúva em questão, finalmente recebeu uma resposta positiva do Ministro da Guerra. Informando sobre sua pretensão dizia "... que ela [Angélica Butrago] é digna de merecer a graça que impetra..."²⁸³. A insistência dessa mulher denunciava o descaso do governo imperial no cumprimento das leis, haja vista, que a morosidade burocrática, mal crônico brasileiro, parece ter piorado naquela conjuntura de guerra.

Em outros termos, os pedidos feitos em nome de Angélica não eram apenas retórica que visava sensibilizar as autoridades. O teor das palavras indicava desamparo, insegurança, medo e angústia, o que por si só justificavam a razão de ser das súplicas.

Para percebermos esses males, verdadeiros incentivadores das súplicas femininas, baseamos-nos em Jean Delumeau, que fez uma excelente diferença entre o medo e a angústia coletiva desde o período da Alta Idade Média até os tempos contemporâneos:

"Medos particulares", ou seja "medos nomeados". Aqui, pode-se operatório no nível coletivo a distinção que a psiquiatria agora estabeleceu no plano individual entre medo e angústia, outrora confundidos pela psicologia clássica. Pois se trata de dois pólos em torno dos quais gravitam palavras e fatos psíquicos ao mesmo tempo semelhantes e diferentes. O temor, o espanto, o pavor, o terror dizem respeito ao medo; a inquietação, a ansiedade, a melancolia, à angústia. O primeiro se refere ao conhecido; a segunda ao desconhecido. O medo tem um objetivo determinado ao qual se pode se fazer frente. A angústia não o tem e é vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente é identificado: é um sentimento global de insegurança. Desse modo, ela é mais difícil de suportar do que o medo. Estado ao mesmo tempo orgânico e afetivo,

²⁸² **Executivo Provincial. Série: Ministérios. Ofícios enviados e recebidos pela província do Ceará aos diversos ministérios (1868-1870). Ministério da Guerra a Presidência do Ceará. Livro nº 70.** Ofício enviado em 09 de janeiro de 1869. APEC.

²⁸³ **Idem. Livro nº 70.** Ofício enviado em 19 de abril de 1869. APEC

manifesta-se de maneira menor (a ansiedade) por uma sensação discreta de aperto da garganta, de enfraquecimento das penas, de tremor, acrescentada à apreensão com o futuro...²⁸⁴

Respeitando sempre o espaço/tempo histórico, inferimos que a diferenciação científica do medo e da angústia é também social, e de extrema importância para compreendermos melhor as ações desencadeadas pelas mulheres dos combatentes. É essa apreensão do futuro diante de uma conjuntura violenta de que fala Delumeau, que viúvas, mães, filhas e irmãs explicitaram temor e ansiedade.

Em março de 1868, foi a vez de D. Francisca Porfírio de Farias, viúva do herói de guerra morto em 1867, o capitão Delmiro Porfírio de Farias, iniciar sua trajetória de reivindicações:

Tenho a honra de passar ás mãos de VEX^a incluso requerimento no qual D. Francisca Porfíria de Farias, viúva do Capitão Delmiro Porfírio de Farias, morto em campanha. Pede sua majestade o Imperador a pensão concedida as famílias dos voluntários da pátria. Como informações tenho a dizer a VEX^a que o marido da supplicante seguiu desta província [do Ceará] para guerra em 1865, e que é ella mãe de 7filhos menores, pobre e por conseguinte a julgo no caso de merecer a graça que impreta. Ao governo imperial, porem, resolverá como entender de justiça.²⁸⁵

Apesar da consorte ser esposa de uma alta patente, o que lhe conferia o distintivo de *dona*, que por sua vez, indicava a legitimidade do casamento, nada disso foi capaz de diminuir as dificuldades impostas. Sete meses depois do primeiro requerimento, encontramos o seguinte ofício:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Aviso de VEX^a em data de 15 de setembro próximo passado, com relação as condições que deve satisfazer D. Francisca Porfírio de Farias, esposa do capitão mandante Delmiro de Farias, morto em campanha, para poder obter a pensão que pede ao governo imperial. Em resposta cabe-me declarar a VEX^a que nesta data mandei dar conhecimento a peticionaria o preceituado no mesmo aviso.²⁸⁶

²⁸⁴ DELUMEAU. Jean. **História do medo no Ocidente (1300-1800)**: uma cidade sitiada. (Tradução -Maria Lucia Machado). São Paulo: Cia das letras, 1989. (2ª reimpressa). P.25.

²⁸⁵ Livro nº 149. op.cit. Petição enviada em 10 de março de 1868. APEC.

²⁸⁶ Livro nº 149. Op.Cit. Ofício enviada em 09 de outubro de 1868. APEC.

A peticionária recebeu uma missão em vez de uma solução para seus problemas. Preceituado na linguagem da época significava regulado, isto é, que havia regras para o recebimento da pensão pedida. Mas que regras eram essas?

Descobrimos quando nos deparamos com um ofício enviado pelo Br. de Muritiba, o então responsável pelo Ministério da Guerra, à presidência do Ceará:

Para que possa ser tomados as considerações do requerimento remetido por VEX^a em data de 10 de março ultimo e em que D. Francisca Porfirio de Farias, morto em campanha pede pensão, convem que VXE^a faça constar a mesma que deve ser instruída seo requerimento como os seguintes documentos originais: Folha corrida, Fé de Ofício do seo marido, certidão das secretarias do Império e da Guerra declarando mercês que tem recebido, ou que nenhuma há recebido, a certidão de que manda perceber dos corpos públicos e titulo de pensão.²⁸⁷

Este comunicado estava baseado na Lei Militar de 31 de julho 1841, nº 89, que regulava as formas que deviam ser instruídas às remunerações dos serviços militares²⁸⁸. Ficou claro que a peticionária tinha que provar o grau de parentesco com o combatente, a legitimidade dos filhos, além de ter que apresentar documentos que independiam de seus esforços individuais como Fé de Ofício do combatente, que era uma lista dos feitos dos soldados ou oficiais em serviço, expedida pelo comando em chefe às secretarias de finanças das províncias.

Cabe então, perguntarmos a respeito da sobrevivência da referida requerente: como estava vivendo com sete filhos, já que as expedições desses documentos demandavam tempo?

Infelizmente, não temos o desfecho dessa história, o que se pode dizer é que certamente, as dificuldades para viúvas com filhos menores, principalmente, foram extremamente duras, pois teriam a difícil tarefa de chefiar os fogos sozinhas.

²⁸⁷ Livro n.º 149. Op. Cit. Ofício enviado em 15 de setembro de 1868. APEC.

²⁸⁸ COLEÇÕES DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. (LEIS E DECISÕES), 1841. Parte II, Tomo IV, P.40/41.

No universo agressivo das instituições masculinas, as dificuldades impostas para essas mulheres eram extremadas, a ponto de sofrerem verdadeiras devassas em suas vidas pessoais.

Em boa parte das súplicas investigadas havia uma particularidade que curiosamente fazia parte dos regulamentos militares desde o Brasil Colônia, tendo continuidade na legislação de 1841. Tratava-se da *prova de honestidade* que os todos os parentes do sexo feminino tinham que anexar junto aos requerimentos.

Em fevereiro de 1868, foi enviado em nome de Carolina Francilina, o seguinte rogo:

Tenho a honra de transmittir a VXE^a, o requerimento em que Carolina Francilina de Andrade, viúva do Tenente do 2^a batalhão de infantaria do exercito, Jose Raimundo de Andrade, supplica de Vossa Majestade O Imperador a graça de conceder-lhe uma pensão equivalente ao soldo da patente de seu finado marido.

Esse afinal tendo acompanhado do Theatro da guerra ao 2^o batalhão de voluntários da pátria, no posto de capitão de commissao, falleceo de epidemia no hospital de Solto. (..)

A supplicante é *pobre, vivi honestamente e tem sua companhia uma irmã desvalida, de menor idade, e uma creança exposta.*

A meio soldo de 20/30 reis, que lhe foi arbitrado, é um fraco auxilio para essa família a viver decentemente em uma cidade onde a substancia já é cara...²⁸⁹

A expressão "vivi honestamente" foi encontrada em muitas petições atestando o seu valor para época. Dessa forma, podemos inferir que se tratava de uma exigência moral do Estado sobre as mulheres, sobretudo, as casadas, uma vez que o intuito era evitar custos financeiros. Logo, a honestidade era de suma importância para se adquirir a pensão, podendo influir na decisão do pedido.

As despesas financeiras já haviam sido em 1854, alvos de debates na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, e na época se falava "... que militares casados constituíam-se em fonte de grande despesa para o Estado, e que o governo devia ter um controle quanto aos tipos de pessoa com quem se casavam

²⁸⁹ **Ministério da Guerra. Livro nº 149.** Op. Cit. Ofício enviada em 02 de março de 1868. APEC

os oficiais.”²⁹⁰ Foi nesses termos que a partir de 1816, a legislação militar brasileira autorizava o casamento dos soldados, desde que estes tivessem mais de 24 anos e sua mulher fosse *honest*a.²⁹¹

Estes obstáculos morais colocados pelo poder estatal pareciam estar em consonância com o poder eclesiástico que vigiava e punia crimes contra a família como o adultério e ilegitimidades desde tempos da colonização.²⁹²

De modo bastante franco, assevera John Schulz, que “o governo não estava disposto a pagar meio-soldo às viúvas e esperava desencorajar os oficiais de contrair matrimônio, independente do resultado que tal circunstância pudesse ter sobre sua moralidade”²⁹³.

O fato foi que a guerra demandou sobremaneira esforços econômicos do império, e mesmo antes de se finalizarem os combates, as finanças já estavam exauridas. Diante da situação, o Estado não tinha como ressarcir às famílias. Insistir nas questões morais, por exemplo, pareceu-nos uma alternativa de procrastinação das leis. Assim, se ao Estado cabia indenizar as suplicantes, estas por sua vez, deveriam provar o parentesco e a honestidade.

Importa lembrar que a importância da honradez comprovada era atributo essencial, principalmente, para as viúvas que deveriam zelar pelos valores morais. Dessa forma, esperava-se delas um comportamento exemplar, caso contrário,

²⁹⁰ SCHULZ, John. O Exército e o Império. IN: **O Brasil Monárquico: declínio e queda do império**. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. E CAMPOS, Pedro Moacyr. (Orgs.). São Paulo: Difel, 1974. Tomo.II, V. 4^o. (2^o edição). P235/258. Segundo Schulz, em 1854, foi aprovada uma lei que proibia o casamento de oficiais em início de carreira, o que desencadeou revoltas e protesto antigovernamentais por partes dos estudantes e dos jovens oficiais. Tal lei foi revogada no ano seguinte, mas esse fato não fez com que as instituições militares olhassem com bons olhos para os matrimônios dos militares.

²⁹¹ KRAAY, Hendrick. O Cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-1899). IN: **Nova História Militar Brasileira**. CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (Orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.254. Segundo este autor, em alguns exércitos, a exemplo do exército britânico, só permitia que seis soldados por companhia tivessem esposas.

²⁹² Cf: FIGUEIREDO, Luciano. **Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: HUCITEC, 1997. Este autor faz uma excelente análise dos crimes contra a família mais perseguidos pela Inquisição nas Minas Gerais setecentista destacando-se adultério e ilegitimidade. Uma das fontes mais utilizadas por Figueiredo foram As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707, que tiveram vigor até o final do Império, influenciando moralmente, por exemplo, instituições como o Exército.

²⁹³ Idem. SCHULZ. P. 247.

correriam os riscos de perder a tutela dos filhos e a administração do patrimônio²⁹⁴.

A honestidade poderia interferir no consentimento do benefício, e as peticionárias que por ventura não se referissem às suas condutas morais, teriam respostas desagradáveis de cobrança. Foi o que aconteceu com a viúva do capitão João Caetano Pereira, D. Isabel Grifeldes Sucupira Pereira, que requereu junto ao ministério da Justiça a pensão que tinha direito, e recebeu como resposta o seguinte ofício:

Para que se possa referir o requerimento em que pede uma pensão D. Isabel Grifeldes Sucupira Pereira, viúva do capital Joao Caetano Pereira, morto em combate , cumpre que *VEX^a exija da peticionaria* , e remetta a esta secretaria de estado , documentos que comprovem ser ella com effeito esposa d´aquelle official ser pobre e onerada de familia como allega e *viver honestamente*.²⁹⁵

Diante dessa resposta, tudo indica que essa suplicante não evidenciou o seu estado moral no requerimento, talvez por desconhecimento ou mesmo por não ter como comprovar. O certo é que esse poder "inquisitorial" que o Estado deu a si próprio, dificultou ainda mais o andamento dos pedidos, visto que para provar suas condutas, as requerentes precisavam de testemunhas que atestassem diante do pároco de sua localidade e do inspetor de quartirão, seu bom comportamento.

Em 27 de julho de 1871, dois anos após o término da guerra no Paraguai, duas irmãs ainda tentavam receber o benefício do irmão morto em combate no Paraguai:

Para que possa ter andamento o requerimento em que D. Lídia Josefina Xavier e D. Etelvina Xavier, pedem uma pensão em remuneração dos serviços prestados na guerra do Paraguay por seu fallecido irmão o alferes de infantaria Francisco Aureliano Ibiapaba Xavier, convem que as supplicantes apresentem os seguintes documentos que faltam: prova de ter aquelle referido official morrido em combate ou ferimento recebido n´elle, certidões negativas de graça das secretarias de guerra e do

²⁹⁴ SAMARA, Eni de Mesquita . **A Família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

²⁹⁵ **Ministério da Justiça a Presidência da Província do Ceará (1868-1870)**. Livro nº 70. Op. Cit. Ofício recebido em 13 de janeiro de 1868. APEC.(Grifos Nossos).

império; certidões provando que são as únicas herdeiras do referido oficial, e finalmente certidão provando que são solteiras e que vivem honestamente, o que declaro a VEX^a afim de que o faça constar as interessadas.²⁹⁶

O curioso foi que antes, em fevereiro de 1869, as requerentes haviam feito o procedimento correto, informando a morte do irmão às autoridades como mandava a lei. No entanto, não fizeram qualquer menção aos seus comportamentos morais, o que certamente interferiu de maneira negativa no pedido. Vejamos a primeira súplica;

Passo as mãos de VEX^a, em cumprimento do Aviso de 23 de setembro ultimo, o requerimento de Lídia Josefina Xavier e Etelvina Augusta Xavier, em que pedem uma pensão pelo falecimento em combate de seu irmão Francisco Aureliano Ibiapaba Xavier, alferes de infantaria do exercito. As supplicantes allegao naquelle aviso que não podem adicionar a referida petição a respeito da certidão de óbito, exigido naquelle aviso, e solicitao do mesmo Augusto Senhor a Graça de mandar vir do quartel General em commando em chefe das forças brasileiras no Paraguay.²⁹⁷

A ação dessa "pequena inquisição" do Estado, não há dúvidas, elevou as cifras de mulheres requentes no Ceará, o que demonstra um aumento das consternações.

Percebemos esses desamparos nos relatos à medida que se descreviam o desespero e a "má sorte" das mães, das esposas, das filhas e das irmãs que perderam seus principais arrimos na guerra. O correto seria ressarcilas imediatamente, visto que a família foi desmembrada no ato de defesa da pátria. Mas, os procedimentos foram outros, e o errado parecia ser o certo.

A desestruturação familiar ocasionada pelos arregimentos para a guerra foi questão bem ressaltada nos ofícios militares.

Em Aracati, em 1868, uma comissão "de gente importante" reuniu-se para pedir em nome do Sr. Elias Alves de Carvalho que "Tem dous filhos no theatro da

²⁹⁶ **Ministério dos Negócios da Guerra a Província do Ceará (1871-1872). Livro nº 71.** Ofício recebido em 11 de junho de 1871. APEC.(Grifos nossos).

²⁹⁷ **Livro nº 149.** Op. Cit. Ofício enviado em 23 de fevereiro de 1869. APEC.

guerra, e que o único que lhe resta, se acha preso para recruta, Jose Alves de Carvalho, é arrimo de seus pais velhos e enfermos e de suas três irmãs, o que de todos nós é sabido.”²⁹⁸ Também o requerimento enviado nos nomes das irmãs Ferreira de Castro, Delmira, Madalena, Francisca, Lina e Ana, indicou-nos quanto a guerra desmembrou o ambiente familiar:

Tenho a honra de passar as mãos de VEX^a a presente petição , em que D. Delmira Ferreira de Castro, Lina Ferreira de Castro, Francisca Ferreira de Castro, Madalena Ferreira de Castro e Anna irmãs germanas do Tenente do exercito Jose Francisco de Castro e do alferes de commissao Albertino Ferreira de Castro, ambos mortos nos campos do Paraguay pedindo sua majestade o Imperador a graça de conceder-lhes o beneficio de uma pensão....²⁹⁹

A intenção do escrevente era demonstrar as vicissitudes que as requerentes sofreriam, uma vez que “não tinham meios próprios de sobrevivência e dependiam desses combatentes, seus irmãos, para viverem dignamente”.

Relatos de incerteza e descaso como este foram constantes nos requerimentos. Na petição enviada em 1870, em nome de Joaquina Maria de Jesus, que havia perdido o filho na guerra no ano de 1866, ficou bem evidenciada essa questão:

Havendo Joaquina Maria de Jesus, viúva de Gonçalo de Freitas Maciel e mai do soldado Raymundo José de Freitas , falecido no Paraguay requerido uma pensão e tendo deixado de juntar a sua petição a certidão de obto de seo marido e a certidão de baptismo de seo filho, haja VEX^a de providenciar de que modo sejam enviados a esta secretaria de estado os mencionados documentos.³⁰⁰

Reencontramos entre muitos ofícios da Secretaria de Polícia da Província, outra petição em nome de Joaquina Maria de Jesus redigida na data de 1868. A escrita desse pedido tinha sido mais incisiva, demonstrando tanto a

²⁹⁸ **Guarda Nacional do Aracati (1866-1889). Cx. 01.** Ofício enviado em 15 de junho de 1866. APEC.

²⁹⁹ **Livro nº 149.** Op.cit. Ofício enviado em 04 de maio de 1868. APEC.

³⁰⁰ **Ministério dos Negócios da Guerra. Livro nº 71.** Op.Cit. Ofício recebido em 09 de junho de 1871. APEC.

desestruturação familiar ocasionada pela infração das leis como a debilidade das mesmas:

A referida Maria Joaquina de Jesus, moradora no oiteiro dos educandos desta cidade [Fortaleza] , é efetivamente mãe dos voluntários Raimundo José de Freitas e Theodosio José de Freitas e sogra de um outro voluntário de nome Candido José da Silva, que seguiu para sul com a mulher e dois filhos deixando uma outra filha de oito anos de idade em companhia da sogra.³⁰¹

Cumprido salientar que o caso acima foi o mais extremado que encontramos no século XIX, pois (pasmem) no ano de 1884, novamente Joaquina Maria de Jesus que tinha se tornado uma sexagenária, ainda estava a rogar às autoridades a pensão de seu filho morto em combate:

Joaquina Maria de Jesus, idade sessenta anos, viúva, natural e moradora na cidade do Aracaty da província do Ceará, tendo um filho de nome Raimundo José de Freitas, que como soldado marchou para a guerra do Paraguay, no anno de 1865, o qual faleceu em 1866 em virtude de ferimentos que levou, tendo em novembro de 1870, requerido uma pensão, que por lei lhe pertence, a cuja, petição já estou [mutilado] e mais documentos exigidos, mas , acontecendo que haja não solução alguma , não obstante desde permanecer a supplicante nesta Corte em procura de tal resultado-vem por isto respeito somente pedir a VEX^a a graça de encaminhar sua petição de S.Majestade Imperador Regente, assim, da data do falecimento do seu dito filho, a supplicante obter a dita pensão, vindo acrescentar que a supplicante é paupérrima e sem nenhuma proteção, alias tendo a seu cargo uma filha donzela que ate agora vive honestamente.
A rogo da Requerente: Raimundo Pereira de Carvalho.³⁰²

Compartilhando do mesmo descaso, e não menos amargurada, estava D. Antônia Gregorina Torres de Vasconcelos que, sendo avó de dois oficiais mortos na peleja, havia requerido "uma pensão em remuneração dos serviços prestados por seus netos, o alferes Virgilio Francisco Torres Vasconcelos e 2º sargento

³⁰¹ **Secretaria de Polícia (1867-1868). CX.07.** Op.Cit. Ofício enviado em 21 de fevereiro de 1868. APEC. Em nome de Maria Joaquina de Jesus encontramos dez petições direcionadas aos vários ministérios imperiais. Em ordem cronológica organizamos: 1868(suplicou duas vezes); 1870 (suplicou duas vezes); 1872(suplicou três vezes) ; e anos de 1881, 1882 e 1884(suplicou uma vez).

³⁰² **Presidência do Ceará ao Ministério dos Negócios da Guerra. Livro nº77.** Ofício enviado em 7 de janeiro de 1884. APEC.

Vespesiano Torres Vasconcelos allegando terem estes falecido em campanha”
obtendo como resposta,

Convem que VEX^a faça a peticionaria, que deve ajuntar no mesmo requerimento, em original, os documentos seguintes: certidão de obtos de seos netos, fés de officios ou documentos authenticados dos serviços prestados, certidao desta secretaria e do Império declarando as merces que ella tem tido e justificação de honestidade.³⁰³

De acordo com o Juiz Substituto Municipal e Órfão de Sobral, major Miguel Francilino do Monte, em 1869, logo após as mortes dos parentes, Gregorina havia procurado o vigário desta cidade para obter as certidões de seu casamento e de nascimento dos netos, e para justificar ao prelado mediante três testemunhas, sua condição de honesta.

...De VEX^a [o Imperador] a bem de seo Direito a dignar admiti-la á justificar os intens seguintes:

1^o) que Virgilio Francisco de Torres e Vasconcelos , alferes do Exercito, e Vespesiano de Torres e Vasconcelos , 2^o sargento de voluntários erao seos netos

2^o)que os ditos seos netos morrerão na guerra, que actualmente o Brasil e República do Paraguai

3^o) finalmente que a justificante foi casada com Gregorino Francisco de Torres e Vasconcelos com quem viveo com boa harmonia e honestamente e que durante a viuvez tem continuado a viver na mesma honestidade

Pode marcar a VEX^a que digne marca-lhe dia , hora e logar para comparecer com suas testemunhas [*de honestidade*] , e que depois de julgar esta lhe seja entregue para fazer o que melhor convier....³⁰⁴

Tudo indica que a referida avó era uma pessoa de idade e sem condição de sustento próprio, sendo seus netos os únicos arrimos. Mesmo assim, teve que amargar dois longos anos, até que seu pedido fosse aceito. Vislumbra-se tanto o desamparo e o desrespeito das autoridades como a insegurança e a angústia dos parentes que não fizeram outra coisa senão incessantemente suplicar.

³⁰³ **Ministério da Guerra. Livro nº 70.** Op.Cit. Oficio recebido em 03 de dezembro de 1869. APEC.

³⁰⁴ **Ministério dos Negócios da Guerra. Livro nº 71.** Op.cit Petição enviada em nome de Gregorina Torres ao Juiz substituto Municipal Órfão de Sobral em 07 de fevereiro de 1870.

Através de muitos requerimentos apreendemos o não cumprimento da legislação militar, posto que nestes havia a especificidade da contribuição de cada família.

A Lei de 1841, também estabelecia que o laborioso, o pai de família, o arrimo, o filho único, entre outras categorias, fossem isentos do serviço das armas. O mesmo princípio proibia que mais de um membro da mesma família fosse para o *front*. Todavia, o que se viu nos teores das petições foi uma completa violação da legislação, pois muitos indivíduos mesmo no gozo da isenção foram designados para a guerra.

No requerimento de D. Francisca Torres de Farias há indicativos das infrações das leis militares que certamente tanto a fizeram sofrer:

Apresentando a VEX^a o presente requerimento em que D. Francisca Torres de Farias , viúva do Tenente Secretario do Batalhão de n° 14, Anastácio Antonio de Farias, pede a S. Majestade , O Imperador um auxilio para sua substancia por *ter perdido o seu principal arrimo* , que na qualidade de Capitão do Batalhão nº32 de voluntários da pátria, foi morto no dia 19 de maio ultimo, no acampamento do 2º corpo do exército em operações contra o Paraguay, cumpre-me informar a EVX^a que é verdade o quanto allega a suplicante, e que a julgo no caso de merecer a graça que impetra, visto como outras em iguais circunstancias a ter tido.³⁰⁵

Vários foram os exemplos de mães infelizes com a perda dos filhos em combate. Muitas delas sentiram a dor da perda do único descendente. Foi assim que em 1871, encontramos a família de Antônio Francisco Pereira, morto em 1868, pedindo a pensão a que tinham direito:

Para resolver acerca da pretensão de Francisco Antonio Pereira e sua mulher Joana Balbina Perira, residentes nessa província, que pedem uma pensão, em remuneração dos serviços prestados na guerra contra o Paraguay *por seu filho único* Antonio Francisco Pereira , fallecido no reconhecimento de Humaytá em 16 de julho de 1868, convem que sejam apresentados os documentos exigidos pelo decreto de 31 de junho de 1841.³⁰⁶

³⁰⁵ **Ministério da Guerra. Livro nº 149.** Op.Cit. Ofício enviado em 13 de setembro de 1866. APEC.

³⁰⁶ **Ministério dos Negócios da Guerra. Op.cit. Livro nº 71.** Petição recebida em 13 de junho de 1871. APEC.

Tentando aliviar ou acobertar esses descasos, periódicos cearenses aliados ao governo central tentavam amenizar essa carga negativa sobre o império, publicando anúncios das concessões feitas pelos diversos ministérios às viúvas e outros parentes. O *Jornal do Ceará*, por exemplo, publicou matérias diárias que mostravam o ressarcimento dos familiares dos combatentes.

No primeiro semestre de 1868, o *Jornal do Ceará* publicou de maneira incessante, transcrições de ofícios enviados pelo Ministério do Império à Presidência da Província do Ceará, conforme podemos observar:

Ministério do Império.

(...)

Foram concedidos as seguintes pensões por serviços prestados na guerra actual com o Paraguay:

A D. Anna Maria dos Santos Pinto, mai do cabo de esquadra do 12º corpo de voluntários da pátria Alexandre Antonio Pinto, morto em combate, 15\$ mensais.

A Magdalena de Oliveira Carvalho, viúva do 2º machinista da armada, Joao Izidoro de Moraes, 480\$ annuaes (...) ³⁰⁷

Em contrapartida, outros jornais denunciavam as violações das leis. O jornal *Pedro II* transcreveu do *Opinião Nacional*, periódico pernambucano, uma matéria denunciativa em que apontava os males da guerra à família:

Na manhã do 1º do corrente andava pela rua do Imperador desatinadamente uma jovem mulher, fazendo exclamações de corta corações mesmo a um dos mais estóicos. Lamentava ella, por entre lagrimas e soluços que não houvesse um homem para liberar seu marido que como recruta devia embarcar na tarde d'aquelle dia. Se as lagrimas de fel da infeliz mulher não atestassem a verdade de suas palavras, bastava pára tomar extremamente verossivel o que ela dizia, essa mofina, de recrutas casados, contanto com três a nove filhos... ³⁰⁸

Enquanto isso, nos relatórios militares, as praças cearenses mortas em combates eram listadas no livro dos Negócios da Guerra, conforme pode se observar abaixo:

³⁰⁷ **Jornal do Ceará**. Op.cit. 05 de março de 1868. P.2.

³⁰⁸ **Jornal Pedro II**, Op.Cit. 16 de novembro de 1867. P.1.

Tabela 3/*Listas das Praças [Cearenses] falecidas em diferentes Combates*

Cabo/ Antonio Malaquias de Souza	Cazado, tem um filho na Granja Província do Ceará
Soldado/ Francisco José Bispo	Idem lugar denominado Huruburetama
Soldado/ João de Souza	Idem
Soldado/ Francisco Rodrigues Chavez	Idem no lugar denominado Parazinho e tem dous filhos
Soldado/ Galdino Soares de Lima	Idem e tem um filho na villa da Imperatriz, entregou ao Comandante Superior
Soldado/Lourenço Barboza de Souza	Idem e tem 6 filhos na cidade de Baturité
Anspeçador/Luis de França de Souza Bezerra	Cazado, e ignora-se o nome de sua mulher
Anspeçador/José Gonçalves de Carvalho	Idem e sua mulher reside na cidade do Icó
Furriel/ Manoel Joaquim Bezerra	Idem sua mulher reside na Capital
Soldado/ Antonio Joaquim Souza	Idem
Soldado/ Manoel Lopes das Chagas	Idem
1º sargento/ Manoel da Silva Butrago	Idem sua mulher reside na cidade de Aracaty

Livro de registros do Ministério dos Negócios da Guerra a Presidência do Ceará. Livro nº103. Ofício enviado em 13/09/1866. APEC.

Como se observou na tabela anterior, a maioria dos soldados falecidos era de baixas patentes, casados e com descendentes. Certamente as famílias ficaram em situação delicada.

As evidências de que muitos soldados tinham companheiras e descendentes, foram também corroboradas pela análise das relações das Comissões de Socorros de várias localidades. Através delas, percebemos que muitos beneficiados eram mulheres com filhos.

O jornal *A Constituição* publicou uma listagem referente à vila de Maranguape, na qual identificamos as presenças das consortes e dos descendentes dos soldados:

(...) A comissão de Socorros da Vila de Maranguape, nomeada pela portaria do Ex. Sr. Presidente da província, de 13 de maio do corrente anno passado a exercer as funções de seu cargo no dia 5 de junho vem ao público dar seu conhecimento de seus trabalhos.

(...)

Delfina Maria do Espírito Santo (3 filhos, três mil reis a cada individuo)

Maria Joanna Alves (sem Filho) 3\$ 320

Maria Joana da Conceição (1filho) 7\$160

Maria da Conceição (1filho) 3\$ 580

Francisca Rosa de Santana e sua irmã 7\$190

Maria Teixeira e um neto menor 7\$160

Maria Cosme (3 filhos) 10\$740

Joanna Maria de Aguiar (2 filhos) 10\$740

Francisca Maria do Espírito Santo (2 filhos) 10\$740

Antonia Manoela da Costa (2 filhos) 10\$740.³⁰⁹

Essas evidências foram necessárias para nós, pois através delas pudemos caracterizar as condições sociais dos soldados e perceber melhor os impactos da guerra nas famílias.

No Rio de Janeiro, o uso de caricaturas pela imprensa ressaltava o empenho em criticar a guerra. O jornal *A Semana Ilustrada* publicou uma charge em que intencionava ressaltar “às claras” o mal que o serviço militar causava no ambiente familiar;

³⁰⁹ **A Constituição**, Op.Cit. 13 de julho de 1865. P.3.

Fonte: A Semana Ilustrada apud FERRER.³¹⁰



Designação da Guarda Nacional. (Casados com filhos). SCENA DOMESTICA.

GUARDA. — Com mil bombas...sou um desgraçado...um...
MULHER. — Tens razão, Juca, tens razão...Não podemos com tantos filhos...
GUARDA. — Não são os filhos, Sra. Annica, não são elles que fazem a minha desgraça, é a Sra...
MULHER. — Juca, o que dizes?...eu...
GUARDA. — Digo a verdade...So a senhora bouvesse morrido da pneumonia...eu estava viuvo com filhos... e portanto
ainda esta vez livre da designação...

³¹⁰ FERRER, Francisca Carla Santos. **O Recrutamento militar para Guerra do Paraguai.** Porto Alegre: Dissertação de Mestrado-PUC-RS, 2004.P.84.

A figura além de ratificar o desespero do guarda nacional, destaca também o desalento da companheira do designado e os descendentes que ficariam desamparados com a ida do principal provedor à guerra.

Sobre os descendentes diretos dos combatentes, os filhos, a orfandade foi o principal legado, mas não o único, uma vez que o abandono dessas crianças em instituições assistencialistas como escolas religiosas ou Santas Casas, fora outra constante. Dessa forma, podemos dizer, que muitas delas eram "órfãs de pais vivos".

Nos registros paroquiais das vilas e distritos da província cearense encontramos "Marias" e "Luisas" que sofreram com a ida dos pais para a guerra, tendo como destino principal as escolas religiosas que acolhiam órfãs ou abandonados³¹¹.

Renato Pinto Venâncio, estudando a questão das crianças abandonadas no Brasil nos séculos XVIII e XIX, mostra-nos o universo de pobreza que obrigavam os pais, a maioria das vezes as mães, abandonarem seus filhos nas *Rodas*. Ao contrário do que se pensa, esses gestos *decorriam da preocupação materna ou paterna em relação do destino da sua própria prole*.³¹²

Através desse entendimento, conseguimos interpretar que as atitudes de muitos parentes dos combatentes que deixaram seus filhos, netos e sobrinhos em locais que pudessem prover tanto a manutenção física como moral dessas crianças, eram na realidade provas de preocupação ou mesmo de amor.

No Ceará, o problema das crianças desvalidas foi estudado por Josinete Lopes de Souza que, afirma ter sido uma preocupação das elites urbanas desde o início do século XIX, a criação de instituições que pudessem recolher órfãos e outros desventurados, dando-lhes destinos mais convenientes e utilitários, evitando a ociosidade que só causava a "desordem pública"³¹³.

³¹¹Até a década de 1860, o Ceará possuía quatro escolas religiosas que acolhiam órfãs e abandonados. Eram as escolas de Orphas Desvalidas de Fortaleza, Missão Velha, Sobral e Crato.Cf: SOUZA, Josinete Lopes. **Da Infância desvalida a infância delinqüente**: Fortaleza (1850-1928). São Paulo: Dissertação de Mestrado/ PUC/SP, 1999.

³¹²VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador –Séculos XVIII e XIX.Campinas: Papirus, 1999.

³¹³ Idem.SOUZA, Josinete Lopes de.Cf: Primeiro capítulo.

A autora inspirada nos estudos de Sebastião Rogério da Ponte, diz que as apreensões em relação aos desvalidos aumentaram na década de 1860, principalmente entre os setores elitizados de Fortaleza, pois a capital estava em plena reforma urbana de embelezamento, o que exigia controle sobre os habitantes indesejados da urbe, a exemplo das crianças abandonadas. Assim, as imagens de beleza, civilidade e progresso que se tentavam associar à cidade eram incompatíveis com essas mazelas sociais. A solução foi confiná-las em santas casas, asilos e escolas religiosas.

Durante a guerra devido ao grande número de mortos e mutilados, os problemas da orfandade e da desvalia se multiplicaram, sobretudo, a partir de 1867. Diante da situação, escolas e asilos foram fundados ou reorganizados para acolher as crianças desafortunadas.

No caso das crianças do sexo feminino o Colégio da Orphãs Desvalidas de Fortaleza, que em 1856 era destinado apenas a meninos órfãos, foi reorganizado em 1865 por D. Luís, e destinado, a princípio, "para as crianças caídas na orfandade por força da devastação causada em famílias de todas as classes pela epidemia de Cólera-Morbus"³¹⁴.

A partir de 1867, esta instituição passou ser um dos locais mais procurados para o internamento de meninas órfãs por motivos da guerra do Paraguai. Neste local aprendiam algum ofício como costura e fiação, sendo as mais humildes transformadas em pequenas trabalhadoras.³¹⁵

A menor Luisa, "filha do voluntário da pátria Francisco Solano de Albuquerque Mello foi admitida ao Collegio das Órphãs Desvalidas a mando da secretaria do governo do Ceará"³¹⁶, pois sua família não tinha meios para sustentá-la. Com a menor Casemira, "acolhida em 1865, na mesma instituição por

³¹⁴ **Revista do Centenário. Colégio da imaculada Conceição.** Fortaleza, 1965. P.5. O antigo colégio da órfãs desvalidas, que com as reformas de 1867, passou a se chamar de Colégio Imaculada Conceição, além de abrigar meninas órfãs e oferecer instrução às meninas paupérrimas, destinava-se a oferecer educação às moças cearenses, filhas das principais famílias da cidade e de toda província do Ceará. Sobre o colégio das órfãs desvalidas Cf: MENESES, Antonio Bezerra de. **Descrição da cidade de Fortaleza.** Fortaleza: Edições UFC/ Prefeitura de Fortaleza, 2000.

³¹⁵ VENÂNCIO. Op. Cit. P. 145.

³¹⁶ **Palácio Episcopal/ Bispado Cearense (1835-1869). Cx.01.** Ofício enviado em 23 de dezembro de 1865. APEC.

conta da ausência de seu pai, um alferes do exército que lutava no Paraguai," aconteceu o mesmo. Esses foram indícios de que o conflito colocou essas crianças em situações delicadas, uma vez que seus internamentos indicavam a extrema dificuldade a que foram sujeitas com a ida dos seus principais provedores à guerra. O fato de serem internas indicava a extrema pobreza da família agravada com o momento beligerante.

Dois anos depois da entrada de Casemira naquela instituição, a tia da menina pedia sua tutela:

Dis D. Maria Joanna Moreira Xavier, casada, residente nesta cidade, que tendo sido entregue as meninas Casemira, e Zulmira, pelo irmão da sipplicante e pai das meninas o Alferes do exercito Procópio Jose Moreira, quando marchou para o serviço da guerra actual contra a Republica do Paraguay, foi depois disso, a pedido da suplicante e por ordem dessa Presidência recolhida , a primeira ao colégio das Orphas Desvalidas desta cidade onde se acha a dous annos pouco mais ou menos, fallecendo a segunda de bixiga em março de 1866. E por que, *em consequência não só das recommendações de seu dito irmãos como de reiterados pedidos da mesma sua sobrinha Casemira, deseje a supplicante que esta seja restituída a sua companhia onde fora deixada pelo pai...*³¹⁷

Os "reiterados pedidos de Casemira" nos levaram a pensar na vida de tristeza e confinamento que passaram a levar os filhos dos combatentes. No entanto, nesse ofício há outra pista de extrema importância: a inquietação dos combatentes em relação aos seus dependentes.

Além das cruzezas das batalhas e das doenças nos acampamentos, o combatente tinha que conviver com a preocupação em relação a seus parentes, sobretudo, suas proles, uma vez que, o governo imperial por medida econômica impediu a ida dos familiares para guerra³¹⁸. Se os soldados quisessem, que arcassem eles mesmos com as despesas de suas famílias. Como arcar com tais ônus?

³¹⁷ **Palácio Episcopal/ Bispado Cearense. Cx.01.**Op.Cit. Ofício enviado em 31 de julho de 1867. APEC

³¹⁸ **Livro do Ministério da Guerra. Livro nº 149.** Op.Cit. Ofício enviado em 13 de Setembro de 1865. APEC.

O livro de Davi Carneiro, *O Paraná na Guerra do Paraguai*, traz relatos de soldados que evidenciaram as aflições vividas por estes homens nos acampamentos. O oficial João Manuel da Silva, por exemplo, falava em carta para seu "amigo e irmão" sobre suas inquietações a respeito de Luiza:

Acampamento do 3º corpo do exercito em Tuiu-cuê, 17 de março de 1868.

Meu caro amigo e irmão José:

Recebi sua carta datada de 22 de janeiro e não acusei mais a recepção, por que já lhe ter escrito dois dias antes, contando o que se passou no combate do dia 14 do corrente, no fortalecimento.

(...) O Gabriel esta melhor e os mais oficiais(...)

*mande-me dizer si Luiza já esta em sua companhia, pois ando aflito por não ter certeza de sua residência.*³¹⁹

O significado da morte dos parentes só viria confirmar um mal maior para as crianças, pois muitas delas já eram órfãs de mães sendo que outros familiares não poderiam arcar com suas despesas, assim, a distância do pai era garantia de uma vivência infeliz. Abandoná-las em instituições foi a maior e, talvez a melhor, alternativa encontrada pelos parentes sem recursos.

A insegurança, o medo e o sofrimento até aqui narrados trouxeram o vislumbre do impacto direto da guerra no espaço da família cearense. Ao invadir a casa, o conflito impôs sobre os parentes dos combatentes uma vida de angústia e incertezas, drama este que se confirmaria na República, conforme afirma Schulz através de suas pesquisas no Arquivo Nacional e em jornais da década de 1880:

... muitas viúvas e órfãos não recebiam pensões. Para os oficiais vivos, isto significava que, se algo lhes sucedesse, suas famílias morreriam de fome. Os jornais militares advogavam o estabelecimento de montepios., para proteger parcialmente suas famílias, ao mesmo tempo em que, naturalmente, insistiam com o governo para que honrasse suas obrigações em relação aos mortos e inválidos. Não raro até mesmo os vivos ficavam sem pagamento...³²⁰

³¹⁹ CARANEIRO, Davi. **O Paraná na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980. P.21.

³²⁰ SCHULZ, John. O Exército e o Império. IN: **O Brasil Monárquico: declínio e queda do império**. Op. Cit. P.253.

No pós-guerra, a questão do abandono transparecia cada vez mais nas petições. Muitos pais e tutores viviam a requerer os direitos prometidos aos descendentes dos combatentes procurando legitimidade no decreto dos voluntários da pátria. Tal foi o caso do tutor "José Pompeu de Albuquerque que suplicava em 1872 uma pensão "para suas pupilas em remuneração dos serviços prestados pelo Major de commissao Antonio Lourenço da Silva Castro, pai daquellas menores, morto em consequência de moléstias adquiridas no Paraguay". A resposta obtida foi que ele, José Pompeu, remetesse " a Secretaria de Estado documentos, que provassem os serviços prestados pelo referido official, certidão de Batismo das ditas menores e competente titulo de tutor, que subscreveu a petição"³²¹.

O que argumentamos, enfim, foi que os teores das petições investigadas demonstraram, de certa forma, que os parentes dos combatentes, sobretudo, as companheiras e suas proles, foram as mais prejudicadas com os alistamentos. O pior foi constatarmos, através da investigação de requerimentos datados no pós-guerra, que os sofrimentos dos familiares não cessaram com o fim das hostilidades, uma vez que as viúvas, mães, órfãs não foram ressarcidas como mandava a Lei.

O problema das pensões, sobretudo, das viúvas e dos inválidos foi tão moroso que na década de 1940, o presidente Getúlio Vargas baixou um decreto, que prometia ressarcir de vez as famílias dos soldados mortos na "guerra do Paraguai". Só o término dessa guerra pôde provar para os contemporâneos, e principalmente, para os parentes dos ex-combatentes que as promessas do governo imperial eram inconsistentes ou mesmo vazias.

³²¹ Livro de registro de Ofícios do Ministério da Guerra a Presidência da Província (1871-1872). Livro nº 71. Ofício enviado em 16 de janeiro de 1872. APEC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da guerra tem sido tratado na historiografia como resultante de uma multiplicidade de racionalidades, por envolver diversos setores da sociedade com interesses diferentes e antagônicos, que repercutem nas relações sociais e políticas. A Guerra do Paraguai por ser um tema clássico no Brasil, seja na versão tradicional político-militar, seja nas abordagens mais recentes, não fugiu a este princípio.

Apoiados nas contribuições historiográficas mais recentes, principalmente aquelas cujas abordagens filiam-se aos pressupostos da história social, em documentos oficiais (Relatórios de Presidente de Província, Ofícios militares oriundos do Ministério da Justiça, do Ministério da Guerra e do Ministério do Império entre outras instâncias da administração do Estado brasileiro, no século XIX) referentes à província do Ceará, bem como em jornais do mesmo período, abordamos como vários segmentos da sociedade cearense vivenciaram o conflito que envolveu, de um lado Brasil, Argentina e Uruguai e, de outro, o Paraguai. Dessa forma, foi possível narrar outras tramas e perceber como a mobilização para a Guerra do Paraguai interferiu tanto nas estruturas de poder, como na economia e na vida cotidiana do povo cearense.

Ao buscarmos perceber a atuação dos diferentes setores da sociedade na província do Ceará, identificamos na imprensa bipartidária um dos setores que mais envidou esforços, inicialmente, para mobilizar e, posteriormente, para a desmobilização de contingentes para o conflito.

A criação de sentidos que permeou todo o processo de construção do conflito, bem como de defesa da Pátria, ambicionou atingir a população em geral sendo comandada pelos setores elitizados da província.

Ao escrever nos jornais, ao falar do ultraje de Solano López, a elite letrada cearense se autopromovia, sob o argumento de que ratificava seu compromisso com a pátria, o que rendeu títulos nobiliárquicos para alguns de seus membros. Materialmente, membros da elite engajaram-se no esforço de guerra como provedores de recursos, sobretudo financeiros, para garantir as despesas com a

remessa de soldados para o *front* e para a manutenção de suas famílias, que ficavam desamparadas.

No entanto, esses esforços só deram o resultado esperado quando os intelectuais, os poetas e as autoridades locais ultrapassaram os limites das letras e começaram a propagar em locais públicos, os benefícios prometidos pelos Decretos imperiais, em especial o de número 3.371, que criou o Corpo de Voluntários da Pátria.

As vantagens prometidas aos voluntários atraíram os interesses de indivíduos de setores marginalizados, como escravos e criminosos, que viram uma possibilidade positiva no alistamento, uma vez que nesta legislação específica encontravam garantias para uma possível reinserção social e de conquista de cidadania.

Os resultados da ampla divulgação dos benefícios prometidos pelos decretos foram relevantes, pois no início das hostilidades, houve um expressivo número de contingente de voluntários. Chamou-nos a atenção a massiça presença de criminosos e escravos nas tropas militares, apesar de não ser exclusividade da guerra do Paraguai. Tal iniciativa trouxe como novidade, no Ceará, um aumento significativo nos registros de soldados alistados, oriundos desses grupos sociais.

Quando as autoridades cearenses aceitaram homicidas nas fileiras do Exército como voluntários, por exemplo, houve a implantação do que chamamos de "morte permitida", aquela em que o assassino era perdoado de seu crime em nome da salvação da Pátria. Ora se os homicidas eram indultados de suas transgressões hediondas, o que então iriam fazer na guerra senão continuá-las?

Para matarem e/ou para morrerem, os criminosos, sobretudo, os homicidas iam para o *front* com a idéia de que assassinar na guerra não era crime, mas uma ação necessária para salvar a "nação". Isso era muito vantajoso para estes indivíduos que viviam à margem da sociedade por conta da transgressão do assassínio.

A aceitação de cativos nos batalhões cearenses seguiu semelhante lógica. Neste caso, nomeamos estas aprovações de "cidadania negociada". A idéia de

morte permissiva continuou. O que mudou foi a recompensa, uma vez que os escravos pelas suas condições jurídicas, não buscavam reinserção social como os assassinos, mas inserção. Todavia, os momentos beligerantes são geralmente contraditórios e, a "guerra do Paraguai", nesse sentido, apareceu como oportunidade ímpar para concretizar aspirações de liberdade para um e outro tipo de indivíduo.

Entretanto, a guerra iria ser sentida como nefasta pelos familiares dos soldados que ficaram na província, longe dos campos de batalha. Ao adentrar o ambiente familiar, o conflito causou danos irreparáveis aos parentes dos combatentes, à medida que retirou os chefes de famílias do seu meio, temporariamente, com o serviço militar obrigatório ou definitivamente, com a morte destes no *front* e/ou nos acampamentos.

Sabe-se que o mundo do trabalho estava intimamente apoiado na estrutura familiar do Ceará oitocentista. Assim, o deslocamento de um ou mais membros para a zona de conflito, acarretava uma desorganização nas labutas. O resultado não poderia ser outro senão a certeza de dias difíceis, porque se tornaram escassos os recursos para sobrevivências. Além disso, a falta de notícias ou publicações das mortes nos campos de batalhas e nos acampamentos, levou os parentes dos soldados sentirem medo, angústia e desespero.

Desesperados, muitos parentes, em sua maioria esposas, mães, filhas e irmãs, recorreram às leis que as amparassem. Destaca-se a lei de 1841, que ressarcia com pensão ou meio soldo as viúvas dos combatentes que morreram em guerra. Todavia, agir dentro da legalidade não adiantava muito para essas mulheres, pois os inúmeros requerimentos enviados por elas aos ministérios do governo, enfrentavam uma burocracia pesada com quem tiveram que travar outras batalhas.

Certamente, no pós-guerra, o Governo Imperial não deu conta de cumprir, por descaso e/ou incapacidade política-administrativa, os compromissos e obrigações gerados pelo estado de guerra, o que provavelmente contribuiu para as crises políticas que enfrentou a seguir. O certo é que nem todos os parentes se conformaram com esses descasos.

Acabada a guerra, a luta pelos direitos continuou até muitas décadas depois, revelando, os seus desdobramentos conflituosos.

Por causa de todos esses impactos no Ceará, a guerra do Paraguai mereceu um olhar mais localizado que desse conta das negociações, das resistências e dos compromissos.

Gostaria de ressaltar que esta pesquisa, fruto de uma longa jornada em arquivos e bibliotecas de Fortaleza, não termina aqui. Esta produção representa apenas a "ponta do iceberg" de investigações futuras, uma vez que temos consciência de que ainda há muito a se estudar sobre o conflito do Paraguai. Espero sinceramente, que meus esforços sirvam de contribuição para historiadores e interessados na temática da guerra.

❖ BIBLIOGRAFIA TEÓRICA.

- ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 2001.
- BAZCO, Bronislaw. Imaginação social. IN: **Enciclopédia Einaudi- Antropos-homo**. Ed, Portuguesa, Imprensa Nacional, casa da Moeda, 1986. V.5.
- BOUTIER, Jean; e JULIA, DOMINIQUE (Orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ FGV, 1998.
- BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campos, 1997.
- DARNTON, Robert. **Os Dentes falsos de George: um guia não convencional para o século XVIII**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- _____. **Boemia literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime**. (Tradução Luis Carlos Borges). São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente (1300-1800): uma cidade sitiada**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- FOUCOALT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro. Graal, 1979.
- FARGE, Arlete. **Lugares para a História**. (Tradução –Telma Costa). Lisboa: Editora Teorema, 1999.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- _____. **A Micro História e outros ensaios**. (Tradução Antonio Norino). Lisboa: Difel, 1989.
- _____. **Olhos de Madeira** (Tradução Paulo Brandão). São Paulo: Cia das Letras, 2001. (O Estranhamento)
- HOBBSAWN. Eric. **Sobre História**. (Tradução Cid k. Moreira). São Paulo: Cia das Letras, 1998.

NEGRO, Luigi e SILVA, Sérgio (Orgs.). **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

NOBERT, Elias. **Mozart: Sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

SHALINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SCOTT, James. Forma de resistências camponesas. IN: **Revista Raízes**. Campina Grande, UFCG, V.21. N.º.01, 1999.

THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia Das Letras, 1998.

_____. **Formação da classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Volume I.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. (tradução Alda Baltazar e Maria auxiliadora Kneipp- 4ª edição). Brasília: editora da UNB, 1998.

WILLAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade: na história e na Literatura**. (Tradução de Paulo Henrique Britto). São Paulo: Cia das letras, 1989.

_____. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

❖ BIBLIOGRAFIA (Específica).

ABREU, Capistrano. **Capítulos de História Colonial**. São Paulo, EDUSP, 1998.

ALCANTARA, José Denizard Macedo de. O Ceará na campanha de Mato Grosso. Fortaleza. IN: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. T. 86, 1972.

ARAGÃO, Manoel Ximenes. As Phases de minha vida: genealogia. In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Typografia Minerva, 1913.

ARANTES, Antonio Augusto; BIANCO-FELDMAN, Bella; BRANDAO, Carlos Rodrigues. Et. All. **Colcha de Retalhos**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

ARARIPE, J.C Alencar. **A Glória de um pioneiro**. Fortaleza: BNB, 1997 (revista ampliada- 1ª edição).

BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão um lugar incomum: o sertão do Ceará na Literatura do século XIX**. Rio de Janeiro: Relume Dumar; Fortaleza: Secult, 2000.

BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência.**São Paulo: UNESP, 2002.

BARROSO, Gustavo. **A Margem da História do Ceará.** Fortaleza: Programa Editorial, 2000.

_____. **A Guerra do López 1864-1870.** Fortaleza, Secult, 2000.

_____. **História Militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Cia da editora Nacional, 1938.

BEATTIE, Peter M. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas forças armadas brasileiras (1860-1930).IN: **Nova História Militar Brasileira.**

CASTRO, Celso, IZECKSONH, Vitor e KRAAY, Hendrick (Orgs.).Rio de Janeiro: FGV. 2002.

BEZERRA NETO, Eduardo. O Primeiro Voluntário da Pátria: notas e transcrições. IN: **Revista do Instituto Histórico do Ceará.** Fortaleza: 1967. T.81.

BEZERRA NETO, José Maia. Nos Bastidores da Guerra: Fugas escravas e Fugitivos da Guerra do Paraguai (Grão-Pará: 1864/1870).IN: **Revista História e Perspectivas,** Uberlândia, 1999. N° 20/21.

BONALUME NETO, Ricardo. Novas Lições da guerra do Paraguai, **Folha de São Paulo.** São Paulo, 9 de novembro de 1997. (Folha Mais).

_____. Nação Dizimada. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 5 de março de 2000. (Ciências).

BORGES, Jafé. **Amor e Guerra no Paraguai.** Recife: edições Bagaço, 2001.

BRAZIL, Tomaz Pompeo de Souza. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará.** Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. Tomo II.

CAMINHA, Adolfo. **Bom Crioulo.** São Paulo: Ática, 1993.

CARVALHO, Humberto Feliciano de. **A Guerra do Paraguai: a praça da redenção e os brasileiros desalmados em Uruguiana.** Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: grande caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. **O Quinto século**. Rio de Janeiro: Renan UIPERJ/UCAN, 1998.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A Milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831-1850**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1991.

CHIAVENATO, Júlio José. **Guerra contra o Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **Os voluntários da Pátria e outros mitos**. São Paulo: Global, 1983.

COELHO, Edmundo Campos. **O Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: editora Global, 2001.

COSTA, Iraci Del Nero. **Arraia-Miúda**. São Paulo: MGSP Editores, 1992.

COSTA, Wilma Perez. **A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e crise do Império**. São Paulo: HUCITEC, Unicamp, 1996.

CUNHA, Marcos Antônio. **A Chama da nacionalidade: ecos da Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Cotidiano e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **André Rebouças: diário da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Inst. Brasileiros, 1973.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: uma nova história da guerra do Paraguai**. Cia das Letras, 2002.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2005.

ESPIG, Márcia Janete. O Uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do contestado. IN:**Revista de Estudo Ibero-Americano**, PUCRS. N° V Ano XXIV, 1998. P. 269-289.

FERRER, Francisca Carla Santos. **O Recrutamento militar para Guerra do Paraguai**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado- PUC-RS, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Correspondência familiar e rede de sociabilidade**. IN: CASTRO, Ângela Gomes de. (Org.) **A escrita de si, a escrita da História**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **Soldados Negociantes na Guerra do Paraguai**. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1976.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. IN: SOUZA, Simone (Org.)/IN:**Nova História do Ceará**. Fortaleza, UFC Demócrito Rocha, 2000.

GALENO, Juvenal.**Lendas e canções populares** (1ª e 2ª partes). Fortaleza: Casa Juvenal Galeno, 1978.

GEREMEK, Bronislaw. **Os Filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na Literatura Européia (1400-1700). (Tradução Henryk Siewierski). São Paulo: Cia das Letras, 1995.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Editora do Instituto Histórico do Ceará, 1962. (2ª edição).

GORENDER, Jacob. **Escravidão colonial**. São Paulo: Ática, 1992.

GRAHAM. Richard. **Escravidão, reforma e imperialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____ O Brasil de meados do século XIX à Guerra do Paraguai. IN: **História da América Latina**. BETHELL, Leslie (Org.) São Paulo: EDUSP, 2001.

GRANZIERA, Rui Guilherme. **Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Unicamp/ Hucitec, 1979.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **A Guerra do Paraguai suas causas 1823-1864**. Campo Grande: UCDB, 2001. Volume II.

- GURGEL, Augusto. Discurso no enterro do General Sampaio. Fortaleza IN: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Fortaleza, 1929. T. 48/49.
- IZECKSONH, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. IN: **Nova História Militar Brasileira**. Castro, Celso; Izecksohn, Vitor e KRAYY, Hendrik.(Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. **O Cerne da discórdia: Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.
- KEEGAN, John. **Uma História da guerra**.(Tradução-Pedro Maia Soares). São Paulo: Cia das Letras, 2006. Coleção de Bolso.
- KIDER, Daniel. **Notícias Históricas e Geográficas do Império e das diversas províncias**. São Paulo: Itatiaia, 1989.
- KRAYY, Hendrick. Repensando o Recrutamento no Brasil. IN: **Revista Diálogos**. Universidade Estadual de Maringá V.3. N.3 (anual), 1994.
- _____. O Cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-1889). IN: **Nova História Militar Brasileira**. Castro, Celso; Izecksohn, Vitor e KRAYY, Hendrik.(Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2004
- LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto** (4º edição). São Paulo: editora Alfa-Omega, 1978.
- LEITE, Ana Cristina. **O Algodão no Ceará: estrutura fundiária e Capital comercial (1850-1880)**. Fortaleza: Secult, 1994.
- LIMA, Pedro Airton Mesquita. **A Sombra das ingazeiras: o café na Serra de Baturité (1850-1900)**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado/UFRJ, 1999.
- MACHADO DE ASSIS, **Iaiá Garcia**. Porto Alegre: LP&M, 2000. Primeira edição em 1879.
- MADUREIRA. Antônio de Sena. **Guerra do Paraguai**. Brasília: Editora da UNB, 1982.
- MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria**. São Paulo: UNESP/Moderna, 1997.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **A Arte da guerra**. (Tradução Ciro Mioranza).São Paulo: Editora Escala, 2005. (Coleção Grandes obras do pensamento universal -8).
- MARTINS, José Leite. Homenageando o Exército Brasileiro. IN: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Fortaleza, 1980. T.144.

- MATTOS, Kelma. **Jovita Feitosa**. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2001.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império 1871-1889**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985.
- MENDES, Fabio Farias. A Economia Moral do Recrutamento militar no Império Brasileiro. IN: **Revista de Ciências Sociais**. São Paulo/USP, 1998. N.º38. V.4. P.81/96.
- MENEZES, Antônio Bezerra. Como me tornei voluntário da Pátria. IN: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. T. 80, 1966.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste Insurgente (1850-1890)**. São Paulo, 1987.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staud. Sobre Fronteira e Liberdade: representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1864-1870). IN: **Revista Anos 90**. Porto Alegre, 1998. N.º9.
- MOTT, Luis. A Inquisição no Ceará. IN: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Fortaleza, 1985/1986. V.16-17. N.1/2.
- MOURA, Denise Aparecida Soares. **Saindo das sombras**. Campinas: Centro de Memória/ UNICAMP, 1998.
- MUNIZ, Durval. **A Invenção do Nordeste**. Recife: Cortez, 1999.
- NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secult, 200.
- NOVAIS, Fernando. ALENCASTRO, Luis Felipe de. **História da vida Privada no Brasil**. São Paulo: Cia Das Letras, 1997. V.2.
- PEIXOTO, Renato Amado. O Tempo do espaço e os espaços do tempo: a construção histórica do território Brasileiro no século XIX. IN: **Revista Locus**. Juiz de Fora, 2004. V.10. N.º1.
- PERARO, Maria Adenir. **Bastardos do Império**. São Paulo: Contexto, 2001.
- PERROT, Michelle. **História da vida privada**: da Revolução Francesa a Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Cia Das Letras, 1991. V.4.
- PINHEIRO, Francisco José. **A Organização do Mercado de trabalho no Ceará**. Pernambuco, 1999. (Dissertação de Mestrado)

PINHEIRO, Francisco José. O Homem Livre/Pobre e a organizações das relações de trabalho no Ceará (1850/1880). IN: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, 1989/1990. N° 1/2. V. 20/21.

POMER, Leon. **A Guerra do Paraguai**: a grande tragédia Rioplatense. São Paulo: Global, 1980.

PORTO ALEGRE, Maria Silvia. Fome de Braços/ A Questão Nacional: notas sobre o trabalho livre no Nordeste no Século XIX. IN: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, 1985/1986. N° 1/2. V.16/17.

RENAULT, Delso. **Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

RAMOS, Xisley Araújo. **Por trás de uma fuga nem sempre há um crime**: o recrutamento a laço e os limites da ordem no Ceará (1850-1875). Fortaleza, 2003. (Dissertação de mestrado UFC/ Ceará).

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania no Exército brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. **Memórias de Guerra**: Guerra do Paraguai e a Narrativa Nacional. In: História Unesp. São Paulo. V.16. P.131/155.

SAMARA, Eni de Mesquita. Chefiar Famílias e trabalhar: Trajetória de vida das mulheres brasileiras no século XIX. IN: **Revista Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, 1997. N° 4/5. V.4.

_____. Famílias e cidades: espaços de sobrevivências e de sociabilidade no século XIX. IN: **Revista Questões e Debates**. N° 14. V. 26/27.

SCHWARZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: D.Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo Cia das Letras, 1998.

SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D' África, o príncipe do povo**: vida, tempo e pensamento de um homem de cor. São Paulo: Cia das Letras, 1997. P.42.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da Escravidão no Ceará**. Fortaleza: Instituto Histórico do Ceará, 2002.

SLENES, Robert. **Na Senzala uma flor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Álvaro Pereira. Do Cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra. In: **Revista de estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro. N°38, 2000. P.1/26.

- SOUZA, Jorge Prata. **Escravidão ou Morte**. Rio de Janeiro: MUAD, 1996.
- SOUZA, Josinete Lopes de. **Da Infância desvalida a infância delinqüente: Fortaleza (1850-1928)**. São Paulo: Dissertação de Mestrado/ PUC/SP, 1999.
- SQUINELO, Ana Paula. **A Guerra do Paraguai, essa desconhecida: ensino, memória e história de um conflito secular**. Campo Grande: UCDB, 2002.
- TAUNAY, Alfred D'Escrognolle. **A Retirada da Laguna: episódios da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Cia das Letras, 1997. P. 119.
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. **O Outro Lado da família brasileira: mulheres chefes de família**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.
- TORAL, André. **Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)**. São Paulo :Humanitas, 2001.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador-Séculos XVIII e XIX**.Campinas: Papirus, 1999.

❖ FONTES CONSULTADAS

FONTES IMPRESSAS

- JORNAIS DE FORTALEZA: *A Constituição, Aurora Cearense, Jornal do Ceará, O Cearense, O Echo do Norte, O Tagarela e Pedro II.*(Periódicos Microfilmados-Biblioteca Pública Meneses Pimentel-BPMP).
- OUTROS JORNAIS: *O Araripe (CRATO/CE- BPMP), O Cabrião (SÃO PAULO-possuo o exemplar). E Jornal Correio Mercantil (RIO DE JANEIRO-disponível no APEC-Anexo).*

MEMÓRIAS:

- TAUNAY, Alfred D'Escrognolle. **A Retirada da Laguna: episódios da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Cia das Letras, 1997. P. 119.
- GALENO, Juvenal.**Lendas e canções populares** (1ª parte). Fortaleza: Casa Juvenal Galeno, 1978.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

André Rebouças: Diário da Guerra do Paraguai. São Paulo: Inst. Brasileiros, 1973. Reeditado por DIAS, Maria Odila Leite da Silva.

OUTRAS FONTES IMPRESSAS:

CÓDIGO criminal do Império do Brazil ANNOTADO por Drº João Baptista Pereira. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1869.

REVISTAS do Instituto Histórico do Ceará.

RELATÓRIOS dos Presidentes da Província do Ceará-1864-1880 (Possuo todos os relatórios em CD-ROM).

BARROSO, José Liberato. Compilação das Leis Provinciais do Ceará. Rio de Janeiro: Typ. Laermmert, (1847-1855/Tomo II), (1856-1861/Tomolll).

FONTES MANUSCRITAS **ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ-APEC.**

EXECUTIVO PROVINCIAL:

CARTAS de Emancipação de Africanos livres existentes na Província. Livro nº 292. (1865).

PRESIDENTES da Província, Artigos Bélicos e Comandantes de Fortaleza, Ofícios 1865-1870. Livro nº 315.

PRESIDENTES da Província, a diferentes autoridades militares desta província, Ofícios 1862-1874. Livro nº 230.

PRESIDENTES da Província, a diferentes autoridades militares fora desta província, Ofícios 1863-1869. Livro nº 231.

SECRETARIA do Governo da Província do Ceará, a Diversas autoridades, Ofícios 1862-1869. Livro nº 191.

SECRETARIA do Governo da Província do Ceará, Assembléia Provincial do Ceará, Ofícios 163. Livro nº 163.

GOVERNO da Província do Ceará, ao Ministério da Marinha, Ofícios 1866-1876.
Livro n° 143.

GOVERNO da Província do Ceará, ao Ministério da Agricultura, Ofícios 1861-1872. Livro n° 144.

GOVERNO da Província do Ceará, ao Ministério da Guerra, Ofícios 1862-1870.
Livro n° 149.

GOVERNO da Província do Ceará, ao Ministério da Justiça, Ofícios 1865-1871.
Livro n° 135.

GOVERNO da Província do Ceará, ao Ministério do Império, Ofícios 1865-1876.
Livro n° 141.

GOVERNO da Província do Ceará, as Câmaras Municipais desta província,
Ofícios 1862-1869. Livro n° 84.

GOVERNO da Província do Ceará, Livro de Avisos dos Diversos Ministérios,
Avisos (1866-1869). Livro n° 16.

GOVERNO da Província do Ceará, Correspondências a diversas autoridades e
particulares. Ofícios (1862-1876). Livro n° 160.

PALÁCIO Episcopal do Ceará, Vigários das Freguesias do Ceará a Presidência
cearense, Ofícios (1835-1869). Cx n°01.

GUARDA NACIONAL

ARACATY, ofícios recebidos e expedidos (1866-1889).Cx. 04.

BATURITÉ, Ofícios recebidos e expedidos (1854-1893) Cx. 07.

CANINDÉ, Ofícios recebidos e expedidos (1855-1897). Cx. 9.

CRATO, Ofícios recebidos e expedidos (1853-1893). Cx. 12.

FORTALEZA, Ofícios recebidos e expedidos (1864-1870). Cx. 14.

GRANJA, Ofícios recebidos e expedidos (1864-1892). Cx. 17,18.

ICÓ, Ofícios recebidos e expedidos (1854-1891). Cx. 19.

SÃO FRANCISCO, Ofícios recebidos e expedidos (1853-1889). Cx. 30.

SÃO JOÃO DO PRÍNCIPE, Ofícios recebidos e expedidos (1855-1889). Cx.31.

SOBRAL, Ofícios recebidos e expedidos (1850-1870). Cx. 32.

MINISTÉRIOS:

MINISTÉRIOS dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas a Presidência do Ceará, Avisos (1865-1869). Livro nº 27.

MINISTÉRIOS dos Negócios da Fazenda a Presidência da Província, Avisos (1865-1870). Livro nº 9.

MINISTÉRIOS dos Negócios da Guerra a Presidência da Província, Avisos (1865-1870). Livros nº 70, 71,77,102 e 103.

MINISTÉRIOS dos Negócios da Justiça a Presidência da Província, Avisos (1866-1870). Livros nº 8 e 44.

SECRETARIA DE POLÍCIA:

SECRETARIA de Polícia do Ceará a presidência da Província, Ofícios (1865-1871) Livros nº201, 202, 203, 204 e 205.

SECRETARIA de Polícia do Ceará a presidência da Província, Ofícios (1865).
CX.05

SECRETARIA de Polícia do Ceará a presidência da Província, Ofícios (1867-1868). Cx.06

SECRETARIA de Polícia do Ceará a presidência da Província, Ofícios (1866-1868). Cx.07

SECRETARIA de Polícia do Ceará a presidência da Província, Ofícios (1869).
Cx.08

SECRETARIA de Polícia do Ceará a presidência da Província a diversas autoridades desta Província, Ofícios (1866-1870). Livros nº 328,329 e 330.

SECRETARIA de Polícia do Ceará a presidência da Província a diversas autoridades fora desta Província, Ofícios (1862-1878). Livro nº 332.

ARROLAMENTOS dos culpados da Comarca de Quixeramobim (1868). Livro nº 390.

ARROLAMENTOS dos culpados das Comarcas de Telha- Iguatu- (1861-1916).
Livro nº 10.

ARROLAMENTOS dos culpados das Comarcas de Imperatriz-Itapipoca-(1869).
Livro nº14.

MAPAS das Prisões de criminosos, Relações de criminosos (1866). Livro nº15.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)